

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HUMANIDADES, DIREITOS E OUTRAS
LEGITIMIDADES

PAULO ROBERTO SPINA

**Grupos políticos à direita no Brasil: entre o impacto das ruas desde 2013 e a
disputa nas urnas em 2018.**

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2024

PAULO ROBERTO SPINA

Grupos políticos à direita no Brasil: entre o impacto das ruas desde 2013 e a disputa nas urnas em 2018.

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação Humanidades, direitos e outras legitimidades da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

Orientadora: Profa. Dra. Claudia Moraes de Souza.

Versão Corrigida

SÃO PAULO

2024

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S757g Spina, Paulo Roberto
Grupos políticos à direita no Brasil: entre o impacto das ruas desde 2013 e a disputa nas urnas em 2018 / Paulo Roberto Spina; orientadora Claudia Moraes de Souza - São Paulo, 2023.
153 f.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades da Universidade de São Paulo. Área de concentração: Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

1. DIREITA (IDEOLOGIA POLÍTICA). 2. ELEIÇÕES (PROCESSO POLÍTICO). 3. MOVIMENTOS SOCIAIS. 4. DEMOCRACIA. 5. PARTICIPAÇÃO POLÍTICA. I. Souza, Claudia Moraes de, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA
DISSERTAÇÃO/TESE

[Termo de Anuência do \(a\) orientador \(a\)](#)

Nome do (a) aluno (a): Paulo Roberto Spina

Data da defesa: 08/12/2023

Nome do Prof. (a) orientador (a): Claudia Moraes de Souza

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento ao Sistema Janus e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 03/02/2024

Documento assinado digitalmente
gov.br CLAUDIA MORAES DE SOUZA
Data: 07/02/2024 13:27:58-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>



SPINA, Paulo Roberto, **Grupos políticos à direita no Brasil**: entre o impacto das ruas desde 2013 e a disputa nas urnas em 2018. Tese (Doutorado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____

Instituição _____

Julgamento _____

Assinatura _____

AGRADECIMENTOS

Sempre me lembro da felicidade que foi concluir o mestrado e, enfim, entrar no doutorado. Mas, nos momentos difíceis, todo meu envolvimento com a pesquisa só foi possível graças à ação e ao incentivo de inúmeras outras pessoas. Olhando para este caminho que durou cerca de cinco anos para se concretizar, recordo-me de inúmeros momentos em que o apoio destas pessoas foi fundamental.

E quantas mudanças acontecem em nossas vidas ao longo de cinco anos! As pessoas mudam, envelhecem, se aproximam e, às vezes, se afastam. Tornei-me pai novamente e testemunhei o crescimento dos meus filhos, acompanhando suas próprias batalhas para realizar seus sonhos. Mas não apenas as pessoas mudaram. Em 2020, o mundo mudou. Quando estava prestes a participar do meu primeiro congresso sobre o tema da pesquisa, o evento foi cancelado, marcando para mim que algo muito grave estava ocorrendo. Todos nós fomos afetados pela pandemia da Covid-19. Foram tempos de fechamentos e privações que eu jamais vou esquecer.

Meu primeiro agradecimento vai para as pessoas, que assim como eu, trabalham na área da saúde. Todos nós enfrentamos muitas dificuldades na pandemia e vivenciamos diariamente a solidariedade transversal. Como trabalhador do SUS e da saúde mental, compreendo os desafios e a importância dessa área. Quero agradecer em especial, às trabalhadoras e trabalhadores do CAISM da Água Funda que foi meu local de trabalho. E do CAPS III Adulto Paraisópolis, meu local de trabalho atual, em que muitos companheiros do dia a dia apoiaram e acompanharam as dificuldades finais para a conclusão desta pesquisa.

Agradeço de forma afetuosa à minha orientadora Claudia, pela generosidade e dedicação incansável em compartilhar seus preciosos conhecimentos. Foi um privilégio poder trilhar a jornada de pesquisa ao seu lado e desenvolver, juntos, este processo que enriqueceu não apenas meu conhecimento, mas também minha vida. Estendo meus agradecimentos aos estimados professores que compuseram a banca de qualificação e a banca final, bem como aos queridos amigos do grupo de pesquisa ELZA. Também quero manifestar minha gratidão aos funcionários e professores do programa Diversitas.

São muitos os amigos que desejo agradecer também. Ao longo dessa trajetória, vocês não apenas compartilharam ideias valiosas, mas também me deram força e coragem para seguir lutando.

Quero expressar minha gratidão aos meus sogros Gilberto e Salma e aos meus cunhados André e Victoria, que sempre me receberam com carinho e alegria.

Quero agradecer à minha querida irmã Daniela e aos meus sobrinhos Lucas e Mateus por estarem sempre ao meu lado, oferecendo seu apoio e carinho incondicional.

Agradeço muitíssimo aos meus pais, Ivonete e José Roberto, a quem amo profundamente. Seus incentivos em todos os momentos fizeram meus caminhos serem melhores e sempre me deram coragem. Meu amor por vocês é enorme.

Não posso deixar de agradecer ao meu genro e aos meus filhos: Tiago, Larissa, Diego, Mell, Artur e Tiago. Sinto muito amor por vocês. Tiago muito obrigado pelo companheirismo, inclusive na própria pesquisa. Larissa, sua inteligência e paixão pelo conhecimento me impulsionam intelectualmente a cada dia. Diego, sua garra e determinação são verdadeiramente admiráveis e me motivam profundamente. Mell Sol, seu olhar artístico, crítico e criativo me impressionam. Artur, o cuidado e a tranquilidade que você traz me faz sentir muito bem.

E, um agradecimento especial ao meu amor. Lígia, muito obrigado por me apoiar mesmo nos momentos mais difíceis e me inspirar. Sinto muito amor por você.

RESUMO

Esta tese analisa o campo político à direita no Brasil. A pesquisa centrou-se na análise da relação entre manifestações e políticas institucionais, visando demonstrar como estes são processos que, em constante interação, exercem influências mútuas. Argumento que este campo, entre 2013 e 2018, conectou significativamente as campanhas de protestos com processos envolvendo as campanhas eleitorais. Para investigar o argumento, realizei uma análise do conceito de direita; uma reconstrução sobre as conexões de movimentos sociais e eleições no Brasil – incluindo o movimento abolicionista, o repertório golpista no cenário político e o período das manifestações das “Diretas Já”; e uma análise sociológica baseada no mapeamento das estratégias de enraizamento socioespacial dos grupos associados a agendas e setores de direita, como estes evoluíram e se foram ou não convertidos em estrutura de campanha nas eleições de 2018. Aprofundo-me nas formulações sobre como os processos de participação popular podem transformar as democracias no sentido do seu desgaste, mas, acima de tudo, do seu fortalecimento.

Palavras-chave: direita brasileira; participação popular; eleições; movimentos sociais; democracia.

ABSTRACT

This thesis analyzes the right-wing political field in Brazil. The research focused analysis of the relationship between protests and institutional politics, aiming to demonstrate how these are processes that, in constant interaction, exert mutual influences. I argue that this field, between 2013 and 2018, significantly connected protest campaigns with processes involving electoral campaigns. To investigate the argument, I conducted a analysis of the concept of the right-wing; a reconstruction of the connections between social movements and elections in Brazil – including the abolitionist movement, the coupist repertoire in the political scene, and the period of the “Diretas Já” demonstrations; and a sociological analysis based on mapping the socio-spatial embedding strategies of groups associated with right-wing agendas and sectors, how these evolved, and whether or not they were transformed into campaign structures in the 2018 elections. I delve into formulations on how processes of popular participation can transform democracies, not only in terms of erosion but, above all, in terms of their strengthening.

Keywords: Brazilian right-wing; popular participation; elections; social movements; democracy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1 - Imagem ilustrativa do BPT, organizado em arquivo de Excel p. 83
- Figura 2 - Imagem ilustrativa da organização do mapeamento em arquivo de Excel p. 86

LISTA DE TABELAS

Quadro sobre distinções esquerda e direita

Quadro de proposições de Perry Anderson diferenciando direita e esquerda

Tabela 1: Grupos políticos nacionais com inserção em diversas localidades

Tabela 2: Grupos políticos com pautas nacionais

Tabela 3: Grupos políticos estaduais da região Sul

Tabela 4: Grupos políticos estaduais da região Sudeste

Tabela 5: Grupos políticos estaduais da região Centro Oeste

Tabela 6: Dados sobre os grupos políticos estaduais da região Nordeste

Tabela 7: Dados sobre os grupos políticos estaduais da região Norte

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BPT – Banco de Protesto nacionais do período do governo Temer

CUT – Central Única dos Trabalhadores

CGT – Central Geral dos Trabalhadores

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

Funarte – Fundação Nacional de Artes

MBL – Movimento Brasil Livre

MEB – Movimento Endireita Brasil

MPL – Movimento Passe Livre

MST – Movimento Sem Terra

MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

PDS – Partido Democrático Social

PEC – Proposta de Emenda à Constituição

PSL – Partido Social Liberal

PT – Partido dos Trabalhadores

SUS – Sistema Único de Saúde

TCP – Teoria do Confronto Político

VPR – Vem Pra Rua

VUNC – Valores, Unidade, Número e Comprometimento

Sumário

AGRADECIMENTOS	6
RESUMO	8
ABSTRACT.....	9
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	10
LISTA DE TABELAS.....	11
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	12
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1 - A DIREITA COMO CAMPO POLÍTICO.....	24
1.1 A constituição histórica do campo à direita e sua influência internacional	25
1.2 A diáde direita e esquerda.....	30
1.3 A tentativa de formular para além dos campos políticos	37
1.4 As Direitas no Brasil e a influência internacional.....	38
CAPÍTULO 2 - MANIFESTAÇÕES E ELEIÇÕES NO BRASIL.....	53
2.1 A relação entre movimento abolicionista e as eleições.....	59
2.2 Golpes e o impacto político nas relações entre movimentos e eleições	68
2.3 Reconquistando a Democracia: mobilização nas ruas para disputa nas urnas.....	72
CAPÍTULO 3 - O CAMPO POLÍTICO À DIREITA ENTRE OS PROTESTOS DE RUA E AS ELEIÇÕES	81
3.1 Estratégias metodológicas sobre a interação entre campanhas de ruas e eleições ...	81
3.2 O campo político à direita e os protestos de Junho de 2013.....	87
3.3 Como as ruas viraram à direita?	90
3.4 Mudança de governo sem eleição e o impacto para as ruas.....	94
3.5 Grupos políticos à direita e o envolvimento nas eleições de 2018	103
3.5.1 Grupos políticos à direita com inserções em diversas localidades	104
3.5.2 Grupos políticos à direita com pautas nacionais	108
3.5.3 Grupos políticos estaduais de direita	112
3.5.4 Grupos políticos locais de direita	117
3.6 Impacto para o contexto político brasileiro	122
CAPÍTULO 4 - AS RUAS E AS URNAS: PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA.....	124
A democracia contra ela mesma	131
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	142
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	145

INTRODUÇÃO

Desde que me tornei pai, muito antes de todos os meus amigos, comecei a prestar atenção a sofrimentos sociais e psíquicos que atingiam pessoas para além do meu círculo de relações sociais. Naquele período de virada de século XXI, não havia no meu repertório de explicações a dimensão do impacto político, apenas existia um sentimento difuso de que tais sofrimentos podiam e deviam ser superados.

Seguindo essa trajetória me tornei profissional da saúde no Sistema Único de Saúde¹ (SUS), mais especificamente na área da saúde mental. Estabeleci laços estreitos com grupos políticos que lutavam pela saúde pública, tornando-me um participante ativo em um processo de mobilização de longo prazo relacionado à saúde, que no passado foi capaz de efetivar o SUS no início dos anos noventa e a Reforma Psiquiátrica² anos mais tarde. Neste vivenciar corporal que era estar nas campanhas de rua e nos protestos, conectei-me com diversos sujeitos e coletivos numa rede ativista, que desempenhou papel significativo nos protestos de Junho de 2013.

Quase dez anos depois, pensando em minha vida pessoal, já não sei dizer exatamente o que aqueles protestos realmente significaram. Foi, sem dúvida, um acontecimento que modificou coordenadas traçadas antecipadamente. Em 2014 decidi entrar no mestrado com muitas formulações e algumas certezas. Entretanto, logo nos primeiros meses da pós-graduação, a perspectiva científica se revelou não um caminho altivo para afirmações categóricas, mas uma trajetória a ser percorrida com humildade e com mais questionamentos críticos do que certezas prontas.

A Teoria do Confronto Político (TCP) – formulada por Tilly, Tarrow e McAdam (2001) – foi o dispositivo teórico que me instrumentalizou a reduzir a influência das emoções ou sentimentos contidos nas palavras utilizadas por ativistas em discursos políticos, ou mesmo em vídeos e postagens, e valorizar processos descritivos, mais etnográficos e de observação participante na produção de conhecimento, suspeitando de afirmações convictas de ativistas e valorizando o que as ações práticas, como os eventos de protesto, evidenciaram.

¹ O Sistema Único de Saúde (SUS) tem como princípios: universalização, equidade, integralidade, descentralização e participação popular. A Constituição Federal de 1988 implantou, no país, o SUS, regulamentado dois anos depois pelas Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990.

² A Reforma Psiquiátrica (Lei 10.216, de 2001) teve como marca registrada o fechamento gradual de manicômios e o incentivo para criação de serviços de saúde mental comunitários. O território torna-se o eixo organizador da rede de atenção à saúde mental, com promoção da autonomia, protagonismo, inserção social e dignidade das pessoas. A lei dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental.

Trilhei um caminho dedicado a compreender o significado da participação popular na democracia. Em minha dissertação de mestrado³, defendida em 2016, aprofundi sobre a participação popular nas ruas através de movimentos sociais, acompanhando as transformações que resultaram na ebulição de Junho de 2013. Avancei em formulações referentes à temporalidade dos conflitos políticos e uma problematização torna-se especificamente relevante: os processos de democratização estão interligados com a ocupação das ruas pela participação popular?

Após a defesa da dissertação, busquei levar a discussão textual para outros públicos, organizando uma exposição artística sobre Junho de 2013⁴ e facilitando diversas oficinas com a discussão sobre movimentos sociais e participação popular. Eu argumentava nestes encontros sobre a importância de as oposições ocuparem as ruas, de que as expressões discordantes politicamente poderiam dividir os espaços de protesto, suportadas por uma democracia participativa de alta intensidade, como refere Santos (2016). A entrada de movimentos sociais derivados no contexto dos protestos de Junho de 2013, com suas ideologias opostas aos dos movimentos iniciadores, não seriam então um problema, mas a vivência deste tensionamento democrático.

No entanto, eventos históricos recentes, nos quais a extrema direita assumiu o controle em vários países e liderou processos que Charles Tilly (2013) denominou como "desdemocratização", levantaram dúvidas em relação à minha anterior concepção de que a presença de grupos políticos nas ruas fosse um indicativo de democratização. Optei por investigar a interligação entre as campanhas de protesto e as campanhas eleitorais promovidas pelo campo político à direita, como uma maneira de elucidar questões relacionadas aos processos de democratização e desdemocratização, bem como os colapsos contemporâneos nas democracias.

³ Título da dissertação - O Movimento Passe Livre: da sua formação aos protestos de 2013. <https://repositorio.unifesp.br/handle/11600/41262> <acesso em 27 de setembro de 2023>.

⁴ <https://casadopovo.org.br/en/junho-sendo/> <acesso em 27 de setembro de 2023>.

Avancei na pesquisa que aqui apresento com a hipótese de que: aconteceu uma conexão bem-sucedida realizada pelo campo à direita entre as campanhas de protesto e as campanhas eleitorais, no período entre 2013 e 2018, influenciando a chegada ao poder de uma direita anteriormente fragmentada, mas com linhas de atuação comum. Ao olhar esta conexão, entre campanhas eleitorais e de protesto, pouco estudadas pela perspectiva acadêmica, busquei respostas sobre o papel dos movimentos sociais nas eleições e, mais além, em processos democráticos quanto antidemocráticos, problematizando momentos que podem ser considerados colapsos nas democracias.

Segundo Levitsky e Ziblato (2018) as democracias entram em colapso de maneira menos visível e dramática, não mais através de uma ruptura nos moldes de um golpe militar, mas através das urnas e de líderes eleitos, com uma lenta escalada autoritária de enfraquecimento de instituições críticas, como a imprensa livre e o Judiciário, e a destruição de políticas, sem que necessariamente alarmes institucionais sejam disparados (Levitsky e Ziblato, 2018, p. 15-17).

No presente, algumas nações enfrentam um paradoxo político intrigante: a democracia está sendo utilizada contra si mesma. Esse fenômeno representa uma complexa dinâmica que se estende por diferentes continentes e países, embora de maneira assimétrica e gradual. Mesmo democracias mais consolidadas, como o próprio Estados Unidos, e alguns países da Europa, não estão imunes a esse processo. O autoritarismo, a violência política e a desintegração das solidariedades estão sendo promovidos por meio de um trágico uso eleitoral. Surpreendentemente, isso não suscita a devida preocupação internacional, como observado por Levitsky e Ziblato (2018) devido aos meios gradativos, sutis, com idas e vindas discursivas e de ações que oscilam na fronteira entre a legalidade e ilegalidade minando e enfraquecendo o tecido democrático ao longo do tempo.

Considereei significativa a argumentação desvelada por Levitsky e Ziblato (2018) no livro *Como as democracias morrem*, de que nos EUA as lideranças partidárias figuravam como uma espécie de protetores da democracia impedindo o acesso aos caminhos eleitorais para o poder de possíveis candidatos radicalizados e antidemocráticos. Minha interpretação anterior sobre estes processos sempre destacou a preservação dos próprios interesses destas lideranças partidárias funcionando como freios contra qualquer processo de mudança substancial que poderia verdadeiramente melhorar a vida das pessoas. Pela argumentação dos autores, explicando os colapsos de democracias pelo mundo, se urnas podem ser usadas contra a democracia, torna-se provável que a participação popular nas ruas com manifestações, pode também ser instrumentalizada para o autoritarismo e para inúmeras práticas antidemocráticas.

Se por um lado a influência ideológica pode pressionar processos autoritários, o quanto a personalização da decisão eleitoral maquiada por construções midiáticas superficiais retira força de partidos e programas políticos mais sólidos ou estáveis? Innerarity (2017) aponta que a distância das pessoas para os partidos aumentou e que muitos partidos tornaram-se apenas instrumentos de governo, reduzindo sua presença na sociedade e, portanto, diminuindo sua função representativa, não sendo expressão de vozes dissonantes. Uma decorrência disso é que muitas vezes a oposição é realizada de forma efetiva por atores situados à margem dos partidos e da institucionalidade, através de movimentos sociais e campanhas de protesto (Innerarity, 2017, p.46).

O avanço da conexão entre as pessoas através de mídias sociais trouxe também um impacto relevante para a política e, portanto, para a própria democracia. A percepção de que a internet promove acesso às decisões de forma generalizada e imediata faz os partidos serem desvalorizados, assim como processos democráticos ligados à organização burocrática das deliberações, impulsionando formas de movimentos sem estrutura e regulamentos e, portanto, que possibilitam atuações flexíveis que podem até ter uma lógica de busca da horizontalidade, mas também podem ser despóticas, pois menos limitadas por direitos de filiados, comissões de garantias e programas estáveis⁵ (Innerarity, 2017, p.48-50).

As eleições podem ser tensionadas pelas ações de manifestações gerando uma disputa de enquadramentos interpretativos sobre a realidade que envolve as emoções e a teatralização no espaço político, com diversos artifícios retóricos em conflito mobilizados por grupos políticos que tornam ainda mais confusa a linha tênue entre o que pode ser considerado como verdade ou mentira. Neste sentido, a perspectiva de estudar protestos e eleições de forma simultânea significa necessariamente investigar grupos políticos sem

⁵ O movimento italiano 5 Estrelas, fundado em 2009 pelo humorista Beppe Grillo e autodefinido como “não partido”, é citado por Innerarity (2017) como exemplo dessa ambiguidade digital que leva a uma desregulação da esfera pública

idealizar seus lugares comuns, sendo uma contribuição para pensarmos os lugares destas organizações em processos tanto de democratização quanto de desdemocratização.

Existe um momento delicado da política no qual os partidos precisam ocupar as ruas sem hesitar – são as campanhas eleitorais. As alianças se reconfiguram e uma coalizão de atores torna-se vitoriosa enquanto outros competidores são derrotados. Para Innerarity (2017), as campanhas são influenciadas por uma lógica de competição, animosidade com promessas e dramatizações que podem ir além do período institucional regulamentado e adentrar ou adiantar-se ao período de governo tornando-se permanente, dificultando acordos políticos e concessões e contribuindo para o fortalecimento de uma mentalidade em um público mais amplo que se coloca sistematicamente em oposição a realização de acordos.

A democracia exige instituições que possam limitar o impacto das competições eleitorais sobre o governo, além de reduzir o ceticismo e a desconfiança mútua que essas campanhas podem gerar. Mas o que exatamente significaria controlar a influência das campanhas no governo? E se a abordagem para governar incluísse uma maior ênfase na deliberação coletiva: isso resultaria em uma situação em que a retórica de campanha fosse relegada ao seu momento específico? Será que grupos políticos ligados a campanhas de protesto podem ter seus papéis reduzidos a instrumentos de campanhas eleitorais permanentes? Estas perguntas exemplificam a necessidade de olharmos para campanhas eleitorais e de protesto como fenômenos interligados com contornos e conexões fluídas.

Aprofundar a análise das dinâmicas participativas nos proporciona formulações sobre a própria essência da democracia. Ao examinar um campo político específico, é relevante considerar que a condição democrática é marcada por acordos, desacordos e conflitos entre diferentes posições políticas, resultando em decepções e frustrações constantes, o que pode ser interpretado como um sinal de maturidade e avanço. A falta de entusiasmo pelas instituições democráticas que limitam o poder e geram incerteza pode indicar a compreensão de que o poder só se realiza por meio do conflito plural e que supostas identidades comuns raramente conseguem designar algo unificado, mas se manifestam através de inevitáveis divisões.

Tanto as campanhas eleitorais quanto as manifestações populares, juntamente com a influência dos meios de comunicação, tendem a consolidar e intensificar a

polarização política, uma dinâmica que, embora seja inevitável, acaba por simplificar o cenário político. A complexidade do debate político está, justamente, em ir além das situações binárias, das divisões entre heróis e vilões, triunfos e desastres, inocentes e culpados, dominadores e dominados e apresentar múltiplas e complexas alternativas. Ao contrário das expectativas sobre a capacidade da política e do Estado em solucionar problemas, o que temos de uma maneira mais constante são formas diferentes de descontentamentos com a própria democracia.

O período a ser analisado por este estudo, entre 2013 e 2018, abrange o contexto no qual líderes de extrema-direita alcançaram o poder em países como os Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump em 2016, e no Brasil, com a vitória de Jair Bolsonaro em 2018. Anteriormente, certa barreira exercida por partidos políticos filtrava, dificultava ou mesmo evitava a presença no sistema de candidatos antidemocráticos, mas também deixava de fora alguns outros atores sociais. Uma indagação que emerge é a seguinte: os grupos políticos de direita que realizaram campanhas de protesto nas ruas desempenharam algum papel na superação das barreiras partidárias relacionada as eleições de 2018?

Se isto de fato aconteceu, possivelmente trata-se de um indício de que a identificação do protagonismo popular através das campanhas de protesto não é, necessariamente, indicador de fortalecimento democrático de uma determinada sociedade. Desta maneira, qual o impacto para uma sociedade quando sua população adota valores autoritários? A vontade popular deve sempre definir os rumos de um país? Ou filtros políticos partidários, para além da antipatia, são mecanismos necessários?

É constante nas discussões políticas cotidianas, midiáticas ou acadêmicas ouvirmos o argumento de fortalecimento ou desgaste de determinada democracia. Para Levitsky e Ziblath (2018), ao analisarem as democracias ao longo da história, a polarização extrema pode colapsar democracias, uma vez que as diferenças vão além da política e adentram conflitos de raça e cultura. Atualmente, sobretudo após a tentativa de golpe de Estado com ações violentas e de depredação da sede dos três poderes no Brasil, em 8 de janeiro de 2023⁶, é comum falarmos de atos antidemocráticos – inclusive foi adotado

⁶ “8 de janeiro: um ataque à democracia do Brasil” - Matéria realizada pela TV Senado mostrando como foram as invasões às sedes dos Três Poderes da República no dia 8 de janeiro de 2023 e como as instituições foram recuperadas de prejuízos ao Senado que chegaram a quase R\$ 3 milhões.

rapidamente pela mídia e pelos analistas o enquadramento de terrorismo; entretanto, no período analisado (2013 a 2018), os movimentos, grupos de direita e seus líderes não eram percebidos imediatamente ou necessariamente como autoritários ou antidemocráticos. Seria possível retroativamente identificar traços políticos que já indicavam perspectivas contra a democracia?

Levitsky e Ziblat (2018) fazem a proposição de quatro indicadores para identificar personalidades políticas antidemocráticas: rejeitam regras democráticas; negam a legitimidade de oponentes políticos; toleram ou encorajam à violência; demonstram propensão a restringir liberdades civis. Será que estes indicadores também apontam possíveis caminhos para análises de grupos políticos que forçaram barreiras partidárias de maneira extremista e autoritária? Se partidos tiveram a função de filtros protetores da democracia, as ruas podem de fato se tornar um espaço da antipolítica? O que significam as ruas realmente para os sistemas eleitorais? Podem estar associadas com processos de rupturas nas democracias?

Os protestos podem ter efeito significativo na polarização da sociedade e favorecer uma atmosfera de hostilidade e desconfiança mútua de opositores. Entretanto, a erosão da democracia é um processo gradativo, envolvendo muitos processos com verniz de legalidade. Capturar processos envolvendo manifestações nas ruas para pautas autoritárias guarda semelhança com a instrumentalização autoritária de outras esferas pertencentes à democracia, como o próprio judiciário. Estratégias de silenciamento exercido por aqueles que pretendem atacar a democracia são vetores contrários à existência de manifestações, mas não podemos esquecer: “uma das grandes ironias de como as democracias morrem é que a própria defesa da democracia é muitas vezes usada como pretexto para a sua subversão” (Levitsky e Ziblat, 2018, p.94)

A existência no Brasil da tentativa de golpe de Estado em 8 de janeiro de 2023, que veio à tona após uma eleição presidencial altamente disputada em 2022 (que retirou do poder a principal liderança do campo à direita), expõe uma radicalização alarmante na extrema direita do espectro político. Entretanto, este evento não pode ser visto isoladamente, pois está profundamente enraizado no repertório político brasileiro e

suscita problematizações sobre a relação entre campanhas de protestos e processos eleitorais e o quanto o avanço da polarização política contribuiu para esta escalada.

Levitsky e Ziblat (2018) argumentam que as reservas institucionais existentes entre opositores políticos que não se consideram como inimigos representam uma inovação sofisticada, mesmo que não formalizada, nas regras democráticas, sendo essencial para o funcionamento do sistema. É esse conjunto informal de regras democráticas ou códigos de conduta compartilhados que vem sendo corroído no Brasil, não apenas no contexto das eleições de 2022 ou durante o período de governo de Jair Bolsonaro, mas estão sendo minadas em um processo de longa duração que envolve a polarização política. Um exemplo emblemático desse processo foi o impeachment que levou à deposição⁷ da ex-presidente Dilma Rousseff em 2016, o qual não representou somente um ataque direcionado à então presidenta ou ao seu partido político, mas também uma ameaça à própria democracia brasileira. Essa crise política e as acirradas disputas que a acompanharam puseram em evidência a fragilidade das instituições democráticas e a profundidade da polarização que ameaça o tecido democrático do país.

Segundo Levitsky e Ziblat (2018), a polarização não apenas transforma diferenças políticas em identidades inegociáveis, mas também fomenta a violência política, fragmentando os apoiadores em termos políticos, e também, com base em elementos étnicos, geográficos, religiosos e, de forma mais abrangente, estilos de vida e valores diversos. Para os autores, a direita americana, ao interpretar o contexto político como uma ameaça à sua própria identidade adotou uma postura política polarizada caracterizada pela desconfiança, agressividade, incluindo a categorização dos oponentes políticos como inimigos, desgastando mecanismos democráticos. Este contexto da política polarizada americana, traz elementos para analisar a dinâmica da direita brasileira e identificar se ela também adotou posturas políticas justificadas por interpretações e enquadramentos semelhantes que impactaram nos processos de participação popular.

Ressalto ainda que este estudo sobre o campo político à direita e seus diferentes grupos no Brasil adota uma abordagem interdisciplinar, com ênfase na sociologia, mas incorporando contribuições da história, filosofia e política para aprofundar a análise da

⁷ Neste estudo adotamos a interpretação de que as ações que culminaram com o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff foram ações que apesar dos ritos conforme processos previstos na constitucionalmente foram ilegítimos por isso aqui nomeados de deposição, e significaram um vetor de desdemocratização no processo político brasileiro.

intrincada relação entre os processos de manifestações e as eleições. O enfoque vai além de abordagens que categorizam grupos como pertencentes ou não à esfera política, como proposto por Goldstone (2003). Assim, reconhecemos que existem diversas possibilidades de relacionamento entre esses grupos, o Estado, as instituições e o envolvimento em campanhas de protesto e campanhas eleitorais.

Embora a ênfase principal seja a compreensão da ação política em um período recente, o primeiro capítulo assume um papel fundamental ao investigar minuciosamente a complexidade intrínseca do campo político à direita, com suas múltiplas vertentes e dinâmicas em constante transformação. Neste capítulo, realizo uma apresentação teórica abrangente, baseada na perspectiva de Bobbio (2011), na qual os campos políticos - direita e esquerda - estabelecem uma relação de oposição inevitável, na qual ambas influenciam-se reciprocamente. Por meio da análise de uma vasta literatura, tanto nacional quanto internacional, que se dedicou a examinar este campo, destaco as conexões ideológicas com processos globais, examinando o percurso histórico da ideologia à direita no Brasil. Nesse contexto, considero a influência do legado colonial na formação da política brasileira, a ligação da ideologia de direita com as elites, a sua evolução e ascensão durante o período do regime militar e sua intrincada conexão com o neoliberalismo.

No primeiro capítulo abordo também sobre o conceito de “nova direita”, que ganhou destaque em meio à ascensão desse campo e foi adotado por diversos pesquisadores. No entanto, argumentei que as mudanças nas políticas podem ser compreendidas de maneira mais aprofundada como parte do processo político, que não se desenrola de forma linear, mas sim em meio a conflitos e contradições de ideias e práticas. Mesmo quando essas mudanças estão temporalmente distantes, elas continuam a ressoar no presente e a noção de novidade pode não oferecer uma explicação abrangente.

No segundo capítulo, aprofundamos a análise histórica das interações entre protestos e eleições, as quais desempenham um papel crucial na complexidade das divisões e antagonismos que moldaram o cenário político brasileiro ao longo dos anos. Neste capítulo, argumentamos que, embora a política institucional e as campanhas eleitorais sejam regulamentadas por leis, a fronteira entre elas e os protestos muitas vezes se torna tênue, estabelecendo uma tensão essencial para o contexto democrático. Para desenvolver a análise, adotei conceitos da Teoria do Confronto Político, destacando a

importância do “confronto eleitoral” e outros processos relacionados à dinâmica entre movimentos e eleições (Tarrow e McAdam, 2011).

Na primeira parte deste capítulo, analiso o confronto abolicionista, como primeiro movimento social brasileiro a estabelecer conexões significativas com o Estado e a envolver-se em atividades parlamentares, como lançamento de candidaturas e ações governamentais relacionadas ao conflito. A escolha pelo confronto eleitoral foi estratégica para os atores envolvidos, mas parte de um confronto político mais amplo, no qual ocorreram outras formas de ação em diferentes arenas, como protestos públicos e atividades clandestinas. Em uma etapa subsequente deste mesmo capítulo, adentro a análise dos chamados “golpes”, os quais se configuram como um repertório recorrente e enraizado no contexto político brasileiro. Estes golpes emergem como um instrumento autoritário, frequentemente empregado nos contextos de conflitos políticos, exercendo um impacto direto sobre a participação popular e na legitimidade dos processos eleitorais. Na última seção deste mesmo capítulo, foco a análise no período de redemocratização no Brasil, destacando a relação entre o ciclo de protestos⁸ das “Diretas Já” e as campanhas eleitorais. Esses protestos tiveram um impacto significativo e levaram a mudanças substanciais.

O terceiro capítulo desta pesquisa se concentra predominantemente na perspectiva sociológica: vamos analisar o campo político à direita no Brasil, abrangendo o período que vai desde os antecedentes dos protestos de Junho de 2013 até as eleições de 2018. Este campo político foi profundamente impactado e, simultaneamente, exerceu uma influência significativa em uma série de eventos políticos cruciais, incluindo as manifestações de Junho de 2013, as eleições de 2014, o processo de impeachment de Dilma efetivado em 2016, o governo de Temer, além das próprias eleições de 2018. Esse contexto político foi caracterizado por mudanças rápidas nos discursos e posicionamentos dos atores envolvidos, os quais variaram de acordo com seus interesses e agendas políticas.

Nesta parte da pesquisa utilizei duas estratégias metodológicas distintas para desvendar as complexas redes organizacionais que influenciaram as eleições de 2018 e a política brasileira de modo geral. A primeira abordagem consistiu na análise detalhada

⁸ Também utilizado neste estudo como sinônimo a expressão “ciclo de confronto”

dos eventos políticos que ocorreram durante o governo de Temer. Isso nos permitiu examinar eventos políticos críticos a partir de diversas variáveis, incluindo a extensão das manifestações, o número de participantes, os grupos envolvidos, as agendas políticas e as reações por parte do governo.

A segunda estratégia metodológica envolveu o mapeamento minucioso das organizações de direita em todo o território nacional. Este mapeamento permitiu entender não apenas as organizações mais visíveis, mas também a difusão de suas influências, bem como a capilaridade das interações em toda a extensão geográfica do país. A análise sociológica desta seção da pesquisa, baseada nos processos conceituais da Teoria do Confronto Político, permitiu identificar a diversidade organizacional dentro desse campo. Ao mesmo tempo, evidenciou a sobreposição entre campanhas de protesto e campanhas eleitorais, além de revelar como essas organizações contribuíram ou não para a complexidade dinâmica das mudanças políticas durante as eleições de 2018.

No quarto capítulo deste trabalho segue uma análise que entrelaça os principais pontos dos três capítulos anteriores, visando formulações sobre como os processos de participação popular podem desempenhar um papel crucial na transformação das democracias. Reconheço a complexidade inerente aos processos políticos, onde os movimentos de rua e as campanhas de protesto desempenham um papel essencial, sinalizando a vitalidade da democracia, mas também introduzindo uma imprevisibilidade e tensão que podem abrir espaço para interesses antidemocráticos. Embora essas manifestações sejam indispensáveis ao cenário político, elas por si só não são suficientes para garantir uma democracia participativa.

Nas considerações finais, abordei o paradoxo de como a democracia pode, por vezes, ser usada contra ela mesma e defendi a importância de repensar os fundamentos políticos, visando uma democracia mais solidária no Brasil.

CAPÍTULO 1 - A DIREITA COMO CAMPO POLÍTICO

Ao narrarmos histórias de disputas políticas e suas legitimações, mesmo em diferentes contextos, tem sido comum – como argumenta Charles Tilly (2006) – dramatizarmos e simplificarmos processos numa assimetria dividida entre “nós” e “eles”, ignorando complexidades e contradições dos atores sociais no curso das suas ações. A comum divisão entre um campo político à direita e outro à esquerda, numa espécie de linha horizontal, está relacionada com estas formas de explicações polares.

Campo político é entendido por Bourdieu (1989) como arena de forças com vistas a transformar relações políticas e sociais e, ao mesmo tempo, espaço político de aproximação e disputas de atores que compartilham de ideias, concepções e práticas. O campo oferece instrumentos de percepção, expressão e divisão do mundo social. A distribuição das opiniões depende do acesso das pessoas e, sobretudo, de grupos, a estes instrumentos, exercendo um efeito de censura ao limitar o universo do discurso político e, desta forma, limitar o próprio conteúdo do que pode ser pensável politicamente dentro dos limites das decisões estratégicas de cada campo. Nesta pesquisa adoto a perspectiva da palavra campo como espaço político interior a determinada aproximação ideológica com limites fluidos em que ocorrem conflitos, interações e manipulações sobre as relações existentes buscando mais poder na sociedade. No campo político a tomada de posição ocorre por intermédio dos constrangimentos e interesses associados que envolvem não apenas ideias, mas poderes e privilégios sobre conceitos políticos, programas e análises dos acontecimentos.

Um campo político, independente de qual seja especificamente, não é algo homogêneo, com uma única definição. Sua evolução temporal de forma alguma é uniforme, mas sempre composta de clivagens, separações, fragmentações e oposições que variam a cada contexto de oportunidades políticas e ameaças. Os atores de determinado campo se recolocam continuamente formando possíveis alianças ou mesmo mantendo separações nas quais sentidos políticos são disputados tanto internamente, como em coalizão ou oposição a outros campos políticos.

As interações com outros atores políticos são fundamentais para delimitar as ações, circunscrições, impasses e potencialidades. Desta maneira, a relação de tensão que um campo político estabelece de oposição e polarização com outro campo político – como os campos compostos pela díade direita e esquerda, faz com que definições sejam

constituídas em ambos. Aprofundar o conhecimento analítico sobre o campo político à direita⁹ no Brasil contemporâneo está interligado com: a constituição da trajetória histórica das ações política com suas influências internacionais; o significado da dicotomia direita e esquerda; e o impacto nos dilemas, nos atores e nos acontecimentos estruturantes ligados às constituições ideológicas deste conceito. Partimos de uma compreensão na qual o sentido analítico do campo político deverá ir além das expressões institucionais ou partidárias eleitorais, abrangendo variadas formas institucionais como ações coletivas de manifestação, formação e comunicação.

Aprofundar analiticamente o campo à direita já tem o pressuposto de que existem diversas direitas, ou diversos conteúdos e práticas políticas que compõem este campo diverso. Para Stéphane Boisard (2014), atores variados como partidos, movimentos, intelectuais, igrejas, mídias, sindicatos patronais e variadas organizações impactam no sentido atribuído ao pensamento e à prática política à direita. Ao olhar historicamente para este campo é possível interpretá-lo a partir de marcadores determinantes como sugere Boisard (2014): o catolicismo, o anticomunismo, a economia de mercado, o autoritarismo político.

1.1 A constituição histórica do campo à direita e sua influência internacional

A constituição e a evolução das redes internacionais de difusão e influência do campo político à direita são significativas tanto na formação quanto nas decisões e práticas políticas em território nacional. As conexões e interações históricas entre uma difusa rede internacional de poder político à direita e um campo diverso da direita nacional não se realizaram de forma verticalizada, igualando ou copiando vivências e experiências políticas de contextos diferentes. A coesão em torno de pautas, práticas e expressões políticas teve uma evolução complexa, não linear e com inerentes conflitos e contradições, sendo fundamental o detalhamento a partir dos contextos e das suas

⁹ O campo político à direita, tanto no Brasil quanto em outros lugares do mundo, é diversificado, abrangendo uma variedade de posicionamentos. No âmbito deste estudo, abordamos em seu sentido amplo, reconhecendo suas múltiplas nuances e perspectivas. No entanto, também consideramos a terminologia “extrema direita” para se referir a grupos ou posicionamentos que são marcadamente conservadores e, por vezes, manifestam tendências autoritárias.

interações situacionais envolvendo formas do uso do poder, aspectos econômicos e também atitudinais sobre a cultura política.

O surgimento da polarização política entre direita e esquerda é fundamental para a constituição da identidade e coesão de ambos os campos políticos. Na negação ou em oposição se constituíram e se fortaleceram ideologicamente estas correntes de pensamento e prática política desde o período entre 1789 e 1791, com a disputa entre jacobinos e girondinos, durante o processo da Revolução Francesa, no qual a posição que ocupavam na Assembleia Nacional Constituinte foi identificada como a origem dos termos espaciais para as definições ideológicas. Jacobinos que sentavam à esquerda defendiam perspectivas de mudanças mais substantivas da sociedade e especificamente o julgamento e a morte do rei. Enquanto os girondinos, sentados à direita eram partidários do rei, defendiam interesses conservadores ligados ao Antigo Regime.

Segundo Boisard (2014), referindo-se ao trabalho de René Rémond sobre a direita na França, existe uma continuidade histórica de uma tradição política que já era plural nos seus primórdios com a existência de diferenças entre a direita contrarrevolucionária, a direita liberal moderada e a direita bonapartista. Boisard (2014) cita Romero para distinguir quatro grupos que integram historicamente a cultura política da direita: os estritamente ideológicos que defendem a conservação da ordem; os autoritários inclinados para as mais variadas violências; os conformistas no qual o status quo representa a manutenção de privilégios; e os populares marcados pelo paternalismo, clientelismo e por práticas religiosas associadas à política.

De acordo com Boisard (2014), Romero enfatiza que a direita ibero-americana tem suas raízes constitutivas oriundas da influência internacional colonial, sobretudo através das elites rurais senhoriais adeptas ao escravagismo com uma concepção de tradicional vinda da Europa, mais especificamente hispano-lusitana, com as classes populares predominantes rurais sendo muito influenciadas por práticas coronelistas. No século XIX, com o êxodo rural, as elites urbanas e rurais se aproximam e de acordo com expressão de Romero (apud Boisard, 2014) “as classes senhoriais se aburguesam e as oligarquias liberais burguesas se senhorizaram”.

No decorrer da evolução do processo político, a formação da polarização adquiriu uma complexidade crescente. Embora autores como Karl Marx e Mikhail Bakunin não tenham se concentrado diretamente nesta categorização, suas perspectivas críticas e

políticas desempenharam papéis fundamentais na constituição dessas divisões. Marx, com sua crítica contundente ao capitalismo e sua concepção da luta de classes como um influenciador preponderante do desenvolvimento histórico, exerceu uma influência profunda sobre o pensamento de esquerda. Da mesma forma, Bakunin, numa perspectiva anarquista, ao posicionar-se contra a autoridade do Estado, inspirou uma visão radical e descentralizada da organização social.

Na gênese política dos termos verificamos essa constituição ideológica da direita como conservadores e da esquerda como progressistas. Numa perspectiva ampliada temporalmente, as interações e relações dos campos políticos se transformam, modificando, desta maneira, o que seriam os conteúdos a serem então conservados pela ideologia à direita. Por um lado, as evoluções históricas dos campos revelam insuficiências da categorização apenas em um eixo horizontal dos significados de direita, centro e esquerda. Por outro lado, o uso corrente destas definições mundialmente e em um tempo prolongado pode ser considerado uma evidência de sua força explicativa que, segundo Norberto Bobbio (2011), ultrapassa o uso político para estar presentes no imaginário e no senso comum em diferentes campos da vida social, reforçando uma relação de oposição polar existente.

As divergências entre os campos políticos estão frequentemente relacionadas às posições sobre a desigualdade e à redistribuição de recursos pelos Estados nacionais para sua população, podendo indicar inclinações tanto para a mudança quanto para a manutenção do status quo. Se anteriormente o poder em torno de monarquias privilegiava setores específicos, com o avanço da burguesia nacional associada aos Estados nacionais ocorrem rearranjos que transformam gradativamente a apropriação e destinação de recursos, mantendo o colonialismo. Se nos primórdios do termo “direita” os interesses do rei eram uma preocupação dos moderados girondinos sentados à direita no parlamento francês, com o avanço dos Estados nacionais, da burguesia e do próprio capitalismo, a posição conservadora modifica-se para a manutenção da desigualdade distributiva como algo natural, beneficiando elites econômicas e não a população mais necessitada. Uma gradativa passagem de argumentos que justificam e conservam a desigualdade versus uma posição que advoga mudanças redistributivas atualizam a polarização de campos, dividindo-se entre direita e esquerda.

Em conjunto com as mudanças políticas relacionadas aos Estados nacionais, a ascensão da burguesia e a configuração da sociedade capitalista reforçaram mudanças no sistema político que envolveu a realização de eleições e também o então nascente fenômeno dos movimentos sociais, com repertórios de confronto que foram gradativamente sendo incorporados aos conflitos políticos como petições, marchas e greves.

Ao longo dos anos a associação de direita com a ideia de conservação é aprofundada pela dimensão dos valores. A pressão por mudanças atitudinais é identificada com ideais à esquerda, enquanto a manutenção de valores tidos como tradicionais tem uma simbiose com o campo político à direita.

O campo à direita, como designação ideológica e política, atravessa o século XX com uma conjuntura em meio a muitas transformações - o que foi denominado por Eric Hobsbawm (2003) como “era dos extremos”. O autor denomina a Revolução Russa como acontecimento que alçou este país a potência mundial e ator das disputas políticas mundiais com influências em outros locais do mundo, em insurreições e numa onda de descolonizações. Neste sentido, uma das principais oposições entre esquerda e direita se deu em torno das experiências revolucionárias comunistas identificadas com a esquerda. Sua oposição ou reação ocorreu, principalmente, através dos nacionalismos que emergiram atrelados ao fascismo, sobretudo após a grande depressão econômica de 1929, que trouxe mudanças políticas e fortaleceu a direita radical que combinava anticomunismo e antiliberalismo com nacionalismos.

No contexto do pós-guerra, marcado pela Guerra Fria, ocorreu um cenário de décadas de intensa rivalidade entre os Estados Unidos representando o capitalismo liberal e a União Soviética o comunismo. Esse período foi caracterizado pela corrida armamentista desenfreada, com ambas as nações acumulando arsenais nucleares e influenciando em conflitos de diversos locais. Os Estados Unidos, com sua influência preponderante no contexto internacional, fortalecidos por conexões políticas e econômicas com elites em diversas partes do mundo, desempenharam um papel central na polarização e na consolidação do campo político à direita. Gradualmente, esse campo foi movido pelo capitalismo liberal, defendendo princípios como a propriedade privada e a diminuição da intervenção estatal na economia.

Nesse período de polarização global, os EUA e seus aliados promoveram a ideia de que o socialismo e o comunismo representavam uma ameaça política, tornando a oposição a essas ideologias um dos fundamentos da identidade política do campo à direita. Esse período histórico teve um impacto significativo nas divisões políticas e na formação de blocos ideológicos que moldaram tanto a política internacional quanto a política interna em muitos países. O temor em relação ao comunismo, construído sob a perspectiva americana, foi alimentado e utilizado para justificar, entre outras coisas, golpes militares na América do Sul.

Mesmo com o comunismo do tipo soviético em declínio, a ascensão de regimes autoritários de longa duração, em oposição à democracia, ocorreu em diversos países, resultando em perseguições políticas em larga escala e alterando o cenário de polarização política. No Brasil, a direita se alinhou aos militares em oposição aos comunistas, marcando sua imagem política com autoritarismo. Invocando supostos valores conservadores tradicionais e alegando uma ameaça historicamente construída e inflamada durante a Guerra Fria, o campo à direita se afastou dos princípios democráticos.

No campo político à direita no Brasil, em uma perspectiva temporal mais ampla, podemos identificar diferentes momentos históricos nos quais uma ideologia conservadora se manifestou através de negações estratégicas em relação às mudanças propostas. Isso inclui a articulação monárquica contra os ideários republicanos e democráticos; a oposição em relação a demandas abolicionistas colocando-se em defesa de políticas de segregação; a associação com regimes autoritários negando o comunismo. Essas negações surgiram como resposta a desafios ideológicos e políticos que ameaçavam as perspectivas conservadoras, sendo moldadas por uma concepção pragmática de ideologia, que, conforme apontada por Konder (2001), reduzia a construção do conhecimento à mera racionalização de desejos e interesses, resultando em políticas adaptadas às situações momentâneas. Essa prática ideológica pode ser dividida em duas linhas de atuação: uma explicitamente antidemocrática e outra que declara apoio à cidadania, mas mantém o controle nas mãos de uma elite. Enquanto a primeira se opõe de maneira explícita ao processo democrático, a segunda endossa o movimento de construção e aprimoramento da cidadania, porém, na prática, subordina esse apoio à preservação de um controle exercido por setores das elites.

1.2 A díade direita e esquerda

Uma das linhas de justificativa que está no trabalho de Norberto Bobbio (2011) sobre a importância da distinção entre direita e esquerda é o fato dela estar presente e operar de forma plena na política contemporânea. O argumento datado do fim da década de noventa é válido para os dias atuais, sobretudo no Brasil. Os conceitos de esquerda e direita continuam a ser utilizados como predicativos e nas definições e identidades políticas, nas disputas eleitorais, nos movimentos, nas crônicas, nos textos da imprensa e nas pesquisas acadêmicas.

O aprofundamento dos termos e sua oposição passam, ainda, por considerarmos outras diferenciações nos embates políticos que acompanham a díade esquerda e direita, como progressistas e conservadores, autoritários e libertários ou capitalismo e comunismo. A queda do muro de Berlim e a globalização foram colocadas como razões para o desuso da dicotomia, que foi além desta contraposição de sistemas e continuou sendo operada com forte sentido político, popular e caricatural nos mais diversos campos do agir humano (Bobbio, 2011, p. 28).

Bobbio reconheceu a existência de uma necessidade de identificação que ocorre ao alinhar-se de um lado ou de outro, no qual se busca a formação de uma união como parte do jogo político que leva ao empenho para derrotar o adversário (Bobbio, 2011, p. 11). Esta necessidade pode ser interpretada ao mesmo tempo como simplificação, confusão e representação de uma determinada realidade porque nenhuma díade pode ser perfeita, única ou imutável. Desta maneira, direita e esquerda são palavras da imprecisa linguagem política carregadas de significados que podem ser usadas como adjetivos positivos ou negativos dependendo de quem delas se apropriam (Bobbio, 2011, p. 36).

A persistência prolongada da dicotomia que permeia e se adapta a contextos radicalmente diferentes, assumindo uma função classificatória essencialmente entre classes antagônicas, frequentemente usadas de maneira pejorativa ou qualitativa, desempenha um papel fundamental na formação de alianças e na polarização crescente na sociedade contemporânea. Podemos inclusive nos perguntar se essa dicotomia é uma característica atávica da humanidade, não no sentido biológico, mas adaptada para um sentido político, no qual representa ou atualiza uma relação de oposição que já estaria

então presente em sociedades antigas, na qual a formação de uma união de um grupo em diferenciação aos de fora exercia uma funcionalidade de sobrevivência.

Em termos marxistas, essa dicotomia pode ser vista como uma manifestação de luta de classes, na qual a formação as diferenciações desempenham um papel relevante na busca dos interesses de classe. No contexto brasileiro, essa dicotomia ganha contornos específicos, refletindo também as complexidades de uma sociedade marcada por tensões e conflitos inerentes à estrutura social de desigualdades socioeconômicas profundas, evidenciando a persistência e a resignificação desses antagonismos ao longo do tempo.

Na década de noventa, após a queda do muro de Berlim, havia espaço para argumentar contra o antagonismo colocando que as ideologias e as diferenciações entre esquerda e direita estavam em crise, no entanto, atualmente vemos que as ideologias estão operando com força na política contemporânea. A existência do chamado centro pode ter características muito diferentes e não pressupõe a eliminação das designações direita e esquerda. Bobbio ressalta que: “os dois termos de uma díade governam-se um ao outro: onde não há direita não há mais esquerda, e vice-versa” (Bobbio, 2011, p. 61). O autor aponta que nem sempre os termos da oposição têm igual força, dependendo do ponto de vista e também por quais critérios estão sendo dimensionadas.

Para além da discussão se a divisão é ou não disfuncional, a defesa de direita e esquerda como termos reciprocamente excludentes com sentidos contrários no qual uma posição política não pode ser simultaneamente de esquerda ou de direita pode inviabilizar a observação de possíveis pontos de contatos entre os campos antagonistas. Não se pode deixar de lado que os termos não significam somente meras etiquetas de ideologias gerais ou abstratas, mas programas políticos contrapostos que contêm ações, interesses e valorações sobre potenciais caminhos da sociedade.

Academicamente, o comum uso do senso comum referente aos termos direita e esquerda no qual se emite um juízo valorativo deve ser evitado em busca de um uso histórico descritivo segundo Bobbio (2011). Se o modo de pensar por oposição tem explicações históricas, sociológicas, psicológicas e até biológicas, o não basear-se apenas na divergência principal e aparente exige destrinchar significados principais e paralelos à díade. A oposição entre “igualdade e diferença” não tem o mesmo significado da oposição entre “igualdade e desigualdade”. Outras oposições como “libertário e autoritário”, “progressistas e tradicionalistas”, “inovadores e conservadores”, “extremistas e

moderados” são antagonismos paralelos à esquerda e direita que também precisam ser considerados.

Bobbio (2011) refere sobre outras díades espaciais como “baixo e cima”, “norte e sul”, “próximo e distante”, “superficial e profundo”, “adiante e atrás”, e “próximo e distante” também fazem parte do universo de explicações políticas, mas nitidamente com menor força. A antítese principal na linguagem política – da qual as outras são dependentes – é derivada da linguagem comum e, portanto, não é rigorosa; contudo deve-se pressupor um significado que é mutável no tempo e que poderá até se tornar secundária, mas não desaparecer (Bobbio, 2011, p. 85).

Tanto a esquerda quanto a direita atribuíram significados para as relações de poder envolvendo os governantes, como também para dinâmicas entre os próprios governados. Desta forma, a metáfora horizontal não eliminou a metáfora vertical e “as duas metáforas têm funções representativas diversas e a esfera das relações políticas só pode ser globalmente representada se uma e outra estiverem juntas” (Bobbio, 2011, p. 90).

O aprofundamento da linguagem política na sua principal metáfora de polarização tem ainda suas conexões com as explicações religiosas. Não poderia ser de outra forma já que por séculos a política de reinados era sustentada pelas crenças em divindades. Na conotação religiosa cristã, o termo direita tem valor positivo enquanto a palavra esquerda tem valor negativo¹⁰. Na passagem para a linguagem política perde-se esse valor originário ligado ao sagrado e ao profano para designar dois lugares possíveis no posicionamento políticos com valores finais mais sólidos e valores instrumentais mais flexíveis.

¹⁰ Uma das partes mais conhecidas na Bíblia que refere esquerda e direita está em Mateus 25: 31-41: "Quando o Filho do homem vier em sua glória, com todos os anjos, ele se assentará em seu trono na glória celestial. Todas as nações serão reunidas diante dele, e ele separará umas das outras como o pastor separa as ovelhas dos bodes. E colocará as ovelhas à sua direita e os bodes à sua esquerda. Então o Rei dirá aos que estiverem à sua direita: 'Venham, benditos de meu Pai! Recebam como herança o Reino que foi preparado para vocês desde a criação do mundo. Pois eu tive fome, e vocês me deram de comer; tive sede, e vocês me deram de beber; fui estrangeiro, e vocês me acolheram; necessitei de roupas, e vocês me vestiram; estive enfermo, e vocês cuidaram de mim; estive preso, e vocês me visitaram. Então os justos lhe responderão: 'Senhor, quando te vimos com fome e te demos de comer, ou com sede e te demos de beber? Quando te vimos como estrangeiro e te acolhemos, ou necessitei de roupas e te vestimos? Quando te vimos enfermo ou preso e fomos te visitar? O Rei responderá: 'Digo a verdade: O que vocês fizeram a algum dos meus menores irmãos, a mim o fizeram'. Então ele dirá aos que estiverem à sua esquerda: 'Malditos, apartem-se de mim para o fogo eterno, preparado para o Diabo e os seus anjos.'" (grifo meu).

Bobbio (2011), quando escreveu o livro *Direita e Esquerda*, na década de noventa, já utilizou o qualitativo “nova direita” para dizer da ascensão deste posicionamento político após a derrocada do fascismo, demonstrando que esta discussão sobre atualizações são adjetivadas constantemente como novas. Revelli, citado por Bobbio (2011), formula critérios que aparecem na distinção entre esquerda e direita referente à temporalidade, espacialidade, critérios decisionistas, sociológicos e por último gnosiológico¹¹.

Quadro sobre distinções esquerda e direita

	ESQUERDA	DIREITA
TEMPORALIDADE	Busca mudanças	Busca estabilidade
ESPACIALIDADE	Princípio igualitário	Princípio hierárquico
DECISIONISTA	Autonomia	Heteronomia
SOCIOLÓGICO	Classes subalternas com poder	Elites com poder
GNOSIOLÓGICO	Opera por modelos de conhecimento racionalista	Opera por modelos de conhecimento mitológico

Fonte: Organizado pelo autor a partir do texto de Bobbio (2011).

A relação com a igualdade e a desigualdade como critério de distinção da esquerda e direita é complexa devido à existência de diversos juízos positivos e negativos sobre o ideal de igualdade. A antítese fundamental está na seguinte dualidade: em nome da igualdade natural, os defensores da igualdade condenam a desigualdade social, enquanto em nome da desigualdade natural, os opositores da igualdade condenam a igualdade social. Os direitos sociais para esquerda são uma forma de tornar mais iguais os desiguais. E mesmo quando uma discriminação é apontada como ilegal, os campos políticos ainda a tratam de formas diferentes nas suas convicções, com conflitos e disputas que não são apaziguadas com a letra da lei (Bobbio, 2011, p. 122 e 125).

¹¹ O termo "gnosológico" está relacionado com a epistemologia, que é o ramo da filosofia que trata do conhecimento.

Para Bobbio (2011) o critério mais forte para distinção política entre esquerda e direita está no ideal de igualdade. Igualdade e desigualdade podem ser vistas de diferentes maneiras e interpretadas sem necessariamente uma valoração necessariamente positiva ou negativa. Para Bobbio (2011) existem diferentes perspectivas sobre a igualdade que envolvem, inevitavelmente, a necessidade do contexto, estabelecendo entre quem esta sendo feita a comparação, ou em relação a quem está sendo debatida ou mesmo detalhando quais são os critérios que estão sendo utilizados. Segundo Bobbio (2011) enquanto para a esquerda a igualdade é a regra e a desigualdade é a exceção, para a direita é o contrário. De um lado estão aqueles que consideram que os homens são mais iguais que desiguais, de outro, aqueles que consideram que são mais desiguais que iguais.

Além do critério de igualdade, Bobbio (2011) argumenta que para distinguir a alas moderadas e extremas em ambos os lados do espectro político, há diferenciações quanto ao posicionamento relacionado à liberdade versus o autoritarismo. Neste sentido,, aqueles que buscam igualdade e liberdade geralmente se encontram na centro-esquerda. No entanto, o autor observa que a realidade é muito mais complexa do que um esquema mediante poucos critérios, envolvendo também disputas pelo poder e pela dominância.

Segundo Perry Anderson (2011) é possível realizar uma distinção lógica de quatro proposições envolvendo o argumento de diferenciação da esquerda e direita em Bobbio a partir do critério sobre a igualdade demonstrada no quadro abaixo (Perry Anderson, 2011, p. 164).

Quadro de proposições de Perry Anderson diferenciando direita e esquerda

	ESQUERDA	DIREITA
FACTUALIDADE	Desigualdade natural entre os seres humanos é menor que sua igualdade.	Desigualdade natural entre os seres humanos é maior que sua igualdade.
MODIFICABILIDADE	Que muitas formas de desigualdades são socialmente modificáveis.	Que bem poucas formas de desigualdades são socialmente modificáveis.

FUNCIONALIDADE	Poucas formas de desigualdade têm função positiva.	Que a maior parte das desigualdades tem função social.
DIRECIONALIDADE DA DESIGUALDADE HUMANA	Historicamente, as desigualdades se tornarão efêmeras.	Que na evolução das desigualdades não há direcionalidade.

Fonte: Organizado pelo autor a partir do texto de Perry Anderson (2011, p. 164).

O que Anderson (2011) aponta como fragilidades no argumento de Bobbio (2011) sobre a divisão esquerda e direita, a partir das interpretações sobre a oposição entre igualdade e desigualdade, são as possibilidades de dissociação entre estas quatro proposições. Ou seja, não existe uma relação coerente na qual atores envolvidos nos embates políticos defendam, necessariamente, as quatro proposições conjuntamente. Os exemplos dados são a dissociação possível entre a primeira e segunda proposição, em que é possível pensar e defender que os seres humanos são naturalmente mais iguais do que desiguais e, ao mesmo tempo, considerar que a maior parte das formas de desigualdades não pode ser extinta – ou o oposto: ter a convicção de que os seres humanos são mais desiguais e considerar que as desigualdades podem sim ser superadas (Perry Anderson, 2011, p. 164 e p. 165).

Para Anderson (2011), este retrazar das linhas entre direita e esquerda que foi realizado por Norberto Bobbio leva em consideração mais a conjuntura histórica do que identidades essenciais e faz com que o centro político fosse apenas um lugar de evasão. As quatro proposições poderem ou não estar dissociadas entre si – apontadas por Anderson (2011) – complexifica o argumento de Bobbio(2011) no sentido que a posição de mais força tanto da direita quanto da esquerda acontece quando estas proposições estão coerentes com a divisão realizadas. Ser a posição de mais força, ou seja, mais coerente com o espectro político, não significa, necessariamente, o posicionamento mais comum.

Desta forma, a dicotomia esquerda e direita, mesmo com o seu significado irreduzível, ineliminável, ressurgente, ideológico, histórico e existencial possui proposições que podem estar dissociadas entre si, modificando seu sentido explicativo que podem gerar ações ou interpretações que tornam ainda mais complexo o

posicionamento político. Essas diferenças são uma possibilidade explicativa sobre o porque em alguns locais a díade faz mais sentido e é operada com mais frequência nos embates políticos do que em outros locais.

As inúmeras combinações de posições nas quais atores políticos defendem estas proposições de forma dissociadas não significam posições intermediárias ou de mediação entre direita e esquerda, mas posições diferentes que também não podem ser denominadas como centro. Para estes atores, a dicotomia perde força e, portanto, tem menos sentido explicativo. Ao deixar parte considerável de pessoas sem pertencer ao sentido explicativo forte da polarização, estas ficam sem lugar nítido, nem mesmo ao centro, e são deslocadas indevidamente para um suposto lugar de isenção.

As posições políticas que são coerentes nas quatro proposições referentes à direita e à esquerda, e a sua força explicativa, têm o efeito de estigma, ou seja, uma marca que sinaliza identidades políticas facilitando ou simplificando o entendimento e o enquadramento interpretativo, por parte dos próprios grupos nos seus processos de construção coletiva de posicionamentos, de opositores e mesmo de setores da mídia que analisam os conflitos políticos. Isso explica e reforça o argumento de Bobbio (2011), de que o uso frequente da díade demonstra sua importância. Entretanto, a menor força explicativa quando estas mesmas quatro proposições citadas anteriormente estão dissociadas explica dificuldades para atores construir identidades políticas e enquadramentos, o que valida também o argumento de críticos de Bobbio, para os quais, em alguns casos, ocorre a perda de sentido da dicotomia.

Todavia, a perspectiva de aprofundar o significado destas diferenças para além da clássica divisão em apenas um eixo, com posições intermediárias entre dois polos, não se torna usual. Anderson (2011) afirma que a diferença possível dentre as proposições não é mero paradoxo formal, mas traz problemas políticos concretos. Analisando a segunda proposição o autor coloca:

Existe um debate cultural em contínuo desenvolvimento no que diz respeito à possibilidade de que programas do igualitarismo social tenham, em última instância, uma contrafinalidade: graças à eliminação das formas artificiais de desigualdade, ou seja, aquelas fundadas no poder e na cultura, seria finalmente possível exaltar e cristalizar, de modo bem mais dramático do que jamais se imaginou, os aspectos naturais da desigualdade, instaurando assim uma ordem baseada no código genético (Anderson, 2011, p. 165).

Neste posicionamento, evidencia-se que a política impactada pelos enquadramentos esquerda e direita pode produzir contrafinalidades. Desta forma, o que é exatamente uma contrafinalidade? Neste contexto, pode ser entendida como uma consequência inesperada ou não prevista de uma identidade política, com seus posicionamentos, em uma temporalidade mais ampliada na qual o conflito político e a interação com outros atores ou mesmo a realização das finalidades produzem, como já apontava Sartre (2002), contrafinalidades. No exemplo de Anderson (2011), uma desigualdade natural ainda mais cruel do que a desigualdade política e cultural existente é, de certa forma, uma explicação que não mudaria a realidade e produziria novos sofrimentos psíquicos ainda mais intensos do que temos atualmente.

A diáde esquerda e direita também é impactada quando existem proximidades, consensos ou mesmo uma linguagem política partilhada devido a tornar menos visíveis suas diferenças e, portanto, a capacidade de ambos os lados de polarizar. Para Innerarity (2017), o objetivo partilhado pelos campos políticos de crescimento econômico e a criação de empregos fazem com que a polarização não seja nem tão forte nem tão exclusiva devido aos próprios limites da ação política e estatal e ao diminuído espaço de manobra dos partidos.

1.3 A tentativa de formular para além dos campos políticos

Antony Giddens (1996) aponta o declínio dos projetos de transformações históricas, em que grupos políticos à esquerda, identificados como socialistas, na constante defesa da proteção do estado de bem-estar social tornaram-se, de certa forma, conservadores e o campo identificado com a direita conservadora tornaram-se radicais na aderência ao capitalismo competitivo. Giddens (1996) destaca a contradição derivada do pensamento neoliberal, que busca promover o mercado e o individualismo competitivo, ao mesmo tempo em que também se apoia na preservação de elementos tradicionais como nação, religião e família, o que o aproxima de características associadas ao fundamentalismo.

Na tentativa de deslocamento da esquerda e também da direita Giddens (1996), debruçou-se sobre o conceito de conservadorismo. Para o autor, o velho conservadorismo (que defendia a hierarquia, a aristocracia, a primazia da coletividade ou do Estado sobre

o indivíduo e a importância em evidência do sagrado) se desintegrou devido a seus laços com o fascismo. Na ausência deste velho conservadorismo, o conservadorismo no pós-guerra teve de reinventar-se, aceitando influência difusa do capitalismo e da democracia liberal com a missão de preservar instituições fora das esferas da política e da economia como a família ou a Igreja. O autor, ao formular sobre o que ficou conhecido como “Terceira Via”, apontou problemas existentes na combinação de capitalismo com democracia, sobretudo a insuficiência em gerar solidariedade social (Giddens, 1996, p. 18 e p. 35-40).

É significativo que, em meados da década de noventa, quando Giddens lançou seu livro, já existia uma discussão em torno de uma "nova direita" que estava emergindo como algo distinto da direita convencional, mas combinando as políticas do neoliberalismo com perspectivas nacionalistas e a identificação como herdeiros do conservadorismo, no sentido de defender a família e os valores tradicionais, resultando em posições contraditórias (Giddens, 1996, p. 44-48; p.53; p.60).

Giddens defende a existência de diferenças partidárias no contexto prático entre esquerda e direita, mas diferentemente de Norberto Bobbio, formulou que tais distinções e posicionamentos foram, cada um à sua maneira, perdendo sentidos fundamentais e significados devido às mudanças no desenvolvimento moderno. Para o autor este esgotamento foi reforçado pelo surgimento de posicionamentos e princípios éticos capazes de gerar valores universais compartilhados vindos de uma interdependência global (Giddens, 1996, p. 93 e p. 284-286).

Em sentido semelhante, Innerarity (2017), defendeu que o eixo explicativo ideológico mais forte não se divide entre esquerda e direita, mas entre aqueles cínicos tecnocratas que se aproveitam da complexidade política para desvalorizar o processo político, com sonhadores populistas que simplificam a política para se colocarem como defensores ilimitados de supostos interesses comuns (Innerarity, 2017 p. 140).

1.4 As Direitas no Brasil e a influência internacional

Para avançarmos na compreensão da direita no Brasil é necessário detalhar a sua influência e identificação com o neoliberalismo. Segundo Dardot e Laval (2016), o

neoliberalismo envolve um conjunto de políticas econômicas que mercantilizam relações sociais com dominação dos mercados financeiros, mas vai além do monetarismo ou da austeridade, através de uma racionalidade política imposta por um sistema mundial de poder, que impacta as subjetividades e as formas de vida nas quais o estímulo ao individualismo, à competição meritocrática, ao empreendedorismo e às formas precárias de trabalho predominam.

Ao mesmo tempo em que o neoliberalismo se imuniza contra qualquer restrição do Estado ao mercado com um discurso de defesa da liberdade e diminuição do tamanho da máquina estatal, ele atua para que o estado favoreça o mercado com privatizações, desonerações, aportes em momentos de crise e outras vantagens. Para Perry Anderson (1995), no neoliberalismo, a desigualdade não é vista como uma consequência indesejada de políticas econômicas, mas como componente essencial da ideologia com a crença que a desigualdade tem um valor positivo, necessária para estimular a competição e a eficiência econômica.

Segundo Goulart da Silva E Machado Rodrigues (2021), a combinação das políticas neoliberais com valores identificados com o conservadorismo (como família, nação, dever e autoridade) atualiza e constitui o chamado populismo de direita. Entretanto, o neoliberalismo não pode ser imediatamente ligado ao campo à direita ou ao conservadorismo, pois não se trata de defender uma ordem já existente com a reprodução de desigualdades, mas um modo de governo que se alimenta, segundo Dardot e Laval (2016), das suas próprias crises, sem questionar as origens dos problemas, provocando mudanças substanciais, mas sempre com o sentido de aprofundar dogmas que constituem uma receita neoliberal e que são sintomas do seu funcionamento sistêmico.

Um dos laboratórios do neoliberalismo na América Latina foi o governo ditatorial de Pinochet no Chile. Contudo, em diversos locais o neoliberalismo manteve uma roupagem associada à abertura, ao progresso, a liberdades individuais e ao Estado de direito. Porém, nos últimos anos, esta roupagem tem se mostrado apenas circunstancial, com o atrelamento gradativamente ampliado do neoliberalismo com o autoritarismo associado com a extrema direita, revelando práticas antidemocráticas e absolutistas engendradas no neoliberalismo. Os processos de desdemocratização são colocados, por Dardot e Laval (2016), como elementos inatos do neoliberalismo que já apareciam nas formulações de Friedrich Hayek.

A relação entre a política de direita e o neoliberalismo no Brasil é intrincada. Embora não se possa afirmar que isso seja uma característica política única ou uma fase inerente ao neoliberalismo, o campo político de direita influenciou a formação da lógica neoliberal, ao mesmo tempo em que também foi influenciado por sua predominância, adaptando-se a uma realidade que de acordo com Dardot e Laval (2016), mescla autoritarismo antidemocrático, nacionalismo econômico e racionalidade capitalista empresarial expandida.

O neoliberalismo, para além de um sistema econômico, impactou todos os aspectos das relações sociais evidenciando situações de concorrência, rivalidade, incertezas, precariedade e empobrecimento. Esta aproximação entre posicionamento de direita e políticas neoliberais produziram efeitos na sociedade e na esfera política associados à promoção de uma competição exacerbada, à degradação das condições de vida e ao enfraquecimento das organizações coletivas. Diversas estratégias assimétricas são empregadas para impor a legitimidade neoliberal, mas o uso da legalidade constitucional tem sido uma das ferramentas preferidas pelas elites que defendem essas políticas, dificultando sua reversão.

Para Kevin Middlebrook (2000), principalmente as elites (mas não apenas elas) podem fazer avançar suas agendas políticas por uma série de mecanismos que não necessariamente através da política partidária institucional. O autor cita processos de clientelismo e mobilização da sociedade civil como instrumentos utilizados pelas elites para o andamento das suas pautas. Cannon (2017) defende que historicamente a representação dos interesses das elites e suas formas de exercer o poder são variadas e atuantes em múltiplos espaços, para além do sistema político institucional, disputando a opinião pública através do acesso à mídia privada, impulsionando e financiando mobilizações populares e elitistas ou por estratégias de redes de *advocacy* com volumosos recursos.

Cannon (2016) problematiza a existência de redes internacionais de poder formada para manutenção de elites com estratégias envolvendo formas de poder e dominação sociais mais amplas que vão além dos partidos políticos que se nomeiam ou são reconhecidos como de direita. As conexões com grupos de negócios, com igrejas, com a mídia e com o poder militar não são articulações momentâneas, mas atores mais ou menos integrados ao posicionamento do campo e as suas formas de atuação e

mobilização condicionam o poder político e, ao mesmo tempo, são condicionados por eles. Para o autor, na América Latina, supor a direita apenas como aqueles que disputam a representatividade e o poder do estado seria subestimar o esmagador poder relacionado à assimetria em relação a qualquer outro grupo ou campo político que foi construído historicamente (Cannon, 2017, p. 32-33).

No sentido de considerar a complexidade da influência das elites no campo político à direita, analisemos o conceito de Michael Mann (2002) referente à dimensão do poder social. Para o autor operam, em determinado território, quatro fontes de poder socioespacial – ideológica, econômica, militar e política – que se cruzam e se sobrepõem em múltiplas redes. O poder social das elites, segundo Mann (2002), foi fortalecido por uma confluência de interesses ligados ideologicamente ao neoliberalismo que se conectou com discursos e políticas de direita. O autor enfatiza que na América Latina a assimetria do poder das elites é suficientemente forte para que resistam a qualquer tentativa de mudança que signifique uma equalização social ou restrição dos seus poderes.

Especificamente ao analisar a América Latina, Cannon (2017) aponta que as formas de influências políticas assimétricas exercidas pelas elites através do campo à direita envolvem três níveis de estratégias que se complementam para fazerem oposição a governos de esquerda: estratégias institucionais, estratégias de mobilização e estratégias semi ou extraconstitucionais. Nas estratégias institucionais, o autor chama atenção para as diferenças nas estruturas partidárias. Nas de mobilização ocorre a ativação do poder oligárquico contra setores mais pobres, com amplas táticas que vão de manifestações a ações diretas, e campanhas privadas nas mídias. O autor relata que em alguns casos há apoio externo, principalmente dos EUA, e - o que nos interessa especificamente neste estudo- é que ao utilizar formas de confronto político estes grupos não abandonam as estratégias eleitorais. Nas estratégias extraconstitucionais são diferentes níveis do poder social da direita que são mobilizados, inclusive o militar, para desestabilizar e destituir governos de esquerda, com tentativas de fornecer um verniz de institucionalidade.

O caso brasileiro da deposição de Dilma Rousseff é apontado como um caso no qual estes três níveis estratégicos foram utilizados pela direita para realizar um “smart coup” ou “golpe inteligente” e reaproximar as políticas brasileiras do projeto neoliberal (Cannon, 2017, p. 38-40). O autor ainda observa que muitas pesquisas da ciência política, desconsiderando estas diferentes estratégias, são concentradas apenas no sistema político

partidário, tendo dificuldades para compreender as formas multifacetadas de ação da direita na região.

O campo político à direita no Brasil é permeado por uma parte de atores com proximidades ou mesmo que constituem o que denominamos de elites políticas, econômicas e militares. Essas conexões e alianças desempenharam um papel importante na influência sobre as agendas políticas e nas escolhas das estratégias de atuação deste espectro político. Embora seja relevante esta relação, não se deve interpretar como manipulação daqueles que se colocam como militantes ou defensores da direita. Camila Rocha (2018) contesta o entendimento implícito de que recursos abundantes provenientes de uma elite significaria uma ação política inautêntica de atores e apresenta uma série de outros pontos que podem ser mais fortalecedores de movimentos e mobilizações do que o dinheiro: a criação de identidades políticas fortes, dinâmicas emocionais e consolidação de laços nas interações e conflitos, mudanças nas oportunidades política e a própria lógica das mídias sociais (Rocha, 2018, p. 48 e p. 52).

Além do neoliberalismo, uma corrente de pensamento que influenciou recentemente parte do campo político da direita, sobretudo, a extrema direita é o Tradicionalismo. Segundo Teitelbaum (2020), em essência esta corrente se difere da posição defensora de determinada tradição ou dos valores conservadores, mas representa um conjunto de ideias filosóficas e políticas que, embora nem sempre seja reconhecida de forma explícita, buscam uma oposição radical à modernidade ocidental e adotam uma perspectiva de tempo cíclico, rejeitando a noção liberal de progresso.

A corrente do Tradicionalismo não é amplamente conhecida, mas suas ideias circulam em diversos espaços e influenciam uma variedade de pensamentos e movimentos. Isso pode ser visto no ressurgimento de teorias como a da Terra Plana, que desafia convicções científicas lógicas. O Tradicionalismo, embora geralmente associado à direita política devido ao seu foco na conservação, também desafia as ideias iluministas e até mesmo o capitalismo, pois considera a modernidade iluminista como uma era de declínio.

No cerne do Tradicionalismo está uma concepção de tempo cíclico, que sugere que as sociedades passam por quatro eras sucessivas - ouro, prata, bronze e trevas. Para os tradicionalistas radicais, a modernidade iluminista representa a era das trevas, marcada

pela degeneração contínua e pelo afastamento das verdades transcendentais. Eles são céticos em relação ao progresso e defendem que a sociedade se tornou cada vez mais caótica e dominada por interesses materiais. No entanto, essa corrente de pensamento também sustenta que a destruição e a degeneração são sinais do fim da era das trevas e do renascimento de uma sociedade virtuosa com valores opostos à modernidade.

Como consequência, as políticas orientadas pelo Tradicionalismo resultam frequentemente na desestabilização das instituições modernas e democráticas. Isso inclui um questionamento dos sistemas políticos eleitorais, uma desconsideração pela racionalidade e, em alguns casos, até mesmo conflitos armados. Essa subdivisão de pensamento, que existe à margem da esfera política de direita, conseguiu influenciar de forma surpreendente a direita contemporânea, resultando em figuras influentes ocupando cargos de poder em várias nações. Chama atenção como ideias profundamente enraizadas no passado se conectam com questões na atualidade e moldam práticas políticas em governos ao redor do mundo.

A influência do Tradicionalismo na política de extrema direita recente foi ampliada por figuras como Aleksandr Dugin (próximo de Putin na Rússia), Steve Bannon (articulador ligado ao Trump nos Estados Unidos) e, também, Olavo de Carvalho (que era próximo do governo Bolsonaro). É importante observar que esses ideólogos tradicionalistas não formam um sistema de ideias coeso e suas interpretações podem variar consideravelmente, incluindo questões como o papel da China na globalização, a homogeneização da sociedade e a secularização. Se, de alguma forma, a influência recente deste sistema de pensamento pode ser considerada uma novidade, seu conteúdo está em circulação na sociedade há muito tempo.

Desde o passado colonial do Brasil, nossa formação como nação e a construção de nossa estrutura política foram fortemente influenciadas por fatores externos. Essa influência incluiu a dolorosa herança da escravidão e diversas outras características do colonialismo, como o patrimonialismo, o patriarcalismo e o latifúndio. Posteriormente, nossa história também foi moldada por processos de migração, eventos políticos internacionais e disputas políticas. Estes conflitos em campos opostos foram ativados ou diminuídos de acordo com as conjunturas nacionais de oportunidades políticas, ameaças e interesses dos atores envolvidos no poder. Ao longo da história, a influência política

internacional modificou e abalou a situação nacional, impactando o posicionamento dos campos políticos à direita e, também, à esquerda.

André Singer (2021), sobre o poder político da direita, sugere uma divisão dos ciclos políticos em duas fases. Uma primeira fase – entre 1964 e 1992 – na qual a direita comandava o país e mantinha uma ativação do seu poder enquanto campo político. No processo político ditatorial, a direita tomou o poder e governou o país mantendo eleições para o legislativo e parte dos governos municipais. O partido político da direita neste período foi a Arena (Aliança Renovadora Nacional) e, posteriormente, já no processo de gradual de abertura o sucessor do partido Arena foi o Partido Democrático Social (PDS), mantendo uma base de apoio para o regime que competia nos processos eleitorais, segundo Singer (2021).

Em uma segunda fase, a partir de 1994, segundo Singer (2021) ocorre uma desativação da direita. Este período corresponde ao recolhimento dos militares às suas obrigações ligadas à defesa, sem atuarem com protagonismo político. É o período de efetiva redemocratização do país, com eleições diretas e confiáveis para todos os cargos do executivo e legislativo. A partir de 1994, a polarização política e eleitoral excluiu praticamente a direita como protagonista e se efetiva através dos partidos adversários políticos PSDB e PT e por seus candidatos nas eleições presidenciais Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Para Singer (2021), a despolarização e a desativação do campo à direita ainda foram intensificadas, sobretudo, a partir de 2002, com a eleição de Lula como um governo moderado, condensado pela expressão: “Lulinha paz e amor”.

Este período, no qual a direita ligada com os militares ficou fora do poder e com influências políticas limitadas pode ser considerado um momento de latência dos valores de direita e da sua expressão na sociedade brasileira? Para Singer (2021) quando a direita sai do foco com parte expressiva se afastando da máquina federal, inclusive os militares, isso confunde análises que desconsideram predisposições latentes do eleitorado deste campo político. Podemos considerar que a extrema direita liderada por Bolsonaro reforçou elementos latentes ligados ao ressentimento e ao ódio?

Mas o que significa politicamente esta ideia de latência? Latência é o período no qual algo se elabora, antes de assumir existência efetiva. Especificamente, pelo Dicionário Online de Português, latência pode ser uma particularidade, estado ou

condição que se encontra oculto, como a latência de um sentimento; a circunstância temporal em que alguma coisa se desenvolve antes de possuir sua forma definitiva; ou mesmo período tempo compreendido entre o início de um estímulo e o começo de uma resposta, relacionada ao mesmo estímulo. Desta maneira, politicamente, podemos entender latência como período no qual determinado conteúdo político não aparece ou não influencia o debate público, mas permanece no acervo de possibilidades sem ser manifestado. Poderíamos então supor uma rede clandestina do campo político à direita na qual tais ideias seriam elaboradas e estariam à espera de um momento oportuno para aparecer no debate público. Ou ainda, o que parece ser mais provável, a manutenção ou preferência por estes valores e conteúdos políticos em indivíduos, sendo mantido oculto ou expressado somente em pequenas redes de contato, sem articulações mais amplas.

A inibição de um campo político pode ser lida como certa paralisação temporal e uma espécie de dique formado pelo contexto de ameaças e oportunidades políticas que constituiu uma barreira para a manifestação de determinado conteúdo político, seja através das campanhas eleitorais, campanhas de protesto ou mesmo no debate público. Desta forma, desvela-se uma hipótese de que no contexto do regime militar as ameaças, as violências políticas e os autoritarismos tiveram o efeito de produzir uma inibição forçada do campo político à esquerda. E a conjuntura da redemocratização produziu um efeito de inibição do campo político à direita, inclusive surgindo o conhecido termo da “direita envergonhada”, do qual Quadros e Madeira (2018) argumentam que ficou no passado.

A questão da “direita envergonhada” deve ser entendida para além de uma metáfora política que indica a ausência momentânea de influência deste campo, mas investigada como afeto que modificou o circuito de relações estruturais da política. No momento de primavera da democracia brasileira em meados da década de oitenta, a direita e os militares eram identificados como culpados pela sua ausência e, apesar da falta efetiva de punição institucional, a culpa pela transgressão moral, pela satisfação da violência, pelo autoritarismo e pela suspensão da democracia foram interpretadas retroativamente levando o campo para uma posição de silenciamento. Podemos atribuir ao ciclo de protesto das “Diretas Já”, como um momento fundamental no qual os atores militares, autoritários ou defensores da ditadura encontram o olhar de uma sociedade sedenta para votar direto para presidente, almejando resolver seus problemas através da democracia, resultando em uma posição de vergonha.

O polêmico processo envolvendo a Anistia, com consequências da não punição amplamente questionável, foi uma conjuntura relevante para este campo político ter ficado em uma condição inibida de latência. Apesar das análises que atribuem justamente à impunidade dos atores do regime ditatorial a reativação do campo político à direita, décadas mais tarde, é difícil apontar o que teria acontecido se as punições tivessem realmente sido efetivadas. Obviamente não estou aqui argumentando em defesa da impunidade, mas apenas conjecturando que a desativação da direita e do intervencionismo militar por mais de 30 anos poderia não ter acontecido.

A desativação ou inibição de campos políticos em determinados momentos históricos não impede a persistência da polarização. Durante o regime militar, após o golpe, a ala de extrema direita, associada ao autoritarismo, operava praticamente sem restrições, apesar das diversas proibições impostas aos cidadãos. Os mecanismos para conter a sua inclinação à violência eram frágeis e insuficientes. Tanto os processos institucionais de redemocratização, como a problemática Anistia, quanto os movimentos de protesto nas ruas, como o movimento "Diretas Já"¹² em 1984 e, mais tarde, os "Caras Pintadas" em 1992, gradualmente restringiram o espaço para o autoritarismo, a intervenção das Forças Armadas e os valores associados à extrema direita. De acordo com Singer (2021), o ressurgimento do protagonismo político dos militares durante o governo de Jair Bolsonaro evidencia a estreita ligação entre a participação política militar no Brasil e períodos de ascensão ou ativação da direita.

A argumentação em torno da desativação da direita no plano estrutural, da existência de um período de latência, ou mesmo de uma inibição temporal deste campo político é, de certa forma, um questionamento da denominação da atuação política contemporânea como “nova direita”. Porque se concordamos que determinados conteúdos políticos estavam latentes e sua resposta no presente é uma reativação de valores e posicionamentos que estavam eclipsados, a novidade não seria a “direita”, mas sim sua ativação e o entendimento de que a predisposição à direita tem uma dinâmica de longo prazo enraizada em parcela expressiva do eleitorado.

¹² No movimento das "Diretas Já", segundo Tatagiba (2014), foi um ciclo de protestos que ocorreu entre 1984 e 1985. Os manifestantes exigiam a aprovação de Emenda Constitucional Dante de Oliveira, que permitiriam a realização de eleições diretas para a presidência do país.

Casimiro (2018) afirma existir uma convergência do debate acadêmico qualificado como progressista em relação ao entendimento de que os significativos avanços dos pensamentos e das ações política de direita no Brasil são um fenômeno que constituem uma “nova direita” caracterizada pelo discurso de ódio, pela perseguição de setores considerados progressistas, pelo repúdio ao bem público, pela exaltação exacerbada do mercado, pelo “refluxo reacionário” organizado de reorganização das classes dominantes a partir de meados da década de oitenta com um novo modo de operar sua influência político-ideológica com menos técnica e contenção. O autor cita o Movimento Brasil Livre (MBL), braço de atuação político-ideológica do grupo Estudantes pela Liberdade (EPL), como exemplo de organização da “nova direita” aberta e dura com suas marcas de agressividade que constituem narrativas revisionistas, discursos de ódio, fakenews, manifestações reacionárias e candidaturas políticas (Casimiro, 2018, p. 41 e p.45).

Camila Rocha (2018) ao investigar a formação de grupos de discussões na internet, entre 2006 e 2010, ligados ao pensamento de direita, faz distinções desta nova direita em relação à direita tradicional que vinha atuando desde a redemocratização no país nos marcos do presidencialismo de coalizão e da Constituição de 1988. Esta nova direita – permeada por atores que dominavam a linguagem digital e realizavam com eficiência o manejo das redes sociais virtuais, sendo um dos expoentes Olavo de Carvalho – pretendia romper com estas práticas políticas e também tensionar marcos constitucionais vigentes, radicalizando na defesa do livre mercado. A forma de atuação através de movimentos e a ocupação das ruas com campanhas de protesto também refletiam, segundo Rocha (2018), uma distinção significativa, assim como o abandono de uma identidade envergonhada, resultando numa proclamação do conservadorismo associado ao ultraliberalismo.

Afinal, ainda que seja possível traçar várias continuidades da nova direita com o período anterior, tanto em termos de discurso como no que tange aos laços com organizações, redes internacionais e financiadores atuantes no passado, o surgimento de contra-públicos digitais na metade dos anos 2000, e de uma militância formada sobretudo por estudantes universitários e profissionais liberais de classe média, que utilizava um novo repertório de ação na sociedade civil e na esfera pública, possibilitaram o surgimento de um amálgama ideológico inédito no Brasil entre ultraliberalismo e conservadorismo que serviu como base para os atores que chegaram ao poder com as eleições de 2018. (ROCHA, 2018, p. 43).

O argumento central para Rocha (2018) na defesa do surgimento de uma nova direita com um inédito repertório de ação que vai da circulação de memes e outras ações virtuais, a participação de protestos nas ruas – como o da Marcha da Maconha aos protestos de Junho de 2013. A combinação destas ações com a entrada destes atores nas disputas eleitorais é interpretada como uma superação da direita envergonhada (Rocha, 2018, p. 112).

Apesar de Rocha utilizar o termo “direita” no singular, a autora destaca que a nova direita era constituída por diferentes forças que não havia se unificado em um grande projeto até as eleições de 2018 com a formação de uma frente única caracterizada como ultraliberal-conservadora. Ainda no mesmo ano de 2018 em artigo publicado no livro *O ódio como política*, a autora adota o plural: “novas direitas”.

Resumidamente os argumentos para o tratamento desta direita atuante na contemporaneidade brasileira como nova são: as mudanças de práticas políticas resultantes de uma mudança externa na comunicação mundial com o advento das mídias virtuais; o protagonismo de novos atores que consolidaram aproximações iniciadas virtualmente; o surgimento de novas organizações; as práticas radicalizadas de contestação que articulam formais virtuais antagonistas e campanhas de protesto; o enquadramento interpretativo que defende a existência de uma hegemonia cultural esquerdista; a junção do conservadorismo nos costumes com um ultraliberalismo econômico; e o despudor em defender a identidade política de direita.

Gentile (2018) analisa que o ciclo de protestos de Junho de 2013 e posteriormente os protestos que culminaram com a saída de Dilma Rousseff do poder consolidaram uma “nova” direita, entre aspas, com perfil ideológico e organizativo inovadores. Para o autor foram demarcadas três vertentes: os pentecostais – que passaram a interagir na política institucional desde a década de setenta; os institutos liberais ligados ao neoliberalismo e a forças empresariais; e os grupos articulados em torno de Jair Bolsonaro.

Considero que a adjetivação composta pela palavra “nova” – precedendo a posição ideológica do campo à direita – deve pressupor uma significativa inovação estrutural do conteúdo político, com dinâmicas, posicionamentos, dilemas ou práticas políticas inéditas, ou seja, que precisam ir além da atualização dos atores precedentes. A força explicativa da díade direita e esquerda faz com que, nas disputas em torno do mesmo

campo político, adjetivações sejam utilizadas para segmentar e diferenciar atores em interações constantes. A combinação da qualificação de novidade com um termo político internacional que sobrevive a inúmeras mudanças há mais de 200 anos sinaliza obviamente continuidades, descontinuidades e inovações. Entretanto, esta adjetivação não parece ter uma forte função explicativa para qualificar uma posição ideológica que conceitualmente e inevitavelmente já é definida conforme o contexto de mudanças nas oportunidades políticas e ameaças de determinado período ou território, que recebe contornos dados por influências difundidas internacionalmente e, também, é impactada pelas interações com uma série de atores, inclusive do campo ideológico em oposição.

Para qualificar como “nova” uma visão ideológica da qual já se espera constantes mudanças seria necessário um acontecimento relevante que indicasse nitidamente tal ruptura. A ascensão de determinado pensamento político em públicos mais amplos ou dominantes reflete trabalhos realizados a longo prazo e não pode ser considerada um rompimento. A internet, o virtual, as mídias sociais, os algoritmos, até mesmo os memes e sua linguagem, que se tornou usual em outros espaços, são uma mudança estrutural das formas de comunicação na sociedade e produzem impactos políticos em todos os campos ideológicos. A velocidade que determinados atores políticos se adaptaram na utilização destas formas de comunicação não constituem inovações ideológicas. O próprio reposicionamento de atores que fazem parte do jogo político de acordo com as oportunidades políticas e ameaças é esperado. A direita que se conformou aos contornos do processo de redemocratização foi em sua maioria a mesma que votou contra as “Diretas Já” e que estava nos governos militares. Mesmo novos atores ou novas organizações e alianças, ao entrarem na arena política, lutando por crescer suas influências para públicos mais amplos, são uma constante no contexto democrático. O surgimento de práticas contestatórias com as campanhas de protestos nas ruas realizadas por organizações à direita sinaliza uma diferença considerando apenas uma temporalidade próxima, porque numa temporalidade ampliada é possível constatar outros significativos momentos que o campo político à direita esteve nas ruas.

De maneira semelhante, os conteúdos tanto sobre os apontamentos de uma suposta hegemonia cultural esquerdista quanto a junção de ultraliberalismo econômico com conservadorismo podem sinalizar diferenças relacionadas aos posicionamentos precedentes no curto prazo, mas que, ao distanciarmos o olhar numa perspectiva temporal de longa duração, podem ser consideradas continuidades.

No que se refere especificamente ao ultraliberalismo, pesquisas precisam aprofundar se sua popularidade cresceu apenas entre determinados grupos do campo político à direita ou ainda se atingiu realmente uma defesa entre diferentes grupos que compõem a direita brasileira contemporânea. O argumento que considera o ultraliberalismo como novidade do campo perde força diante da dificuldade de se tornar popular entre aqueles identificados com a direita e que protagonizam a ocupação das ruas em protestos. Pablo Ortellado e Esther Solano (2016) demonstraram que uma expressiva parte dos manifestantes que estavam nos protestos realizados pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff concordava com a ideia de que saúde e educação deveriam ser públicas e gratuitas.

A qualificação de novidade ainda sugere certa homogeneidade ou linearidade no processo político analisado, o que dificulta o argumento para tratarmos sobre mudanças efetivas nas direitas. Mesmo em um campo que valoriza a tradição e o conservadorismo, ser etiquetado como inovador em meio a crises políticas e problemas econômicos e sociais é entendido como qualidade política e, desta forma é completamente esperado de atores políticos do próprio campo à direita, ou seja, de militantes políticos, a autoclassificação como novidade, buscando a diferença com atores mais antigos numa espécie de autopromoção política. Mas o que acontecerá com o posicionamento deste campo daqui vinte anos? Com certeza terá processos de continuidades e diferenças significativas. Será então a novíssima direita, semelhante ao processo que alguns autores denominaram conceitualmente novos movimentos sociais e depois novíssimos movimentos sociais?

Antônio Flávio Pierucci escreveu um texto em 1987 com o título “As bases da nova direita” demonstrando a repetição do argumento sobre inserir adjetivo de novidade no campo político para o surgimento esperado de novos atores ou reformulações nas práticas políticas. Mesmo fora do Brasil, em outros momentos históricos a qualificação de nova direita foi utilizada para marcar diferenças com o contexto de atuação política anterior, como a “nova direita” que surgiu, segundo Bobbio (2011), após o acontecimento que foi a derrocada do fascismo. O autor evidencia a indeterminação e a relatividade dos conteúdos tanto da direita quanto da esquerda e como a oposição permanece mesmo que os conteúdos mudem.

No caso brasileiro, apesar de algumas diferenças, muitos dos conteúdos são os mesmos. Podemos até mesmo considerar como uma novidade o surgimento de atores que

não têm necessariamente afinidade com os partidos ou políticos tradicionalmente associados à direita. Além disso, a forma eficaz com que os pentecostais combinam elementos de religião e política, tanto na esfera institucional quanto em outros contextos. Mas é significativo ressaltar que esta “nova direita” classificada em vertentes por Gentile (2018) se unificou nas eleições de 2018 em torno do nome de Jair Bolsonaro, que está na cena na política brasileira há algumas décadas e defendeu constantemente o regime militar e seus torturadores. Ou mesmo lembrar que um dos seus principais ideólogos – Olavo de Carvalho – estava vinculado com a corrente de pensamento Tradicionalista, com formulações remotas e não inovadoras.

Processos de continuidades e diferenças no interior dos campos políticos são esperados, assim como o surgimento de novos movimentos ou identidades ideológicas em um contexto democrático. Nomear e rotular como nova direita os atores políticos na arena política contemporânea brasileira consiste em evidenciar um fator conjuntural que embaraça a nitidez interpretativa sobre uma reativação efetiva da direita e traz complicações analíticas sobre um processo temporal e estrutural de mais longa duração.

É fato que no período recente, independente da nomeação do fenômeno – ativação, reorganização, reformulação, reinvenção ou novidade – ocorreu um processo no qual as direitas, na sua pluralidade, retomam o protagonismo político no Brasil, mas também em outros locais do mundo. Este processo apresenta tanto elementos de continuidade quanto de inovação, com momentos de ruptura, mas também de reorganização de antigos e novos aliados se unindo em coalizões tradicionais e recém-formadas, incorporando novas formulações e mantendo formulações antigas.

Se a definição do campo político à direita já implica em uma diversidade de significados, a atuação difusa, caracterizada por mudanças dinâmicas e, por vezes, contraditórias nas ideias e nas práticas, juntamente com articulações imprevistas que nem sempre são coerentes e são frequentemente conflituosas, tornam difíceis as formações de concepções homogêneas sobre o campo e dificultam as tentativas de constituição de parâmetros diante desta complexidade. Por conta disso elas precisam ser analisadas a partir de especificidades e recortes.

Neste sentido, este estudo se destaca por sua análise aprofundada do campo político de direita, com foco nas conexões entre campanhas de protesto e campanhas

eleitorais, um aspecto que, até então, havia recebido pouca atenção acadêmica. Essa abordagem permitiu uma compreensão mais nítida de como os grupos de direita estabeleceram ou não essa ligação, reforçando a hipótese que a relação entre manifestações nas ruas e as eleições promovida por esse campo político, teve eficácia, possibilitando processos de unificação de uma direita anteriormente fragmentada em torno de estratégias comuns, culminando com sua ascensão ao poder.

Ao longo deste caminho, identificamos análises que trazem à tona significados profundos relacionados a esse campo político, à polarização e, inclusive, às ameaças à democracia. No próximo capítulo, detalho as divisões e confrontos que caracterizam a polarização e como as interconexões entre campanhas de protesto e processos eleitorais têm sido uma constante na história do Brasil, desde o período imperial.

CAPÍTULO 2 - MANIFESTAÇÕES E ELEIÇÕES NO BRASIL

O tema central deste capítulo visa uma análise das relações complexas que permeiam movimentos sociais e as eleições no contexto brasileiro, considerando uma perspectiva temporal de longa duração. Para isso, são examinadas dinâmicas políticas e sociais envolvendo o conflito abolicionista, a relação com o golpismo no contexto político brasileiro e o contexto das manifestações pelo movimento das "Diretas Já".

Nesse cenário investigativo, é importante ressaltar que a breve remontagem concisa desses conflitos políticos não pretende ser uma historiografia, mas sim uma análise específica que visa lançar luz sobre as possíveis interconexões que emergem a partir dos conceitos e processos delineados pela Teoria do Confronto Político, possibilitando uma análise que permita compreender as dinâmicas multifacetadas ligadas a esses processos políticos envolvendo uma temporalidade de longa duração.

Cada um desses momentos históricos serve como uma lente que permite enxergar as dinâmicas complexas entre os movimentos sociais e os processos eleitorais, revelando nuances e padrões que se repetem ou se diferem ao longo do tempo. Além disso, ao traçar essas conexões, torna-se possível compreender de forma mais abrangente a evolução das práticas democráticas, a influência dos movimentos sociais na arena política do país e a polarização política.

Neste estudo, adoto a perspectiva teórica delineada pela Teoria do Confronto Político formulada pelos autores McAdam, Tarrow e Tilly (2009). Eles desenvolveram essa teoria a partir de uma extensa revisão da literatura que abordou diversas facetas do confronto político. Mediante um mapeamento que envolveu a intersecção de conceitos, argumentos, métodos, fontes e orientações, esses autores estabeleceram conexões significativas entre movimentos sociais, confrontos rotineiros, ciclos de protestos, conflitos trabalhistas e revoluções, vinculando essas questões a processos políticos em contextos diversos (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009, p. 12).

Para a TCP, movimento social é concebido como uma forma de ação coletiva que, necessariamente, envolve algum grau de organização destinado a manter a continuidade do conflito, sendo definida por significados, símbolos e enquadramentos compartilhados em torno de um objetivo comum. Este objetivo visa exercer influência ou pressão sobre

grupos poderosos nos quais se encontram disputas políticas (McAdam, Tarrow e Tilly, 2009).

Os movimentos sociais¹³ conduzem suas ações coletivas de maneira pública ou por meio de campanhas que se desenvolvem, principalmente, por fora dos canais institucionais. Os grupos envolvidos apresentam suas reivindicações com estratégias destinadas a desafiar e influenciar as autoridades ou os detentores do poder. Isso inclui a realização de performances de confronto que têm como objetivo demonstrar que os participantes são valorosos, coesos, numerosos e profundamente comprometidos com suas demandas.

Neste sentido, campanhas de protesto sustentadas como as que depuseram o governo de origem popular de Dilma Rousseff, contraditoriamente, se enquadram como um movimento social. No entanto as ações de ataque as sedes dos poderes no dia 8 de janeiro de 2023 no Brasil, por seu caráter episódico e violento, não se enquadram como um movimento social, mas como uma ação de terrorismo político no qual as ações violentas são realizadas com motivações políticas com objetivo de gerar medo, coagir governos e a sociedade em geral.

As campanhas de protesto ligadas a movimentos sociais e, também, as campanhas eleitorais são entendidas como formas legítimas de influenciar os rumos políticos de um determinado território, na qual atores em disputa interagem de forma constante para impactar e atingir um público mais amplo, escolhendo suas formas de ação coletiva de acordo com as oportunidades políticas e ameaças, considerando dilemas existentes no contexto, e influências diversas – inclusive internacionais – no sentido de fazer avançar e tornar dominante suas visões de mundo contendo: perspectivas ideológicas, formulações técnicas, interesses (nem sempre nítidos) e crenças.

Apesar das campanhas eleitorais serem instrumentos institucionalizados pelas legislações, com temporalidades e regras definidas, a linha que separa o início e o fim de uma campanha eleitoral costuma não ser nítida, com atores diversos ocupando posições estratégicas e tomando decisões de acordo com a distância de futuras eleições. Nas

¹³ A definição de movimento social da TCP é diferente do uso comum realizado pelos atores e grupos ativistas que nomeiam determinado grupo como um movimento social. Em geral, movimentos sociais são campanhas em que diversos grupos convergem em elaborações e enfrentamentos coletivos numa dinâmica sustentada. Neste estudo, mesmo que determinado conjunto de atores tenham o nome de “movimento”, aqui é entendido como um grupo político.

campanhas de protesto ocorre algo semelhante, mas com sentido inverso. Ao mesmo tempo em que performances de grupos e manifestações não podem ser inteiramente controladas por regras e calendários definidos, são mecanismos reconhecidos e esperados no contexto democrático. Em uma perspectiva estrutural, política e de longa duração movimentos e eleições se constituem numa relação de tensão e influência recíproca pouco estudada conjuntamente.

Borbátsch e Hutter (2020) observam que partidos políticos têm gradualmente confundido as fronteiras entre a política eleitoral e o engajamento em protestos, adotando ações estratégicas que reconhecem e consideram a interdependência desses espaços de participação. Em um estudo anterior, Borbátsch e Hutter (2018) analisaram as mudanças nas formas de organização e nos repertórios de ação, destacando as diferenças nos padrões e lógicas de grupos de esquerda e direita no que diz respeito à interação entre as arenas de protesto e eleitoral. Eles argumentam que não é apropriado inferir diretamente a dinâmica do conflito nas urnas com base nas atividades de protesto nas ruas, e vice-versa.

Para Innerarity (2017) existe uma energia complexa na sociedade da qual o sistema político se alimenta e é condicionado para exercer seu poder, no entanto, isto não significa que mobilizações nas ruas são necessariamente melhores do que as instituições e, supor isto, é desconsiderar movimentos regressivos, a influência de lobbies, pressões e emoções irracionais. Para o autor, o contexto dos movimentos sociais é plural, pode significar avanços e retrocessos e os protestos podem ser expressões de representações ilegítimas, insuficientes e reacionárias. A política institucional e as mobilizações nas ruas se equilibram numa tensão pertinente na democracia e precisam ser levados em conta, assim como os contornos duais de representação e participação. A representação torna a vontade popular operativa e congrega os momentos que a constituem. Mas o senso comum tende a idealizar a participação popular nas ruas a ponto de tornar inquestionável sua racionalidade e defender que, necessariamente, ativistas nas ruas fortalecem a democracia (Innerarity, 2017, p. 162-164).

Contudo, segundo Innerarity (2017), a política não deve ser vista como um domínio inflexível, nem como um conjunto de princípios inquestionáveis que obstruem o diálogo coletivo e a busca por consensos em ações compartilhadas. A prática política pode, por vezes, ser frustrante, uma vez que exige considerar convergências que não satisfazem completamente nossas demandas. Nesse contexto, o autor argumenta que

certos movimentos sociais e grupos políticos exibem características que contribuem para a despolitização e a deterioração da qualidade do espaço público. Essas características incluem não apenas a inflexibilidade, mas também a falta de senso de responsabilidade, a relutância em formar acordos ou para autolimitação, uma desconfiança generalizada em relação aos moderados dentro de suas próprias fileiras, a permeabilidade ao populismo e a realização de ações baseadas em justificações emocionais. Um dos movimentos citados com características que promovem a antipolítica é o americano “Tea Party”, com seu forte poder ideológico e inflexível. Mas Innerarity (2017) também cita alguns movimentos de um só tema – de ambos os espectros ideológicos – que tendem a não estabelecer ligações com suas condições de viabilidade e compatibilidade com outros temas importantes para o espaço político favorecendo a despolitização (Innerarity, 2017, p. 165 e 166).

A Teoria do Confronto Político (TCP) argumenta que movimentos sociais e políticas institucionais são processos interligados e interdependentes. Tilly (2008), em sua obra *"Contentions e Performances"*, rejeita a visão de que os movimentos sociais operam de forma isolada, separados da política institucional, e em vez disso destaca uma relação próxima entre eles, na qual ambos os fenômenos se influenciam reciprocamente. O autor enfatiza a importância de examinar as práticas políticas de maneira relacional, analisando os mecanismos e processos que conectam esses dois aspectos da política.

Sidney Tarrow e Doug McAdam (2011) detalham como os movimentos sociais e os sistemas de políticas institucionais interagem exercendo influências decisivas em ambos, aprofundando, numa perspectiva analítica, a relação de movimentos com uma parte específica da política institucionalizada – as eleições. Estes autores formulam uma estrutura de análise que considera o potencial catalisador do momento eleitoral nas dinâmicas dos movimentos e, o contrário, a capacidade de movimentos influenciarem o contexto e o resultado das eleições.

Uma primeira formulação é o conceito de confronto eleitoral no qual os autores Tarrow e McAdam definem como “conjunto de relações recorrentes entre movimentos e eleições que definem a dinâmica dos movimentos e o resultado das eleições” (Tarrow e McAdam, 2011, p. 24). Obviamente que as disputas de diferentes candidatos e partidos pelo estado nos seus diferentes níveis ou mesmo por um lugar nos parlamentos ganham dimensões de confronto retórico por vezes agressivo, mas para esmiuçar o entendimento do conceito “confronto eleitoral” é importante frisar que não se refere a este embate entre

candidatos em uma eleição, mas as inúmeras possibilidades de relações entre movimentos sociais e as eleições. Desta forma, é possível que uma eleição extremamente competitiva entre candidatos não seja expressão do que os autores da TCP estão denominando de confronto eleitoral. Os termos “conjunto relações recorrentes” presente na formulação sobre confronto eleitoral exclui da análise casos episódicos e pontuais que não expressem uma influência significativa nos movimentos ou no contexto das eleições.

Além de discutirem o conceito de confronto eleitoral, Sidney Tarrow e Doug McAdam também desenvolvem a ideia dos 'regimes de movimento' ou 'estados de movimentos', nos quais os principais grupos que fazem parte de determinado movimento social conquistam o poder por meio de eleições ou realizam uma influência muito próxima a um governo. Neste sentido, alguns partidos políticos têm em sua história ou em seus laços que sustentam suas posições políticas a participação ativa de grupos também vinculados a movimentos sociais (Tarrow e McAdam, 2011, p. 25).

São cinco os processos envolvendo conexões causais identificados por Tarrow e McAdam (2011) envolvendo o confronto eleitoral:

- **Opção eleitoral** - quando movimentos fazem a opção tática de participar efetivamente das eleições. É a partir deste processo que podem surgir *regimes de movimento*;
- **Mobilização proativa** - configura-se quando grupos de movimentos se tornam mais ativos no período eleitoral identificando como oportunidades ou ameaças políticas;
- **Mobilização reativa** - ocorre quando ocorre uma escalada de protestos após as eleições questionando seu resultado. Mais comum em países não democráticos no qual eleições estão sujeitas a desconfiança e fraudes, podendo estar ligada com formas de mobilização proativa;
- **Impactos de longo prazo de mudanças em regimes eleitorais sobre as tendências dos movimentos** – refere-se a como mudanças institucionais ligadas às eleições que se mantêm por uma temporalidade ampliada (para além de um único período eleitoral) afetam os padrões de mobilização e desmobilização dos movimentos;
- **Polarização partidária induzida por movimentos** – diz respeito a como movimentos podem afetar a lógica de partidos os afastando de uma posição mais

moderada, criando divisões, dificultando coalizões e influenciando o contexto de eleições e regimes. Este processo também expressa a oscilação de curto prazo (de um único período eleitoral) afetam os padrões de mobilização e desmobilização assim como o acesso ao poder.

Existem diversos momentos em que os rumos políticos da sociedade brasileira foram definidos por uma combinação de ações potencializadas por relações envolvendo conjuntamente campanhas eleitorais institucionais e campanhas de protesto nas ruas. No seguimento deste capítulo iremos aprofundar três destas circunstâncias: o confronto abolicionista; o impacto da militarização da política brasileira – sobretudo com o golpe civil militar de 1964; e as mobilizações políticas envolvendo a redemocratização do país em meados da década de oitenta.

A justificativa para analisar a complexa relação entres momentos políticos e as eleições, a partir da TCP, é que essa abordagem possibilita compreendermos como essas diferentes ações políticas se entrelaçaram e influenciaram mutuamente, proporcionando, assim, uma visão mais completa das forças que moldaram o contexto da conjuntura da época. É importante ressaltar que a ênfase aqui não está em uma averiguação histórica detalhada, mas na compreensão de dinâmicas que fazem parte do repertório nacional envolvendo processos institucionais e os movimentos sociais, evidenciando não apenas os resultados formais dos pleitos ou dos confrontos, mas também as influências e implicações contextualizadas desses processos políticos.

Ao analisar as dinâmicas de longo prazo entre movimentos e eleições podemos identificar influências e inspirações que desenvolveram o campo político à direita no Brasil, estabelecendo conexões significativas com conflitos contemporâneos. Essa análise retrospectiva nos permite enxergar não apenas os eventos históricos em seu contexto imediato, mas compreender como ideias, estratégias e legados marcaram a política brasileira, ressoando como fios condutores que ligam o passado ao presente.

Ao explorar as interações entre as urnas e as ruas, podemos traçar paralelos com desafios políticos e sociais contemporâneos, ajudando a desvendar não apenas as origens das ideias e dinâmicas políticas que moldaram o Brasil, mas também as importâncias de

como esses evoluíram e continuam a influenciar o cenário político e social de hoje, contribuindo para uma análise mais abrangente e relevante do tema.

2.1 A relação entre movimento abolicionista e as eleições

Vamos agora aprofundar um dos momentos mais emblemáticos da história brasileira: o movimento abolicionista. Ao mesmo tempo, examinaremos o papel essencial desempenhado pelas eleições nesse contexto, destacando sua contribuição para a evolução do movimento e suas implicações políticas.

O fim da escravidão no Brasil, em maio de 1888, segundo Angela Alonso (2014)¹⁴, não ocorreu apenas por ação das instituições políticas ou por iniciativa de atores em particulares, mas pelo confronto político entre diferentes forças sociais e pela mobilização social antiescravista nas arenas abrangendo o espaço público, a clandestinidade e o processo político institucional – envolvendo aqui também as eleições. A interpretação da autora sugere que o abolicionismo foi o primeiro movimento social no Brasil a estabelecer uma conexão direta com o Estado, o que implicou interações com atores antagonistas, que eram os próprios escravagistas, que formavam um contramovimento contrário à abolição. Alonso mapeou as diferentes ações institucionais do movimento abolicionista, que nos interessa especificamente por estarem relacionadas com o confronto eleitoral: ações parlamentares como discursos, projetos de lei nacional/ou provincial, interpelações, formação de blocos parlamentares; lançamento de candidaturas ou apoios; ações do poder executivo como promulgação ou revogação de projetos, regulamento ou lei nacional, provincial ou municipal.

Estas interações referentes à disputa política sobre a abolição eram também permeadas pelos acontecimentos internacionais e pela difusão de narrativas, experiências de organização e estratégias de ações que influenciavam e inspiravam os abolicionistas, os escravistas e, também, as instituições e autoridades políticas, que filtravam e

¹⁴ O artigo analisa o processo de abolição da escravidão no Brasil através de uma investigação em jornais da época que mapeou diferentes ações do movimento abolicionista, entre elas, as diferentes ações institucionais.

adaptavam estas possibilidades a realidade brasileira e, também, impactaram o desenvolvimento do que posteriormente entendemos como campo à direita.

A escolha da atuação na arena institucional eleitoral pelo movimento abolicionista ou por seus antagonistas é uma peça importante ligada com as possibilidades e configurações da conjuntura política, as sinalizações do regime, a situação de força entre os atores, a legitimação junto à opinião pública e com a disputa do poder ligado ao Estado capaz de orientar as políticas a serem efetivadas. Entretanto, é fundamental pontuar que o confronto eleitoral é sempre parte fundamental de um confronto político mais complexo no qual os atores podem atuar – simultaneamente ou não – com formas de ações distintas em outras arenas de acordo com suas necessidades, como nas manifestações em espaço público ou mesmo em ações clandestinas. No abolicionismo, a atuação direta, autônoma e de resistência das próprias pessoas na condição de escravidão é significativa e vai além de uma relação direta ou causal com os confrontos realizados pelo movimento abolicionista.

O confronto político abolicionista desenrolou-se no Brasil durante o Império, na segunda metade do século XIX, e questões referentes às desigualdades econômicas e demográficas também afetaram o desenrolar dos acontecimentos, mas para compreender sobretudo as dimensões institucionais relacionadas com confronto eleitoral é fundamental remontar o andamento do processo político focado não numa investigação histórica complexa, mas na especificidade referente à situação das eleições no período.

As eleições neste período, segundo Jairo Nicolau (2012), seguiam a Constituição de 1824 na qual o voto era indireto através de dois graus, envolvendo o Município e a Província, e o governo central era formado por senadores vitalícios e deputados. O imperador exercia um significativo poder moderador pelo alto da hierarquia, administrando um bipartidarismo através de mecanismos como sua prerrogativa de dissolver a Câmara de deputados, escolher senadores a partir de uma lista tríplice e nomear os presidentes de províncias. Em geral, o presidente da província utilizava todos os recursos para garantir a vitória do partido convocado para o governo.

A estrutura da disputa política era bipartidária, formada pelo Partido Conservador¹⁵ e pelo Partido Liberal. Entre 1855 e 1875 são constantes as mudanças eleitorais para tentar garantir representações das minorias na câmara, mas esse objetivo não é atingido e a percepção de fraudes nas eleições era generalizada. Nas cidades e vilas, os cargos de vereadores e juizes de paz eram escolhidos pelo voto e algumas de suas funções estavam ligadas com o controle escravista como no caso dos vereadores em definir políticas contra a sublevação de escravos e no caso do juiz de paz de destruir quilombos.

No período após a independência brasileira, o Império havia encontrado dificuldades para se estabelecer diante de inúmeras rebeliões. Já na década de 1860 o país estava envolvido na Guerra do Paraguai¹⁶ e forças políticas nacionais reconheciam o Império, ao mesmo tempo, que disputavam os sentidos das suas políticas e a liderança para executá-las através de intensos debates públicos, com panfletos, manifestos, circulares, livros e discursos. De acordo Maestri (2009), a luta abolicionista em gestação foi impactada e imobilizada pela guerra.

A guerra como expressão bélica de um conflito político internacional pode ter como consequências vetores de fortalecimento ou desgaste para a política interna de um determinado país. No Brasil, com o desenrolar da Guerra do Paraguai – segundo Ribeiro¹⁷ (2015) – o ano de 1868 marcou um momento de rupturas devido a desacordos na condução do conflito, colocando o imperador em uma situação de dilema entre poder civil e lógica militar. A resolução significou a inversão partidária, com a queda da Liga Progressista formada por dissidentes conservadores e liberais históricos para a formação do ministério conservador. A mudança, com a queda do gabinete, correlacionada com a posição brasileira na guerra significou o rompimento da Coroa com uma suposta imparcialidade da ordem imperial.

¹⁵ Um dos núcleos formadores do Partido Conservador, segundo Youself (2016), foi o grupo denominado Regresso, que formou uma aliança em torno da escravidão, articulando proprietários e políticos para uma atuação aberta e combinada no parlamento e no espaço público em defesa do cativo e do tráfico negro.

¹⁶ A Guerra do Paraguai (1864-1870) foi um conflito militar que envolveu o Paraguai e uma aliança formada pelo Brasil, Argentina e Uruguai. Foi um dos maiores conflitos armados da história da América do Sul. A guerra foi motivada por disputas territoriais e políticas na região.

¹⁷ O estudo de Ribeiro enfatizou o papel dos partidos nas décadas finais do Império, sendo uma referência para aprofundar as disputas políticas e os impactos nas eleições.

Os liberais históricos retirados do poder interpretavam o processo como um “estelionato político” e dessa maneira aproximam-se do liberalismo radical e do abolicionismo, fazendo desta pauta uma disputa relacionada ao regime. Essa dinâmica de crise com a necessidade de intervenção do poder moderador é apontada por Alonso (2014) como um dos elementos conjunturais que fortaleceram o movimento abolicionista, pois levou o Partido Liberal a protestar de maneira crítica ao governo conservador demandando reformas modernizadoras entre elas a gradativa abolição da escravidão, demonstrando o potencial político da utilização do espaço público para vocalizar temas silenciados pelo parlamento. Desta forma, temos neste episódio um processo que guarda algumas semelhanças com o conceito de mobilização reativa de Tarrow e McAdam (2011).

Por volta de 1880, segundo Ribeiro (2015), mudanças estruturais, econômicas e sociais impactaram o regime e tornaram as demandas mais radicalizadas. Os partidos se uniram contra as intervenções da Coroa, mas discordavam sobre a organização do Estado e sobre as medidas eleitorais como a inclusão ou exclusão dos libertos. Ao longo da década aconteceram enfrentamentos de princípios em que de um lado estava o Partido Liberal, mais radicalizado, defendendo uma agenda democrática de ampliação dos direitos de cidadania e de outro, o Partido Conservador, buscando resistir às mudanças estruturais, mas com crescentes fissuras internas.¹⁸

A elite política do país se deparou com a ascensão das movimentações de rua e com a insatisfação popular nas ruas do Rio de Janeiro. A situação financeira do Império era problemática e uma das soluções propostas foi cobrar tarifas para os passageiros do bonde, até então gratuitos, a partir do primeiro dia da década de 1880. É quando acontece a irrupção da mais significativa rebelião do segundo reinado – a Revolta do Vintém – em que uma breve batalha campal deixa mortos, feridos, presos e destruição de bondes na cidade do Rio de Janeiro. Os protestos atingem o objetivo de suspender a cobrança e causam um abalo nos alicerces da política institucional do período. Segundo Graham (1991), o motim redefiniu os atores, a plateia e a encenação da cultura política tanto na cidade do Rio de Janeiro quanto no império.

¹⁸ Podemos considerar que a diáde espacial - esquerda e direita - operava com outros rótulos, mas de maneira efetiva na política nacional.

A vida urbana, com aumento da população do Rio de Janeiro e baixos padrões de moradia e saneamento constituía o pano de fundo da revolta. Uma parte dos liberais identificou nestes setores urbanos que se mobilizaram com ações diretas uma fonte de poder político. Desta forma, fazem um manifesto sem precedentes condenando a repressão das forças do Estado e defendendo o direito de manifestação popular.

O complexo movimento abolicionista interpreta que o motim desvelou mais nitidamente um caminho da política para além do parlamento, realizada no espaço público. Desta forma, o movimento descortinou o potencial de mobilizar pessoas e avaliou a circunstância da revolta como uma oportunidade política para atingir outros públicos, ocorrendo uma proliferação de organizações, articulações e conferências abolicionistas com capacidade de aglutinar outras demandas (Graham, 1991).

Essa conjuntura modifica ainda mais as coordenadas das elites políticas, com mudanças de postura de membros do parlamento, vereadores e jornalistas atribuídas às mobilizações (Graham, 1991, p. 214). Segundo Ribeiro (2015), a relevância da revolta como fato político surpreendente trouxe consequências políticas como a crítica a ação governamental desproporcional, a ampliação das divisões no Partido Liberal com o fortalecimento da dissidência em detrimento do ministério. Em março de 1880 ocorreu a demissão do gabinete e a ascensão de José Antônio Saraiva que se afasta das ações do governo anterior e faz concessões a diferentes grupos para conduzir a reforma eleitoral.

Ainda em 1880, Joaquim Nabuco apresenta o primeiro projeto de emancipação gradual da escravidão, obrigando o gabinete Saraiva a romper o silêncio e se posicionar. Em 1881, foram aprovadas mudanças eleitorais com a Lei Saraiva, em que as exigências de renda para votar aumentaram, o alistamento passou a ser de responsabilidade do eleitor no judiciário – o que como consequência diminuiu o número de participantes nas eleições, dispensou cerimônias religiosas antes das votações e acabou o voto indireto modificando, segundo Jairo Nicolau (2012), a relação que os parlamentares tinham com suas bases.

Nestes acontecimentos brasileiros em que o movimento social abolicionista foi um dos atores significativos que impulsionaram mudanças nas regras eleitorais, podemos vislumbrar o acréscimo de mais um processo que correlaciona movimentos sociais e eleições na Teoria do Confronto Político.

As mudanças são testadas nas eleições de 1881, que foram consideradas as mais competitivas e corretas - no sentido de menos fraudes - do período imperial. O aumento das divisões entre os liberais teve como efeito o surgimento de diversas candidaturas rivais em diversos distritos. Uma maior heterogeneidade do eleitorado acirrou a competição eleitoral que gerou maior envolvimento da população em atividades de campanha, alargando o debate público e trazendo mudanças no tecido social do império (Ribeiro, 2015, p. 81-82).

Ao longo da década de 1880 o movimento abolicionista foi ascendente, ganhando forças em diversos locais do país com a ampliação do público para além da política formal, mas também aumentando a influência parlamentar, sobretudo, com parlamentares do Partido Liberal que defendiam a democratização. A questão da abolição torna-se o tema central, permeando a instabilidade de ministérios que passam por frequentes mudanças.

Em junho de 1884 é formado o governo do liberal abolicionista Manuel Pinto de Souza Dantas. Segundo Ribeiro (2015), Dantas flutuava entre as tendências moderadas e radicais do Partido Liberal e expressava como objetivo encaminhar a questão servil e resolver as finanças do império. Entretanto, as elites políticas tinham expectativa que seu governo pudesse conter os excessos do movimento abolicionista. Segundo Alonso (2014), Dantas mantinha conexões tanto com a política institucional quanto as mobilizações no espaço público.

O governo Dantas trazia inovações na sua articulação que envolvia sua influência no parlamento, a própria Coroa e a proximidade com a diversidade do movimento abolicionista. A condução do governo em direção ao movimento, as próprias formulações e propostas abolicionistas, e a forma inovadora de ação do gabinete para os padrões da política brasileira despertaram incômodos, reações, articulações e narrativas por parte daqueles que defendiam a manutenção da escravidão.

Apesar de o ministério não ser a expressão de uma opção eleitoral direta dos abolicionistas, suas formas de governar deslocavam-se para um dos polos políticos, forjando uma aliança entre governo e o movimento abolicionista, atuando como o primeiro regime de movimento¹⁹ brasileiro. Essa radicalização agitou os espaços de

¹⁹ Retomo termo de McAdam, Tarrow e Tilly (2001).

mobilização fora do parlamento, mas não foi suficiente para obter avanços legislativos numa perspectiva de emancipação e culminou com a dissolução da câmara, encaminhando o processo político para um significativo confronto eleitoral, no qual movimento abolicionista e contra movimento escravagista partem para disputar nas campanhas os rumos da escravidão no país, realizando o processo que Tarrow e McAdam (2011) denominam de opção eleitoral.

Segundo Alonso (2014), a aliança movimento-governo tolhida no parlamento foi em busca do respaldo nas urnas, com abolicionistas lançados para cargos em diferentes províncias. No entanto, a reação do contramovimento escravagista nas urnas é forte. Apesar do equilíbrio, os escravagistas, segundo Alonso, invertem o jogo e na prática saem vitoriosos do processo eleitoral. Mesmo com a continuidade dos liberais no gabinete, a influência do contramovimento no ambiente político foi maior, fechando um período de oportunidades políticas para reformas abolicionistas e ampliando a postura repressiva.

O ministério que assumiu o gabinete, do liberal Saraiva, apresentou um projeto conservador da prática escravagista, mantendo a lógica da tutela, do gradualismo, sem depreciar o mercado escravocrata, com impostos beneficiando donos de escravos e com disposições repressivas às fugas. Esta frágil situação de Saraiva levou a sua substituição pelo conservador Cotegipe, que significou a ascensão dos conservadores com proposições que atendiam aos interesses escravagistas, como a postura repressiva e o afastamento do movimento abolicionista dos espaços institucionais. Este contexto ampliou a conflagração social, com ações diretas clandestinas dos abolicionistas e milícias privadas dos donos de escravos.

De uma forma sintética, o processo político avança com novas eleições em 1886, depois do voto de desconfiança ao gabinete de Cotegipe. A derrota dos liberais é ainda maior devido às suas divisões e às intervenções do ministério conservador nas eleições. Este resultado, segundo Ribeiro (2015), leva uma parte dos liberais a questionarem a articulação próxima com o movimento abolicionista enquanto setores ligados ao abolicionismo, sabendo do seu maior apoio fora do parlamento, criticavam a baixa representatividade do império e defendiam uma agenda com extensão do direito ao voto, reforma do senado e um projeto descentralizador de federação. Consideravam necessárias mudanças também no próprio Partido Liberal no sentido de sua popularização e

democratização. Já o Partido Conservador tinha divisões internas, principalmente quanto ao encaminhamento das questões abolicionistas.

Em março de 1888 a prisão de um oficial da marinha desencadeou conflitos no Rio de Janeiro. Ocorrem mudanças no ministério realizadas pela Princesa Isabel, com a saída de Cotegipe e a formação de governo de João Alfredo, também do Partido Conservador. Em maio, a princesa assina a Lei Aurea que determina o fim da escravidão.

O cenário político após a assinatura da abolição é, também, complexo e foi amplamente debatido entre historiadores, pois culminou com a queda do Império. Vai além do escopo deste estudo se aprofundar na complexidade deste processo, mas interessa-nos concentrar-se no desenrolar das interações no confronto abolicionista e nas conexões com as eleições que, mesmo ainda tendo continuidade nas implicações para o processo político, chegavam a um desfecho.

Se aqui nos interessa observar o circuito de relações envolvendo o movimento social e as eleições nos seus impactos de mão dupla, não é desprezível que após a primeira aparição da influência do movimento social, ou seja, de uma forma de poder que não se submetia à lógica da representatividade controlada, o desenlace tenha sido a interrupção de saídas negociadas com um golpe militar que resultou na instauração da República das Espadas. Em linha gerais, uma conjuntura política na qual as supostas aparências democráticas desvelavam um poder político exercido e controlado por oligarquias estaduais que atuavam sem restrições.

A modificação do sistema político, para Alonso (2009), desmobilizou atores atuantes no período anterior, suplantados pela disputa entre os regimes republicanos e monárquicos e seus valores. Este momento de mudança substancial de regime – do Império para a República – deixou uma marca no modo de participação nos conflitos políticos, com destaque para o protagonismo das Forças Armadas, um padrão que se repetiria em outros momentos da história política brasileira.

O que de fato é primordial para este estudo após este percurso na política do século XIX no Brasil é aprofundar a complexidade das divisões e antagonismos políticos envolvendo os protestos e as eleições. Aconteceu uma disputa significativa na qual o quadro político dividiu-se entre aqueles com perspectivas de mudanças – abolicionistas – versus os que elaboravam estratégias para conservar o *status quo* – escravagistas. A

complexidade do conflito se amplia quando verificamos que no fim do período monárquico eram os que se identificavam em sua maioria como monarquistas que avançaram para posições progressistas abolicionistas, enquanto outros setores, como os próprios republicanos, defendiam interesses escravagistas. Ou seja, os que pretendiam conservar o sistema político monárquico articulavam mudanças significativas na política até então escravagista, enquanto os que defendiam mudanças no regime, e efetivamente colocaram fim na monarquia, defendiam interesses que mantinham as relações de exploração pela escravidão. Tal situação já demonstra as limitações e contradições de uma simples régua de apenas um eixo para definir posições ideológicas e políticas.

São diversos momentos nos quais aparecem mecanismos de impacto mútuo entre eleições e protestos que evidenciam antagonismos e divisões políticas: em 1868, a inversão partidária significou uma mudança conjuntural que aproximou o Partido Liberal de uma mobilização reativa contra os conservadores; em 1880, ocorre a Revolta do Vintém, redefinindo o contexto de oportunidades políticas e ameaças, provocando inclusive mudanças eleitorais, a partir das quais podemos indicar mais um processo de conexão das mobilizações com processos eleitorais; em 1884, o governo Dantas que caracterizei como regime de movimento esbarrou nos obstáculos legislativos e encaminhou a disputa pelo poder para um confronto eleitoral, ativando o movimento abolicionista, mas também a reação do contra movimento escravagista.

Segundo McAdam, Tarrow e Tilly (2001), em situações de intensas disputas políticas, como esta analisada, sobressaem os elementos de contrastes de cada grupo que interage no confronto político. Esses grupos se redefinem em meio a estas interações oposicionistas, colocando, por vezes, em suspensão até mesmo ligações históricas e processos de aproximação cotidianos, demonstrando que identidades sociais não são formas essenciais dos atores, mas relacionais que se transformam e se constituem a partir dos contextos conjunturais.

Neste sentido, a análise do confronto abolicionista evidencia continuidades referentes a uma complexa divisão política em polos, sugerindo um processo ainda fluído e em constituição de longo prazo dos campos à direita, mas também à esquerda. O ressoar de conflitos políticos do passado na política contemporânea, de forma alguma significa desconsiderar inovações que ocorrem constantemente, sobretudo, com foco analítico

envolvendo a conexão e a interação de ações políticas como as ruas e as urnas em que são inúmeros repertórios e possibilidades de transformação.

2.2 Golpes e o impacto político nas relações entre movimentos e eleições

O advento da República foi um evento complexo com sua legitimidade questionada que marcou o afastamento da participação popular no cenário político brasileiro²⁰, no qual as armas passaram a desempenhar um papel influente tanto nas disputas eleitorais quanto nas manifestações populares. Os militares assumiram efetivamente o controle do aparelho estatal, reconfigurando as dinâmicas políticas e redefinindo as oportunidades e ameaças que permeavam as interações e os conflitos sociais. O lugar nascente de movimento social e popular como relevante ator político estabelecido por décadas de movimento abolicionista foi eclipsado pela irrupção da violência política estatal como mais um ator supostamente político e com poder de “moderar” conflitos. O vácuo do anterior “Poder Moderador” do imperador foi sendo aspirado pela lógica militar.

Em momentos anteriores na história do Império, as Forças Armadas foram relevantes no processo político, entretanto, na efetivação da mudança de regime por meios não democráticos – a implantação da República no Brasil – os militares se consolidaram como atores no poder, o que significou um vetor de desdemocratização que afastou a participação popular da política e aproximou os militares de um lugar autônomo e ilegal no governo central²¹.

Desta forma, a perspectiva da ação ilegítima, ou o “golpe”, como ação de força para solução de conflitos políticos passou a fazer parte do repertório de práticas brasileiras. Marcos Napolitano (2019) problematiza a existência de um “golpismo atávico” nos desafios colocados para a consolidação de um Estado Democrático de

²⁰ Um dos autores que abordam de maneira histórica este período é José Murilo de Carvalho, autor de *A Formação das Almas: O Imaginário da República no Brasil*, que aprofunda a construção do imaginário republicano durante o período.

²¹ Mesmo após a saída dos militares a República se consolida à custa dos próprios ideais Republicanos de democracia representativa. Segundo José Murilo de Carvalho (2011), os cidadãos foram substituídos pelos estados, uma república sem povo, em que votavam apenas 5% da população.

Direito no Brasil. O autor enfatiza que “golpe” não é um conceito estático e que pode ser visto como violação das regras constitucionais por atores institucionais impondo uma solução de força e não de direito para crises no quais as formas de resolução não foram absorvidas institucionalmente dentro das regras constitucionais através de práticas de negociação e pactuação. Geralmente envolve um contexto de polarização ideológica com grupos radicalizados e destilando um certo padrão de argumentos e enquadramentos para sua legitimação e justificação que envolvem: excepcionalidade; suposta preservação do bem comum; e ação contra inimigos.

A caracterização desta prática autoritária do “golpe” com ampla influência política é realizada considerando que não são, necessariamente, ações conservadoras, ou meramente reativas, visando manter ordens sociais estruturantes, mas podem também conter projetos de mudança. Napolitano (2019) chama atenção que existem regimes ditatoriais que são estabelecidos pelas próprias formas de exceção que habitam as ordens constitucionais vigentes²². Assim como, historicamente, nem todo golpe, no sentido clássico, necessariamente resulta em um regime ditatorial. Dentro do próprio contexto político, ao ser nomeado como “golpe”, está em disputa a legitimidade ou não de determinado processo político, inclusive com o risco de banalização da própria palavra, nomeando processos que podem ser interpretados como parte do marco institucional de determinada realidade.

Neste sentido, os golpes diferem de outros conflitos políticos por implicar a investida direta aos Poderes com o objetivo de ruptura constitucional. No Brasil, aconteceram diferentes mobilizações que tentaram um golpe com objetivo de provocar uma ruptura institucional. Entretanto, isto não é uma característica exclusiva da nossa formação nacional, porque em diversos locais do mundo – como em outros países da América Latina – a prática de golpes foi uma constante na história política.

Segundo Antonio Lavareda (2023)²³, desde a Independência do Brasil, já aconteceram treze tentativas de golpes de Estado no qual uma parte considerada teve

²² Em outras palavras, isso significa que mesmo uma ação política realizada utilizando recursos existentes nas constituições democráticas pode ser interpretada como um “golpe”.

²³ Este tema do golpismo no repertório político brasileiro tornou-se relevante e discutido por intelectuais nos jornais de grande circulação - como este artigo na Folha de São Paulo - devido, sobretudo, pelos ataques da extrema direita à sede dos poderes no dia 8 de janeiro de 2023.

êxito. Alguns golpes são conduzidos pelos próprios governantes do momento para reforçar seu poder. Para Lavareda, as tentativas de golpe de iniciativas dos próprios governos ocorreram em 1823, ainda no Império, com a dissolução da Assembleia Constituinte; em 1840 o Golpe da Maioridade, que marcou o início do Segundo Reinado. Já na República, em 1891, Deodoro fecha o Congresso por vinte dias, e no ano de 1937, no Golpe do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas.

Outras formas de golpismo são quando atores políticos insurgem visando à destituição ou impedimentos dos presidentes como forma de impor uma determinada direção ideológica ao Estado. Segundo Antonio Lavareda (2023), as tentativas de golpe realizadas por atores que não estavam no poder com o objetivo de destituir ou impedir governantes do momento foram: a implantação da República em 1889; a Revolução de 1930, que culminou com golpe militar que depôs Washington Luís; a Intentona Comunista de 1935 (única tentativa com viés nitidamente de esquerda); o Levante Integralista de 1938; a deposição de Getúlio Vargas em 1945; o contra golpe legalista do marechal Lott, em 1955; a adoção forçada do parlamentarismo, em 1961; o fatídico golpe militar de 1964 e, o mais recente, o ataque à sede dos três poderes em 8 de janeiro de 2023.

Estas ações golpistas tiveram diferenças significativas entre elas. Algumas tiveram maior protagonismo popular e outras menos. A participação de militares e, sobretudo, o tamanho da sua adesão, é definida por Lavareda (2023) como a constante principal para o êxito ou fracasso das proposições golpistas.

No golpe²⁴ de 1964, o estabelecimento de um regime autoritário no Brasil com protagonismo dos militares foi um momento da história da política nacional na qual as diferentes formas de participação popular foram barradas, colocando partidos e grupos na clandestinidade, com perseguições do regime a diversos movimentos sociais, militantes e opositores. Joffily (2018), ao analisar os debates historiográficos com diferentes interpretações sobre a ditadura militar nos aniversários do golpe de 64, ressalta que é crucial repensar a memória da ditadura como parte de uma longa tradição de exclusão

²⁴ Mariana Joffily ressalta que a atribuição de ser "golpista" era vista como uma acusação desonrosa que a própria direita que assumiu o controle do governo em 1964 preferiu rotular sua ação como uma "revolução", aproveitando a legitimidade social associada a essa terminologia naquele momento.

social e política de setores populares, em vez de um mero período de exceção ao denunciar autoritarismos e arbitrariedades.

A perseguição aos chamados “comunistas” – emblemática do campo à direita – era uma constante nos enquadramentos realizados no período. Barbosa (2017) destaca que esta referência aos “comunistas” estava presente no “Ato Institucional nº1” como uma suposta justificativa para o autoritarismo e serviu para os expurgos realizados no Congresso, na administração pública e até nas próprias Forças Armadas.

No período ditatorial, segundo Jairo Nicolau (2012), o modelo padrão de ditadura na qual o chefe do governo fica no poder ininterruptamente, os partidos políticos são proibidos, o congresso fechado e eleições inexistentes não aconteceu no Brasil. “A ditadura à brasileira” optou pela tênue combinação de uso da força com permanência precária de instituições representativas, exercendo controle dos processos eleitorais com diversas táticas para manipular os resultados: restrição de participação política permitindo apenas candidaturas dos partidos que apoiavam o regime; constante intimidação violenta de eleitores desencorajando a manifestar-se contra o regime; manipulação da contagem oficial de votos; repressão de líderes e ativistas da oposição para impedi-los de fazer campanha; censura da mídia e fraudes no próprio processo eleitoral. O objetivo fazia parte da disputa narrativa de referendar presidentes militares e governadores através de eleições legislativas.

Luiz Lenio Streek (2023) examina diversas estratégias argumentativas de cunho golpista que procuraram revestir-se de uma aparência jurídica constitucional para se legitimar. O autor aborda, por exemplo, a estratégia que envolvia as próprias eleições no contexto do golpe de 1964, conforme também ressalta Nicolau (2012). Além disso, Streek analisa a deposição de Dilma Rousseff como um episódio em que a máscara de justificção constitucional foi eficazmente utilizada para encobrir a ação golpista. Por último, ele também aponta para a política retórica empregada por Jair Bolsonaro ao longo do seu governo, em que frequentemente apelava a ideia de “jogar dentro das quatro linhas da constituição”²⁵, mesmo quando suas ações claramente não condiziam com seus argumentos.

²⁵ Exemplo de notícia que contextualiza o uso recorrente da expressão por Jair Bolsonaro: <<https://g1.globo.com/politica/blog/andreia-sadi/post/2023/06/16/minuta-encontrada-no-celular-de-cid-previa-estado-de-sitio-dentro-das-quatro-linhas-da-constituicao.ghtml>> Acesso em 09 de agosto de 2023.

Para Napolitano (2019), uma das principais explicações para um “golpe” supostamente estaria na incapacidade constitucional e na inépcia dos valores liberais democráticos sustentarem crises, conflitos e contradições existentes em conjunturas diversas. Um golpe, como ação autoritária de influência política duradoura, causa impactos significativos nas formas de participação popular, principalmente, no desenvolvimento de movimentos sociais e no empenho de atores com processos eleitorais distorcidos e afetados em sua legitimidade.

A presença do golpismo como repertório recorrente no cenário político brasileiro, seja como realidade efetiva ou como uma ameaça latente, teve como consequência uma erosão constante das oportunidades de participação popular. Isso resultou na diminuição do impacto das campanhas de protesto e eleitorais em influenciar as políticas governamentais, afetando, por conseguinte, a concepção da própria democracia. Estas dinâmicas de influências de longo prazo do golpismo na política brasileira se assemelham com processos – definido por Tarrow e McAdam (2011) – nomeados como: impactos de longo prazo de mudanças em regimes eleitorais sobre as tendências e padrões dos movimentos.

2.3 Reconquistando a Democracia: mobilização nas ruas para disputa nas urnas

No contexto da história política brasileira, a ditadura militar representou um período de profunda repressão e limitações às liberdades democráticas. Somente ao longo dos anos, à medida que uma convergência de fatores enfraqueceu o poder dos militares, as ações de confronto político ganharam força, manifestando-se tanto por meio de campanhas de protesto quanto de mobilizações eleitorais.

Ainda nos anos 1970, segundo Edson Luís de Almeida Teles (2022), surgiram e ganharam força distintos grupos nas periferias das cidades que, amparados por instituições religiosas legais e também por partidos clandestinos de oposição ao regime, lutavam por participação política, direitos sociais e políticas públicas. Mesmo com o esforço significativo de instituições para silenciar ou neutralizar as participações

populares, o contexto de oportunidades políticas e ameaças foi sofrendo transformações significativas para o processo de redemocratização do país.

Um dos momentos paradigmáticos que ilustram a transição do final da ditadura para a redemocratização no Brasil está intrinsecamente relacionado ao tema central desta pesquisa: o movimento das “Diretas Já”. Nesse contexto, a principal demanda de um movimento de rua foi centrada em um direito fundamental no contexto eleitoral – o voto direto para presidente. Esse episódio emblemático não apenas marcou um ponto de inflexão na história política do país, representando a busca pela participação direta no processo democrático, mas também sinalizou um passo determinante rumo à restauração da democracia no Brasil.

Para Kinzo (2001), um dos primeiros elementos que afetam o curso do processo que culmina com o ciclo das “Diretas Já” e, posteriormente, com o processo complicado de democratização foram as eleições de 1974 nas quais as condições mais livres do pleito resultaram em um bom desempenho da oposição, sendo um dos sinais da falta de apoio popular por parte dos militares. O MDB, criado para ser um partido de aparências, tornou-se um instrumento da oposição democrática tanto na arena eleitoral quanto no processo político mais amplo. Além do processo eleitoral, Kinzo (2001) aponta o conflito interno das forças armadas e as dificuldades econômicas como elementos que tencionaram a transição.

Em meio ao processo de distensão, o regime militar atua também em outro sentido, instituindo em 1977 a escolha indireta de parte dos senadores como forma de controlar o crescimento da oposição no legislativo (Nicolau, 2012). No ano de 1978, além do início das importantes greves dos trabalhadores do ABC, o AI 5 é revogado, uma anistia é aprovada reintegrando à política os exilados punidos pelo regime e uma nova lei partidária coloca fim ao bipartidarismo compulsório criado em 1966.

A conjuntura do início da década de 1980, segundo Bertonecelo (2009), trazia transformações estruturais e sociais significativas, com a consolidação de processos de urbanização²⁶ pelo país e também uma maior industrialização alterando de forma

²⁶ Para Ermínia Maricato (200), a recessão que se seguiu nos anos 1980 e 1990 quando as taxas de crescimento demográfico superaram as do crescimento do PIB, fazendo com que a evolução do PIB *per*

significativa a composição ocupacional favorecendo processos de organização, mobilização e ampliação dos conflitos políticos. Para este autor, três crises se sobrepuseram e se retroalimentaram neste período. A crise do Estado, com dificuldades para os militares responderem às demandas de desenvolvimento capitalistas e negociar interesses da esfera corporativa; a crise do regime com alterações nas relações de poder entre o executivo federal, estadual e o Congresso Nacional e as dificuldades de direcionar a participação popular apenas para os canais institucionais controlados; e a crise de governo que se materializava através de uma base política instável, enfraquecimento do poder executivo federal gerando uma paralisia decisória que afetava os rumos do país (Bertoncelo, 2009, p.171-172).

De acordo com Napolitano (1985), a reforma partidária que introduziu eleições diretas para governos estaduais em 1982 representou um gesto do regime em direção a uma possível abertura para as oposições dentro do cenário estatal, teoricamente mais suscetível ao controle pelo próprio regime. Entretanto, a realização destas eleições significou um cenário de abertura para articulações e mobilizações nas quais, os comícios da oposição, traziam performances críticas à ditadura.

Neste contexto de oportunidades políticas, com a retomada de algumas liberdades políticas e a redução das repressões e ameaças, ocorreu um gradativo aumento da participação popular, com ações coletivas sindicais e estudantis. As greves na região do ABC – entre 1978 e 1980 – evidenciam a ascensão de um novo sindicalismo que se mobiliza nos conflitos políticos através de ações coletivas e performances de confronto. Entre 1982 e 1983, como reação a medidas recessivas do governo, as greves aumentaram 172%, saltando de 144 para 393, incluindo a primeira greve geral depois de 1964, sendo coordenada pela Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e pela Central Única dos Trabalhadores (CUT) (Ferraz, 2018).

Além das ações organizadas, é essencial considerar que, em março e abril de 1983, eclodiram motins e saques²⁷ em diversas capitais brasileiras, revelando uma profunda

capita fosse negativa na década de 80 trouxe um forte impacto social e ambiental, ampliando o universo de desigualdade social.

²⁷ Segundo Edson Luís de Almeida Teles (2022) - que reconstruiu os fatos e debates relacionados aos acontecimentos de abril de 1983 por meio de textos dos principais veículos da mídia impressa do período no estado de São Paulo – a movimentação social de ações coletivas como o quebra-quebra foi um modo de

crise econômica e social. Nesse cenário, a inflação crescente corroía o poder de compra, o desemprego aumentava, e as desigualdades se acentuavam, com milhares de brasileiros em situação de vulnerabilidade.

Segundo Napolitano (1995), os conflitos se iniciaram a partir da institucionalidade, com um protesto de desempregados organizado pelo deputado da oposição Aurélio Peres, em Santo Amaro, no qual centenas de manifestantes iniciaram uma série de saques e depredações que se espalharam para outros locais e impactaram o cenário político nacional (Napolitano, 1995, p. 162).

Estas ações não podem ser compreendidas de forma isolada, mas sim como uma demonstração do drama que afligia uma parte significativa da população, assim como o clima de tensão social que permeava o país no período final da ditadura, desempenhando um papel significativo nas demandas por mudanças políticas e democráticas que culminaram no movimento das “Diretas Já”.

Através da convergência de atores sociais e políticos foi sendo constituída a campanha pelas “Diretas Já”, vocalizando ideais democráticos que pretendiam colocar fim ao regime militar através de uma sucessão presidencial decidida por uma eleição. A mudança institucional defendida também representava a expectativa de transformar o Brasil numa sociedade mais justa socialmente.

O processo de construir convergências políticas, em geral, é complexo, com muitas interações e disputas acontecendo para além das narrativas públicas. Neste sentido, alguns governadores oposicionistas calculavam que uma ampla mobilização poderia aumentar seus poderes de influência e fortalecer a deflagração da campanha. Alguns destes governadores lançam, um dia antes do primeiro comício, o manifesto “O Brasil quer ser ouvido” (NAPOLITANO, 1995, p. 164). Para Bertoncelo (2009), o envolvimento dos governadores oposicionistas significou mobilização de recursos e, em certa medida, a garantia da segurança dos participantes dos protestos, pois eram estes os que controlavam a polícia.

ação que se repetiu diversas vezes no período da transição contra a situação de fome, insuflada pelo momento político de transição para a democracia.

Em 27 de novembro de 1983, o Partido dos Trabalhadores convoca uma “Festa Comício” na Praça Charles Miller que, na prática, foi uma primeira manifestação por eleições livres e diretas e conseguiu apoio de mais de 70 entidades. Neste contexto de abertura gradual do regime, os atores realizam uma migração do modelo organizacional eleitoral, utilizando os comícios de maneira estratégica, uma vez que transpunha estes comícios para uma ação de contestação, por ser o repertório de organização culturalmente disponível, sobretudo nas recentes eleições anteriores. Como aponta Clemens (2010), atores políticos recorrem a modelos organizacionais em campos institucionais diversos, de maneira fluída, como forma de ação política estratégica e, também, de busca de identidades coletivas (Clemens, 2010, p.165-166).

Segundo Napolitano (1995), nesta festa comício, da qual participam por volta de 15 mil pessoas, o PMDB expressa apenas um apoio formal sem o envolvimento na convocação. Em discurso, Luiz Inácio Lula da Silva aponta a necessidade do protagonismo popular para resolver o momento de crise. Neste protesto foi anunciado o falecimento do senador Teotônio Vilela – um dos opositores do regime – e seu enterro reuniu mais de 40 mil pessoas, sendo também expressão pública do descontentamento com o regime.

Em 12 de janeiro de 1984, segundo Napolitano (1995), aconteceu um comício em Curitiba que potencializou a organização de outro comício em 25 de janeiro, em São Paulo, no aniversário da cidade, com um público estimado em 250 mil pessoas. Para Tilly (2010), aspectos como Valor, Unidade, Número e Comprometimento – sintetizados pela sigla VUNC – podem ter formas diferentes, mas invariavelmente indicam força ou fraqueza de uma campanha de protesto. Neste comício do dia 25 de janeiro de 1984, o número de participantes – inédito para a realidade da cidade até aquele momento – indicou a força da mobilização. Foi relevante ainda que estes milhares de participantes defenderam eleições diretas debaixo de chuva, sendo um indicador de comprometimento que surpreende o contexto político.

Em 10 de abril de 1984, segundo Bertonecelo (2009), mais de um milhão de pessoas ocuparam as ruas no Rio de Janeiro, conseguindo romper a censura midiática obtendo cobertura da televisão. Isto potencializa a participação na manifestação de 16 de abril, sendo o maior protesto da campanha com cerca de 1 milhão e 500 mil pessoas no Vale do Anhangabaú em São Paulo.

Para Napolitano (1995) havia um esforço para homogeneizar o significado da ocupação das ruas pelos protestos, mas esta unidade de sentido desconsiderava visões plurais sobre a democratização que estavam em disputa nas articulações e nas ruas. O sucesso das mobilizações altera ainda mais as oportunidades políticas, pois amplia a fragmentação no partido do regime – o PDS, criando dificuldades para a sustentação do regime e para a coordenação do processo de sucessão presidencial. Por outro lado, é nítido o crescimento organizacional das oposições partidárias e também da autonomia de camadas sociais no protagonismo político para além dos canais controlados.

Setores majoritários do PMDB – principal partido da oposição – movimentam-se de forma a superar os limites impostos pelo regime e tinham a perspectiva de conquistar a presidência já em 1985. Entretanto existiam divisões no PMDB que impactam na alteração constante das estratégias e cálculos políticos. A conciliação com o regime para mudanças dentro da ordem estabelecida era sempre algo a ser considerado, mesmo que na prática significasse menos apoio às mobilizações.

Um novo aspecto que aconteceu nesta conjuntura envolvia diretamente as conexões entre as ações nas ruas e o impacto nas negociações partidárias. Com o crescente número de participantes e adesões que havia nos protestos, ocorreu a ampliação da unidade em defesa dos valores democráticos e ampliou o comprometimento dos participantes de forma autônoma às lideranças políticas partidárias, reduzindo o controle do próprio PMDB e, desta forma, dificultando suas manobras estratégicas. Um exemplo foi o envolvimento de grandes torcidas como a do Corinthians²⁸ e do Flamengo nas mobilizações.

Havia uma previsão de parte da oposição sobre a não aprovação da Emenda Dante de Oliveira²⁹ – que na prática, significaria uma derrota para a demanda das eleições diretas naquele momento – e um posicionamento estratégico para negociar no Colégio Eleitoral.

²⁸ Em 1983 o time do Corinthians já entrou no gramado do Morumbi, na final do Campeonato Paulista contra o São Paulo, com a faixa "Ganhar ou perder, mas sempre com a Democracia". Desta forma o envolvimento da torcida na campanha das "Diretas Já" tinha lastro no processo que ficou conhecido como Democracia Corinthiana. Imagem da faixa no site: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/11/121106_democracia_rp <acesso em 27 de setembro de 2023>

²⁹ A Emenda Dante de Oliveira, proposta em 1983, buscava alterar a Constituição Federal para permitir a realização de eleições diretas para a Presidência da República.

O PDS, diante das inúmeras interações ampliadas pela mobilização, buscava se distanciar da defesa do Colégio Eleitoral, preocupado com as eleições que aconteceriam em 1986. O regime buscava conter os efeitos da campanha nas ruas, negociando atender algumas das demandas da oposição e de dissidências do próprio PDS. No mesmo dia 16 de abril, o então presidente Figueiredo anunciou o envio de uma emenda para o Congresso para estabelecer eleições diretas, mas apenas em 1988. Tal negociação é combinada com a ameaça de medidas de emergência, impedindo o acesso de caravanas, a transmissão ao vivo das votações e com o veto do restabelecimento das eleições naquele momento.

Um dia antes da votação da emenda Dante aconteceu um panelaço em diversas cidades. Entretanto, o resultado é que a emenda foi rejeitada e as demandas do protagonismo popular via instituições foram barradas. O regime militar sobrevivia e, apesar de conseguir controlar parcialmente os efeitos da crise, saiu enfraquecido na sua sustentação, porque o amplo apoio da população à campanha das “Diretas Já” significava uma deslegitimação do regime. O questionamento ao Colégio Eleitoral reduziu a capacidade de articulação dos militares, mudou o padrão de dominação política e diminuiu o espaço para o autoritarismo.

Segundo Kinzo (2001), a estratégia adotada por atores de uma oposição moderada avançou porque o governo militar ficou impossibilitado de impor seu candidato. O PT, com poucos votos no Colégio Eleitoral, adotou a postura crítica e coerente com seu papel nas mobilizações apontando que o Colégio Eleitoral era ilegítimo e não representativo, colocando-se contra a transição negociada, diferenciando-se da oposição moderada.

Foi grande o impacto simbólico do ciclo de protesto das “Diretas Já” na população. A conquista da praça e a retomada do espaço público para manifestação política fomentou avanços no processo de redemocratização. Vieram na sequência diversas mudanças: a concessão de votos para analfabetos; a liberalização das regras para criação de novos partidos; as eleições diretas para cargos que anteriormente estavam sendo escolhidos de forma indireta (presidentes, senadores biônicos e prefeitos de capitais de área de segurança nacional) e o próprio processo da Constituição de 1988 (Nicolau, 2012). Outro processo fundamental amplamente relacionado com a redemocratização é a constituição do maior sistema de solidariedade transversal brasileira - o Sistema Único de Saúde (SUS).

O período envolvendo as campanhas das “Diretas Já” é de intensas conexões entre as campanhas de protesto e as eleições. As manifestações nas ruas, com sua própria demanda relacionada com as urnas, produziram intensas interações estratégicas de múltiplos atores. Este contexto de oportunidades políticas exemplifica o conceito de Mobilização Proativa, conforme delineado por Tarrow e McAdam (2011). Nesse contexto, grupos de movimentos e atores políticos se tornam ativos durante os períodos eleitorais, com ambos os processos influenciando mutuamente o curso dos acontecimentos.

A influência direta dos processos eleitorais na redemocratização se tornou evidente: a campanha da eleição de 1982 foi utilizada como um meio de crítica ao regime; no período subsequente, especialmente entre 1983 e 1984, os comícios foram usados como forma de confronto político; e as decisões institucionais foram progressivamente moldadas pelo fortalecimento, autonomia e protagonismo dos atores envolvidos nas manifestações de rua.

Nesse capítulo, exploramos as interações dinâmicas entre as urnas e as ruas ao longo de diferentes momentos da história política brasileira. Desde os tempos do movimento abolicionista até o período das campanhas das “Diretas Já”, ficou evidente a complexidade das divisões e antagonismos políticos e a disposição para a participação popular influir no curso dos acontecimentos políticos do país, por meio não apenas de eleições, mas de mobilizações populares. Paralelamente, esse processo histórico revelou uma persistente sombra do golpismo, um repertório político que permeou o contexto brasileiro, atingindo o ápice durante a ditadura militar, sinalizando a complexidade e os desafios relacionados com a democracia enfrentados pela sociedade brasileira.

Nesses diferentes contextos políticos, é fundamental ressaltar a persistente polarização que, em diferentes graus de intensidade, caracterizou a política brasileira. Essa polarização receberá destaque no próximo capítulo, o qual irá se concentrar na análise do campo político à direita, investigando suas interações entre as esferas eleitorais e de protesto.

Iremos aprofundar o cenário desde que os protestos de Junho de 2013 desencadearam um momento de intensa disputa na política nacional, trazendo à tona uma mistura complexa de demandas e descontentamento, juntamente com uma diversidade de

atores nas ruas. Esta nova configuração de oportunidades políticas e ameaças não apenas refletiu as transformações sociais em curso, mas também moldou de maneira substancial o cenário político nas eleições subsequentes. No capítulo seguinte, aprofundaremos nossa análise, investigando a consolidação da influência dos grupos de direita e seu impacto no debate público e nas políticas, em meio a um ambiente cada vez mais polarizado e complexo.

CAPÍTULO 3 - O CAMPO POLÍTICO À DIREITA ENTRE OS PROTESTOS DE RUA E AS ELEIÇÕES

O campo à direita no espectro político brasileiro foi impactado pelo contexto das manifestações de Junho de 2013, pelas eleições de 2014, por todo o processo político envolvendo a luta pelo impeachment de Dilma e pelo contexto do governo Temer antecedente das eleições de 2018. Em um processo político como este – envolvendo uma dinâmica de conflitos, manifestações e campanhas eleitorais – as interações entre os atores envolvidos são múltiplas e com modificações rápidas. No campo discursivo, os posicionamentos construídos se modificam de acordo com os interesses das partes envolvidas, enfatizando determinados aspectos em detrimento de outros. Estudar estes conflitos nas suas conexões exige um processo metodológico capaz de investigar as organizações e ações dos grupos, averiguando e questionando narrativas e enquadramentos realizados pelos próprios ativistas, pela mídia, por detentores do poder e por outros atores envolvidos nas interações.

3.1 Estratégias metodológicas sobre a interação entre campanhas de ruas e eleições

Duas estratégias metodológicas foram utilizadas: analisar o contexto temporal mais próximo das eleições de 2018, descrevendo rigorosamente os eventos e acontecimentos através da reconstrução dos conflitos políticos do período a partir da organização de um Banco de Protesto nacionais do período do governo Temer (BPT); e realizar um mapeamento das organizações de direita em todo o território nacional no período, a partir de uma cartografia dos grupos políticos que fazem parte do campo político à direita, publicado parcialmente em artigo – Spina (2018) – possibilitando um aprofundamento da análise das redes organizacionais complexas destas organizações que sustentaram e influíram o processo político envolvendo as eleições em 2018.

A análise do contexto temporal da pesquisa possibilita enxergar a situação política no período analisado, identificando os processos políticos conflituosos nos quais as organizações mapeadas estavam se movimentando. Para esta análise, envolvendo de forma principal as eleições de 2018, foi organizado um Banco de Eventos do período do governo anterior – de Michel Temer – com uma amostra composta por coletas de notícias

sobre as manifestações nacionais, identificando variações nos padrões dos eventos de protesto articulada com as modificações no contexto político relativas ao período entre 12 de maio de 2016 até 31 de dezembro de 2018.

O levantamento das informações foi realizado a partir da plataforma de notícias G1 por esta oferecer um conteúdo de notícias com publicação diária e em tempo real sobre fatos relacionados ao cotidiano urbano, ampliando a possibilidade de fazerem a cobertura de eventos de protestos. Em geral, a plataforma faz em suas matérias sobre manifestações uma detalhada descrição com informações sobre quem são os organizadores, os locais e horários, assim como os motivos e as pautas. O portal G1, por manter redações em diferentes localidades brasileiras, possibilitou uma verificação da simultaneidade dos eventos de protesto em diversas capitais para, possivelmente, caracterizá-los quanto a sua amplitude.

A escolha por apenas um portal traz limitações quanto a não variabilidade na descrição dos fenômenos devido ao mesmo padrão editorial. Entretanto, suficiente para remontar o processo de confronto político neste período identificando os eventos mais relevantes. Para detalhar as características minuciosas ou qualificação dos protestos presentes no BPT foram coletadas – através de busca específica em outras fontes – informações mais aprofundadas sobre cada evento para identificar variáveis e para amenizar a limitação inicialmente apontada sobre a coleta dos dados ser proveniente de uma única fonte editorial.

A escolha das palavras-chave foi realizada através de testes anteriores que possibilitaram uma seleção na qual eventos de protesto fossem identificados. As palavras-chave selecionadas na lógica de operadores booleanos “or” foram: “manifestação”; “manifestante”; “bloqueio”; “greve”; “ocupação”; “protesto”; “passeata”. Essas palavras-chave foram utilizadas no buscador Google, no período selecionado, somado com a identificação do portal G1.

Com as notícias selecionadas foram identificados os confrontos políticos de alcance nacional, ou seja, que aconteceram simultaneamente em diversas cidades ou estados ou que impactaram o cenário nacional adquirindo relevância. Definimos um conjunto de variáveis vinculadas às perguntas da pesquisa: abrangência das capitais ou cidades em que o protesto aconteceu; número de participantes relatado; grupos políticos que organizaram ou participaram do evento de protesto; principal pauta ou justificativa

dos organizadores do protesto; relatos de repressão ou confronto físico entre forças policiais e manifestantes; reações do governo federal com ações ou declarações e performances de confronto que se destacaram.

Através dos dados do BPT organizou-se uma cronologia dos confrontos políticos selecionados relevantes no período a partir do governo de Michel Temer com objetivo de remontar o processo político, identificando fatos políticos relevantes que impactaram o cenário de mobilização, por exemplo: o processo de denúncias que o presidente Temer enfrentou; o assassinato da vereadora Marielle Franco; e o atentado sofrido pelo então candidato Jair Bolsonaro.

DATA	Número de participantes (nacional)	Cidades ou Estados	Organizadores	Principais pautas	Repressão	Reações do governo federal	Destaque performance
19/05/2016		18 Estados		Contra a extinção do Ministério da Cultura			Ocupação da Funarte e
01/06/2016	7 mil	Somente em São Paulo	MTST e Frente Povo sem Medo		Sim		Ocupação prédio presi
10/06/2016	37 mil - PM / 326 mil - org.	34 cidades 24 estados		Contra Temer			
31/07/2016	44 mil - PM / 151 mil - org.	66 cidades		Contra Dilma			
31/07/2016	3 mil - PM / 85 mil - org.	19 cidades		Contra Temer			
09/08/2016	1 mil - PM - 31 Mil - org.	12 cidades		Contra Temer			
29/08/2016	2 mil - PM - 4 Mil - org.	12 cidades		Pró Dilma			
31/08/2016	2 mil - PM - 76 Mil - org.	17 cidades		Conta Temer			
31/08/2016	520 - PM 200 - org	8 cidades		Pró Temer			
05/09/2016			Confederação Nacion	Reajuste salarial e outras			Greve dos bancários ->
07/09/2016	5 mil - PM - 228 mil - org.	49 cidades		Contra Temer			
22/09/2016	4 mil - PM 175 mil - org.	32 cidades		Contra Temer			
01/11/2016		19 Estados e DF (PR com +ocupações)		Ocupação de Escolas contra a PEC que limita os gastos			Adia em alguns locais ENEM Ocupação por estudan
04/12/2016	76 mil - PM 488 mil - org.	83 cidades		Pró Lava Jato			
13/12/2016		15 Estados + DF		Contra a Pec dos gastos públicos PEC55			
08/03/2017				Mulheres por direitos, aparece contra Temer e contra reforma da previdencia que retirava direito das m			
15/03/2017	500 mil - org	Todas as capitais e DF		Contra reformas			Termina com discurso
26/03/2017		19 Estados +DF	Diversos grupos de di	Pró Lava Jato, Fim do Foro Privilegiado			
28/04/2017	97 Mil - PM / 1,3 milhão - org.	24 Estados + DF - 254 cidades	Centrais Sindicais	Contra a Reforma da Previdência	Sim		Chamada de GREVE GE
01/05/2017			Centrais Sindicais	Contra reformas			Mistura de proesto cor
21/05/2017		19 Estados +DF	PT, CUT,	Fora Temer			
24/05/2017	200 mil	Brasília	Centrais Sindicais - N	Contra a Reforma da Previdência, Sim		Temer aciona o exercito com	Marcha com diversos n

Figura 1. Imagem ilustrativa do BPT, organizado em arquivo de Excel.

Já o mapeamento foi uma estratégia para investigar a distribuição dos grupos ligados a pautas e setores da direita no território nacional, identificando as semelhanças e diferenças estratégicas de enraizamento socioespacial, como estes se posicionaram diante dos antecedentes envolvendo as eleições de 2018 e como, posteriormente, foram convertidos ou não em estrutura de campanha.

O mapeamento responde à necessidade de investigar de maneira relacional a atuação destes grupos nas arenas de protesto e nas campanhas eleitorais, sem, contudo, adotar uma perspectiva analítica fragmentada, observando que atores coletivos podem mobilizar diferentes ações políticas em contextos diversos. Esta etapa metodológica tem como objetivo aprofundar a análise das organizações tanto numa perspectiva espacial quanto temporal para compreender como sustentaram e influenciaram ou não nas mudanças

do cenário político brasileiro envolvendo as eleições em 2018. A partir desta descrição pretende-se ampliar o foco para além das organizações mais estruturadas e com mais apelo midiático – localizadas nas metrópoles da região Sudeste – para analisar a capilaridade dos grupos e suas interações no território nacional.

No contexto político brasileiro, há diversas organizações políticas com agendas e identidades ideológicas variadas, complexas e, às vezes, difusas, tornando-se necessárias definições metodológicas para identificar os grupos políticos que se enquadram no campo disposto à direita.

Desta forma, como parte da constituição do mapeamento, foi organizado um segundo Banco de Protesto da Direita³⁰ (BPD), buscando eventos com manifestações envolvendo pautas ou demandas específicas do setor à direita, com a finalidade de identificar os grupos políticos organizadores. A identificação do campo ideológico à direita foi realizada através da escolha de palavras-chave vinculadas ao próprio posicionamento dos grupos ou relacionadas a demandas rotineiramente associadas a este campo: “direita”, “nova direita”, “liberais”, “conservadores”, “renovadores” (ou “renovação”), “autoritários”, “intervencionistas” (ou “intervenção militar”), “neonazistas”, “monarquia”. Combinado a estas palavras-chave foi realizado associado - na lógica de operadores booleanos “and” - com as seguintes palavras para localização de grupos e/ou eventos de protesto: “manifestante”, “movimento”.

A investigação por meio da plataforma de busca Google foi realizada selecionando especificamente matérias do portal G1, no intervalo entre janeiro de 2013 até janeiro de 2020 no Brasil, com verificação dos primeiros cinquenta resultados. O período definido está relacionado com a intensificação de manifestações a partir da irrupção do ciclo de protestos de Junho de 2013.

A opção pela plataforma virtual G1 tem a mesma justificativa colocada para análise do contexto temporal de pesquisa: publicações constantes sobre a rotina urbana,

³⁰ Durante o decorrer do processo metodológico, tornou-se evidente a importância de detalhar os protestos protagonizados por grupos de orientação política à direita. Isso implicou não apenas em incluir manifestações que já estavam no Banco de Protesto Temer (BPT), mas também em incorporar outros eventos que, embora possam ter menos relevância no âmbito nacional, foram organizadas por grupos alinhados com a direita. Como resultado, optei por organizar essas informações em um banco de dados de protestos separado, destinado exclusivamente aos grupos de orientação política à direita, como parte do mapeamento.

descrição detalhada dos protestos citando organizadores e abrangência nacional com estrutura de redações capilarizada sendo considerada suficiente – apesar da não variabilidade das fontes – para identificar grupos políticos organizadores dos protestos. Desta forma, todo o trabalho de busca foi sempre composto cruzando quatro tipos de palavras-chave: “G1”; “Brasil”; palavra que identifica o campo à direita; palavra “movimento” ou “manifestante”.

Esta pesquisa fez a escolha de utilizar o termo “grupo político”³¹ para designar coletivos de pessoas com dinâmicas associativas que aparecem como organizadoras ou participantes das manifestações. Para o mapeamento não foram considerados os grupos identificados com outras formas de participação política como: partidos, sindicatos ou associações ligadas a uma categoria. Também foram descartados grupos artísticos, religiosos, de mídias ou dos quais não foram encontradas referências sobre a existência da organização. Grupos que apenas realizam ações online também não foram registrados. A partir dos eventos de protesto e destes critérios foram identificados inicialmente 61 grupos políticos com as características pesquisadas.

Para as autoras Luciana Tatagiba e Andreia Galvão (2019), duas das desvantagens da metodologia de pesquisa a partir de eventos de protesto são a parcialidade e a seletividade das fontes. Buscando aprimorar a metodologia e, também, a partir da constatação que os grupos estaduais registrados utilizam o nome de cada estado associado à palavra “direita”, foi acrescentada mais uma etapa no mapeamento que consiste em uma busca na plataforma Google associando a palavra “direita” com o nome de cada estado brasileiro. Ao encontrar novos grupos, foi verificado se haviam organizado ou participado de campanhas com protestos nas ruas. Mais 16 grupos de direita foram então acrescentados ao mapeamento.

Para aprofundar o entendimento sobre os grupos selecionados, o próximo procedimento metodológico foi realizar buscas específicas a partir do nome de cada grupo, identificando sites próprios ou páginas na rede social Facebook³², por sua relevância como plataforma que foi amplamente utilizada para a articulação política

³¹ Importante registrar que apesar de não nomear os grupos políticos como movimentos sociais, muitos deles se nomeiam como movimentos. Nos registros mantive os nomes de cada movimento, padronizando em maiúscula a primeira letra de cada palavra do nome.

³² Como a análise destas páginas fez parte do processo metodológico de investigação e não se tratava de uma citação, fiz a escolha de não as citar em específico na bibliografia.

naquele período. As informações referentes aos estados foram coletadas no mês de dezembro de 2019. Esta etapa, além do detalhamento, serviu para corrigir o viés jornalístico de não cobrir manifestações menores organizadas por grupos de menor relevância. A partir deste passo metodológico, especificamente no aprofundamento relacionado aos estados, outros 14 novos grupos foram citados ou descobertos e foram acrescentados no mapeamento, totalizando 91 grupos políticos.

As informações essenciais de cada grupo foram documentadas com base no conteúdo disponível no site ou na página compondo o mapeamento dos grupos políticos à direita contendo: descrição geral; identificação quanto a ser um grupo nacional, estadual ou local; nome de lideranças; se permite filiação; sobre a criação do grupo; data de criação da página na rede social Facebook; número de curtidas na rede social Facebook no período analisado; e a partir dos itens desta rede social – eventos e fotos – foram identificadas lideranças e a participação eleitoral do grupo em 2018. Sobre a participação eleitoral foram identificados os candidatos apoiados e se o grupo fez campanha negativa.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J
1	Nome do Grupo Político	Categoria de análise	Data de criação	Número de curtidas Facebook	Envolvimento nas eleições de 2018	Fez campanha negativa				
2	Movimento Conservador	Nacionais com atuação em di	01/05/2016	240 mil	Sim	Sim				
3	Vem Pra Rua	Nacionais com atuação em di	out/14	2 milhões	Sim	Sim				
4	Movimento Brasil Livre	Nacionais com atuação em di	nov/14	3 milhões	Sim	Sim				
5	Movimento Nas Ruas	Nacionais com atuação em di	jul/11	900 mil	Sim	Sim				
6	Endreita Brasil	Nacionais com atuação em di	mai/16	690 mil	Sim	Sim				
7	Movimento Avança Brasil	Nacionais com atuação em di	fev/15	1 milhão	Sim	Sim				
8	Docentes pela Liberdade	Nacionais com atuação em di	jul/19							
9	Movimento Direita Vive	Pautas nacionais	nov/13	600 mil	Sim	Sim				
10	Movimento Acorda Brasil	Pautas nacionais	mai/15	90 mil	Sim	Sim				
11	S.O.S. Forças Armadas	Pautas nacionais	mar/15		1500	Não				
12	Revolutados On Line	Pautas nacionais			Sim	Sim				
13	Intervencionistas Independentes S.O.S	Pautas nacionais	fev/15		2700	Não				
14	União Nacionalista Democrática	Pautas nacionais	out/16		250					
15	Movimento Civil XV De Março	Pautas nacionais	mar/15	13 mil						
16	Movimento Unidos Pelo Brasil	Pautas nacionais			100					
17	Intervenção Constitucional Das Ffna (Força	Pautas nacionais								
18	imento De Restauração Da Monarquia No B	Pautas nacionais	dez/12	55 mil						
19	Movimento Brasil Real (Monarquistas)	Pautas nacionais	ago/16	20 mil	Sim	Sim				
20	Mulheres Intervencionistas Do Brasil	Pautas nacionais	dez/14	34 mil						
21	Movimento Direita Digital	Pautas nacionais								
22	Movimento Brasil Melhor	Pautas nacionais	fev/11	130 mil	Sim					
23	Movimento Brasil Online	Pautas nacionais	dez/15	6 mil						
24	Livres	Pautas nacionais								
25	Direita Santa Catarina (DSC)	Estadual - Sul	mai/17	18 mil	Sim					
26	Movimento Direita SC	Estadual - Sul	fev/19		19.500	Não				
27	Direita Santa Catarina	Estadual - Sul	mai/16		1200					
28	Movimento Direita Catarinense	Estadual - Sul	out/18	12 mil	Sim					
29	Direita Paraná	Estadual - Sul	nov/16	66 mil	Sim					
30	EnDireita RS	Estadual - Sul	ian/18	12 mil	Sim	Sim				

Figura 2. Imagem ilustrativa da organização do mapeamento em arquivo de Excel

A campanha negativa é uma estratégia utilizada por grupos políticos candidatos ou partidos políticos na qual são feitas críticas e ataques ao adversário, muitas vezes, com informações distorcidas ou falsas, visando desqualificar o adversário, explorando pontos fracos ou vulnerabilidades. Para Fabro Steibel (2005) a campanha tem o objetivo de associar conceitos negativos a uma campanha considerada adversária.

A datação sobre a criação de página dos diferentes grupos na rede social Facebook foi considerada relevante por indicar, de forma aproximada, o momento de criação do grupo, mas não necessariamente a data exata. Neste sentido, foram coletadas também informações sobre o histórico do grupo na página ou no site do grupo, registrando a data de fundação quando disponível. O número de curtidas foi colocado como uma variável para ser um parâmetro sobre a influência dos grupos na rede social, sendo que tal plataforma, segundo Solano, Ortellado e Moretto (2017) era, naquele momento, a plataforma preferencial das pessoas mobilizadas para se informar sobre política (Solano, Ortellado e Moretto, 2017, p. 9).

Com estas estratégias metodológicas e com o registro das informações detalhadas acima, apresento a discussão sobre o campo político à direita, entre os protestos de rua que se intensificaram a partir das manifestações de 2013, posteriormente no ciclo de protesto pelo impeachment de Dilma Rousseff e no governo Temer e suas conexões com o período eleitoral de 2018.

3.2 O campo político à direita e os protestos de Junho de 2013

Ao longo de uma trajetória de longa duração as conceituações sobre posicionamentos políticos e ideológicos são atualizadas, modificadas e/ou ressignificadas conforme o contexto de oportunidades ou restrições políticas. A irrupção dos confrontos de Junho de 2013, no Brasil, foi um destes momentos em que os posicionamentos modificaram-se rapidamente devido à acentuação dos conflitos que, inclusive, mobilizaram formas de participação não organizadas previamente e atravessaram a dinâmica social ampliando o ritmo de interações, constituindo-se como um ciclo de protestos.

As manifestações de Junho de 2013 potencializaram modificações e inovações nas explicações interpretativas dos diferentes grupos políticos, até mesmo daqueles do campo à direita que não estavam imediatamente envolvidos nos protestos iniciais. O ciclo produz incertezas e externalidades que extrapolam as possibilidades de análises prévias gerando não apenas um evento ou acontecimento limitado temporalmente, mas uma transformação do processo político com impacto para os atores que estão nas ruas e para os atores que não estão nas ruas, causando também movimentos na composição

institucional para reposicionar disputas e interesses. Para analisar o ciclo de confrontos como um processo, Sidney Tarrow (2009) argumenta que se faz necessário conectar nas investigações os conflitos que se expressam tanto na institucionalidade quanto na não institucionalidade com uma interação das ferramentas científicas (Tarrow, 2009, p. 183).

Quando olhamos para períodos históricos mais distantes, os eventos que marcam mudanças nos contextos políticos ficam mais evidentes e podem ser usados como marco analítico ou descartados para periodização. No entanto, quando se trata de eventos políticos recentes, é mais difícil identificar e interpretar essas mudanças, especialmente quando ainda há disputas políticas em andamento. Isso é evidente nos protestos de Junho de 2013 no Brasil, onde, mesmo após mais de uma década, as disputas políticas polarizadas continuam sendo travadas e as incertezas dificultam a formulação de avaliações analíticas categóricas ou definitivas.

No entanto, mesmo com a ressalva acima, os protestos de Junho de 2013 denotam um marco temporal oportuno e relevante, principalmente para fazer a análise sobre processo que o campo político à direita realizou envolvendo campanhas de protesto e eleições. O argumento principal para esta decisão, quanto à temporalidade desta pesquisa, se ancora na interpretação que grupos políticos à direita fizeram sobre as manifestações de Junho de 2013 como momento de oportunidade política para influenciar a opinião pública.

O ciclo de protestos de Junho de 2013 foi disparado pelo Movimento Passe Livre, que liderou uma coalizão de luta contra o aumento das passagens, com performances de confronto ligadas ao repertório autonomista³³ que desencadearam e intensificaram confrontos com as forças policiais. A disputa envolvia interações estratégicas de lado a lado e uma forte repressão policial no dia 13 de junho de 2013 trouxe para as ruas outros setores, inclusive manifestantes que não eram ativistas e que recuperaram símbolos e performances patrióticas de grandes mobilizações históricas do país, como as “Diretas Já” e “Fora Collor” (Alonso, 2017, p. 49 e p. 52).

Para Luciana Tatagiba (2014), os protestos de Junho de 2013 foram um dos momentos significativos em que a capacidade da sociedade intervir politicamente se

³³ Segundo Spina (2016) o repertório autonomista ampliou sua visibilidade com as manifestações antiglobalização em que ativistas realizaram protestos combinando performances convencionais com ações diretas de confronto em cúpulas ou reuniões de organismos multilaterais.

ampliou, retirando certezas da rotina política institucional. Desta maneira, também os grupos políticos à direita se aproveitaram da mudança conjuntural para entrarem na disputa sobre os rumos do ciclo de protestos. Eles não se limitaram a apenas adotar as ideias dos grupos mais influentes no início das manifestações; ao invés disso, eles foram formuladores de novas dinâmicas, pautas e interações que resultaram em outros dilemas e desafios.

Conforme pesquisa finalizada em 2016, observei que na fase de difusão, momento em que as interações se multiplicaram, seguiu intensa a disputa de significados, na qual os movimentos derivados – que vieram posteriormente para as ruas – colocaram suas próprias demandas coletivas com suas próprias formas de confronto. A ausência de lideranças caracterizou uma fase de transmissão dos protestos, tornando os participantes mais suscetíveis tanto às performances e discursos disputados no calor das mobilizações quanto às intervenções discursivas da grande imprensa (Spina, 2016, p. 104, 108 e 124).

É comum nos ciclos uma variabilidade nos processos de difusão, apropriação, imitação e reação dos grupos políticos que não estavam engajados inicialmente, inclusive com difusão para grupos não relacionados, ou mesmo com identidades antagonistas (Tarrow, 2009, p. 186). Na difusão dos protestos de Junho de 2013 estas ações de reação, apropriação e imitação aconteceram com grupos da direita que se reposicionaram ou foram criados. Não é por acaso que um dos grupos à direita com maior visibilidade nos protestos no período posterior a junho de 2013 chama-se MBL – Movimento Brasil Livre, nitidamente uma reprodução em paralelismo da sigla MPL – Movimento Passe Livre.

Tarrow (2009) aponta que frequentemente ciclos de protestos têm inícios semelhantes e finais muitos diversificados. Para Alonso e Mische (2016), as manifestações de Junho de 2013 materializaram dois campos de ação, parcialmente sobrepostos, com conjuntos diferenciados de demandas, críticas, objetivos, performances de confronto e estilos estéticos, um à esquerda e outro à direita do governo federal. A queda da popularidade da então presidente Dilma, no fim do mês de junho de 2013, foi um dos indicadores que validou a interpretação do ciclo como oportunidade política para grupos políticos à direita e opositores ao governo federal disputarem a opinião pública.

3.3 Como as ruas viraram à direita?

Se olharmos para o processo de ocupação das ruas desde a redemocratização do país, faço a proposição de distinguirmos três diferentes momentos articulados com o contexto da política institucional. O primeiro iria da saída dos militares do poder em 1985 até a eleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994, em que a composição do processo das “Diretas Já” ainda ressoava nas ruas com atores políticos mais plurais, participação do centro e também da esquerda e símbolos patrióticos, em que as manifestações do Fora Collor fazem parte. Um segundo momento coincide com os governos de Fernando Henrique Cardoso, de 1992 a 2002, no qual a esquerda assume um protagonismo maior nas campanhas de protesto com algumas ações amplas, mas também setorializadas, que buscavam efetivar avanços colocados na própria constituição e outros que buscavam efetivar conquistas ligadas com determinados setores, assim como resistir às políticas neoliberais. O protagonismo do Movimento Sem Terra (MST) é emblemático deste período, destacado por Arruda (2006)³⁴. O terceiro momento começa no início do governo Lula, em 2003, no qual ocorre uma diminuição das ações nas ruas por parte dos atores ligados ao petismo que agora eram então parte do governo nas gestões de Lula e buscavam suas demandas por caminhos rotineiros disputando o próprio governo com outros setores. As passagens entre estes momentos são gradativas e sobrepostas e mesmo o declínio deste terceiro momento com a chegada de Junho de 2013 não acontece de forma abrupta como pode parecer, mas com mobilizações tornando-se crescentes ao longo do período que coincide com o primeiro mandato de Dilma Rousseff.

Tatagiba (2014) – ao comparar as “Diretas Já” de 1984, o Fora Collor de 1992 e os protestos de Junho de 2013 – destaca as diferentes participações do Partido dos Trabalhadores (PT) devido a sua diferença no posicionamento institucional:

Em 1984, o PT era partido-movimento e como tal integrou a campanha das Diretas Já, com funções de organização e de atuação na base, a partir da sua extraordinária capacidade de mobilização e recrutamento. No ano de 1992, o PT estava na condição de partido-oposição, e como tal integrou a frente suprapartidária pró-impeachment ainda com grande capacidade de mobilização

³⁴Durante esse período, de acordo com Arruda (2006), destacam-se vários conflitos significativos, incluindo a greve dos petroleiros em 1995. Além disso, os Plebiscitos da Dívida Externa em 2000 e da ALCA em 2002 representaram importantes processos políticos que sinalizaram o fortalecimento do campo político de orientação à esquerda.

e recrutamento, principalmente de setores do funcionalismo público. Em 2013, o PT estava há 11 anos à frente da coalizão no plano federal, e em São Paulo era o começo da gestão do petista Fernando Haddad, e a situação de partido-no-governo marcou o posicionamento distante e reticente do PT em relação aos protestos. (Tatagiba, 2014, p. 56-57).

Em 2013, a distância do Partido dos Trabalhadores das ruas fez com que sua tentativa de entrada nos protestos acontecesse de maneira atabalhoada em meio à difusão das mobilizações e depois da revogação do aumento de passagens. O presidente nacional do PT na época – Rui Falcão – havia conclamado a militância do partido a estar nas ruas. Segundo Spina (2016), a presença do Partido dos Trabalhadores no protesto em São Paulo, no dia 20 de junho de 2013, contribuiu para acirrar ânimos dos manifestantes. A suposta festa pela revogação do aumento torna-se uma confusão sobre a participação ou não dos partidos nos protestos com palavras de ordem – “sem partido, sem partido”, sendo respondidas com “sem fascismo, sem fascismo” – e confronto físico entre os manifestantes (Spina, 2016, p. 110).

Para Tarrow (2009) tanto organizações existentes quanto as que surgiram no interior do ciclo de confrontos disputam e moldam os rumos do processo político. As organizações mais antigas não dão seus lugares para os novos grupos, mas adaptam-se ao processo conflituoso. Enquanto, em geral, as organizações que foram criadas a partir do confronto político continuam mantendo ações de confronto mesmo após o término do ciclo, as organizações anteriores se acomodam e voltam mais rapidamente às formas de ações tradicionais (Tarrow, 2009, p. 187).

Na continuidade do desenrolar do conflito de 2013 e com o crescente protagonismo de grupos à direita, Alonso (2017) aponta que os protestos contra o programa “Mais Médicos”, em julho do mesmo ano, também mobilizaram setores de forma crítica ao governo federal e ao Partido dos Trabalhadores, com uma perspectiva nacionalista. No ano seguinte, a Operação Lava Jato – que teve início em março de 2014 – segundo Alonso, mais uma vez potencializou o protagonismo de setores à direita, pois surgiram 43 grupos dando organicidade para as mobilizações e articulações que em comum traziam o patriotismo e a pauta anticorrupção (Alonso, 2017, p. 54).

As eleições nacionais de 2014, com um intenso e disputado segundo turno entre Aécio Neves do PSDB e Dilma Rousseff do PT, foi, segundo Nobre (2016), um momento decisivo para a divisão em “duas calçadas” dos manifestantes que anteriormente ocuparam a mesma rua protestando. Necessário frisar que mesmo com esta divisão, a

polarização ainda reproduzia a dinâmica do período da redemocratização com um dos lados da polarização sendo ocupado pelo Partido dos Trabalhadores com protagonismo da então candidata à reeleição Dilma Rousseff ativando um discurso mais à esquerda e outro lado ocupado, ainda, pelo PSDB, em um posicionamento de centro mais à direita.

Após o resultado das eleições para presidente em 2014, grupos políticos opositoristas questionaram o processo eleitoral, com manifestações impulsionadas por grupos como “Movimento Brasil Livre” (MBL), “Movimento Endireita Brasil” (MEB), “Vem pra Rua” (VPR). Estes questionamentos iniciaram e constituíram o campo de luta pelo impeachment e fizeram com que grupos diferentes atuassem com uma narrativa semelhante e uma agenda coordenada (Baron e Luz, 2018, p. 370 e p. 378).

As manifestações foram iniciadas em novembro de 2014 já reivindicando a saída da presidenta Dilma antes mesmo do início do segundo mandato. No ano seguinte, aconteceu uma grande preparação e mobilização para o protesto do dia 15 de março de 2015. Nesse contexto, não ocorreram disputas no interior destas mobilizações. Mesmo em setores críticos à esquerda ao governo, a interpretação predominante era de que o espaço nas ruas de forma alguma deveria ser compartilhado³⁵ como em Junho de 2013, no sentido de não fortalecer a oposição ao governo e, ainda, de que não existia espaço para tentar influenciar, mesmo aqueles atores não organizados que iriam às ruas.

A manifestação do dia 15 de março de 2015 contra o governo federal, considerando os critérios de VUNC (Valores, Unidade, Número e Comprometimento), segundo Tilly (2010), demonstrou força, principalmente devido à manifestação estar revestida de valores patrióticos, com unidade nas cores e nas pautas e, principalmente, pelos números expressivos, que, segundo a Polícia Militar, reuniu cerca de um milhão de pessoas em São Paulo.

Aproveitando o sucesso da mobilização, o MBL organizou a marcha de São Paulo até Brasília, que ao contrário do esperado pelo movimento foi pouco noticiada pela mídia e com poucas adesões (Rocha, 2018, p. 169). O fracasso foi momentâneo, as grandes manifestações pelo impeachment continuaram e as ruas foram tomadas por grupos políticos à direita, com pessoas de verde amarelo que tiravam foto com policiais e

³⁵ Nesta época, acompanhei uma reunião de movimentos de saúde que avaliaram a conjuntura com a crescente mobilização e coletivamente descartaram qualquer ação para tentar influenciar com a temática da saúde àqueles atores que iriam para as ruas.

gritavam, entre outras coisas: “a nossa bandeira jamais será vermelha”. Segundo Baron e Luz (2018), durante o processamento da denúncia envolvendo Dilma Rousseff, foram realizadas seis grandes manifestações em capitais brasileiras pelo impeachment.

Emergiu então um ciclo de protesto completamente diferente de Junho de 2013, mas na sua sequência. A imitação do MPL espelhada em outro campo político – o MBL – cumpre o papel de ser um dos movimentos iniciadores com uma pauta improvável no Brasil das urnas eletrônicas: o questionamento do processo eleitoral. Os protestos foram mais controlados do que no ciclo anterior. Não existiu espaço para horizontalidades ou para figuras públicas que negavam o próprio processo de exposição, pelo contrário, eram protestos hierarquizados pelos carros de som e que buscavam construir lideranças políticas.

No ciclo de protestos pelo impeachment o objetivo das ruas necessitava, de forma inerente, das articulações institucionais para fazer o processo de depor a presidente Dilma avançar em meio ao Congresso. A abertura da pauta se dava apenas para grupos e pessoas em um sentido, na crítica à direita do governo. É nesta perspectiva que organizadores toleram e são cada vez mais influenciados pela presença dos antidemocráticos que apelavam para uma suposta intervenção militar.

O campo oposto envolvendo movimentos e a base ligada ao Partido dos Trabalhadores criaram a Frente Brasil Popular³⁶ e outros grupos próximos liderados pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) criaram a Frente Povo Sem Medo³⁷ e estas frentes se unificaram criando mobilizações próprias contra o impeachment, abrigadas no enquadramento interpretativo sintetizado pela palavra de ordem “Não vai ter Golpe”. Os que anteriormente se posicionavam críticos à esquerda do governo, que tiveram expressão em Junho de 2013, não encontram espaço nas ruas ou estavam na defesa de Dilma Rousseff ou se retiram da disputa do processo político.

³⁶ A Frente Brasil Popular é uma coalizão política e social que foi criada em 2015 e uniu uma variedade de organizações, movimentos sociais, sindicatos, partidos políticos de esquerda e outras entidades com o objetivo de se opor a medidas do governo de Michel Temer e promover uma agenda de mobilizações populares.

³⁷ Também criada em 2015, tinha uma perspectiva semelhante de unir movimentos em torno de mobilizações contra o governo Temer e algumas das ações eram realizadas em conjunto com a Frente Brasil Popular.

O campo de defesa do governo agia reativamente e não conseguia defender efetivamente o governo, esfriar as mobilizações opostas ou mudar a pauta. Quem coordenava os rumos da pauta e influenciava de forma mais ampla o processo político eram os grupos políticos à direita. A assimetria de poder operava não apenas pelos atores nas ruas, mas mobilizando a cobertura midiática na qual o avanço da operação Lava Jato era interpretado como combustível para ativar a mobilização.

A cerca em Brasília, que separava os defensores do governo Dilma dos seus críticos à direita, simbolizava a polarização. Foi neste contexto que as ruas fizeram uma acentuada curva para direita com mobilizações marcadas pela estética patriótica, com símbolos nacionais que operavam, principalmente, sobre o argumento de crítica à corrupção, com forte antipetismo e unificados pela pauta de retirada da presidente Dilma e de saída do Partido dos Trabalhadores do poder.

A virada das ruas à direita está conectada com o processo eleitoral anterior – sobretudo as eleições presidenciais de 2014 – e combinou tanto o processo de mobilização reativa, no qual os movimentos questionam resultados eleitorais quanto o processo de polarização partidária induzida por movimentos, em que a lógica dos partidos é afetada por movimentos.

Esta conjuntura com processos que conectam as campanhas de protesto com as campanhas eleitorais foi interpretada como oportunidade política para grupos políticos à direita com impacto para as eleições seguintes, para prefeitos e vereadores. Depois do pico da campanha pelo impeachment, alguns dos ativistas de grupos à direita como o MBL, passaram a obter apoio expressivo e, segundo Rocha (2018), se candidataram nas eleições de 2016. Este movimento lançou 44 candidaturas ligadas por diversos partidos, mas principalmente pelo DEM e pelo PSDB. Destes, oito candidatos se elegeram, sendo quatro pelo PSDB, um pelo DEM, um pelo PR, um pelo PV e um pelo PPS.

3.4 Mudança de governo sem eleição e o impacto para as ruas

O governo do então presidente Michel Temer durou de 12 de maio de 2016 até o fim de 2018, com intensos confrontos políticos e disputas com relevância nacional que foram pouco estudadas de maneira processual e relacional. Durante este período no Brasil

tivemos um governo interino, eleições municipais e nacionais, a realização de Olimpíadas no Brasil e a conformação das forças políticas que ocuparam as ruas anteriormente.

O governo interino ocorreu de 12 de maio de 2016 até o dia 31 de agosto do mesmo ano, com o ciclo de protestos pelo impeachment na fase de descenso, sobretudo, por conta do aceite da denúncia e do próprio afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Os grupos políticos à direita, que formaram uma coalizão para lutarem pela queda do PT do governo federal e foram muito ativos na ocupação das ruas, agora, com Temer à frente da presidência, já não tinham a mesma disposição para manifestações.

A condição de governo sem a legitimidade de um processo eleitoral com Michel Temer encabeçando a chapa trouxe uma condição de constante questionamento ao seu governo. Sete dias depois de o vice-presidente assumir interinamente, já na reordenação dos próprios ministérios e suas nomeações, ou na falta delas, o questionamento político já acontecia através de manifestações convocadas por ativistas e organizações ligadas à cultura que se colocavam contra a extinção do Ministério da Cultura e sua incorporação junto ao Ministério da Educação. Houve protestos em dezoito Estados e ocupações em diversos prédios públicos ligados ao Ministério da Cultura, sendo um dos mais significativos a ocupação da Fundação Nacional de Artes (Funarte) em São Paulo. A mobilização foi vitoriosa no sentido de que rapidamente o governo federal voltou atrás na manutenção do Ministério da Cultura, entretanto, ocupações – como a da Funarte – foram mantidas e sua pauta recolocada exigindo então a saída do presidente interino.

Enquanto os trâmites institucionais do processo de impeachment avançavam, o contexto político estava sendo ocupado pelas novas medidas do governo interino. O campo em torno do PT, que teve sua presidente eleita legitimamente retirada do cargo muito antes do final do seu mandato, reagiu de forma limitada e restrita. O protesto mais expressivo foi o do dia 10 de junho de 2016, no qual o então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva esteve presente na Avenida Paulista em São Paulo, entretanto, a defesa de Dilma Rousseff não foi o primordial nas intervenções, mas sim as reprovações ao governo interino, já mostrando que este seria o ponto de disputa fundamental. O slogan que passou a ser mais utilizado nesta fase do confronto político era o “Fora Temer”, e não mais o anterior “Não vai ter golpe”.

Já os grupos políticos à direita, no dia 31 de julho de 2016, constataram a diminuição da disposição das pessoas em se manifestarem nas ruas contra o governo

Dilma agora que ela já não estava mais à frente do governo, com protestos que ocorreram em 66 cidades brasileiras, mas em menor número do que os protestos da fase anterior. Com a aproximação da execução do impeachment na apreciação no Senado federal e com a defesa de Dilma Rousseff rotulando este processo político como golpe de estado, os protestos contra o impeachment voltam a acontecer nos dias 29 e 31 de agosto, mas com um arrefecimento no número de participantes. Também aconteceram protestos pró-governo de Michel Temer, mas que foram inexpressivos. A efetivação do processo de impeachment e a diminuição do confronto político nas ruas indicam o fim da fase de descenso das mobilizações ligadas ao ciclo do impeachment.

Com Temer estabelecido como presidente, o governo avançou em articular a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que alterava a constituição de 1988 para limitar os gastos públicos por vinte anos com intuito de instituir um novo regime fiscal. Ao longo do processo legislativo desta proposição, ela teve a denominação de PEC 241 na Câmara dos Deputados, PEC 55 no Senado Federal e “PEC da Morte” pelos opositores. Os estudantes foram os primeiros a se mobilizarem contra essa mudança constitucional e também contra a reforma do Ensino Médio. Na primeira semana de novembro de 2016 já eram mais de mil escolas ocupadas e 172 universidades em todo o Brasil ocupadas³⁸ contra a PEC 55 e contra o governo de Michel Temer. O próprio presidente interage com as mobilizações acusando os estudantes de não lerem o texto da PEC. Tais ocupações obrigaram o governo a adiar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 18 Estados e no Distrito Federal, prejudicando cerca de 240 mil estudantes. Porém, o processo legislativo avançou e foi aprovado no Congresso Nacional na primeira quinzena de dezembro, com protestos, repressão e dezenas de ativistas presos.

A aprovação da PEC 55 significou uma vitória para o governo de Michel Temer e sua política econômica de ajuste fiscal. Desta forma, o governo entra para o ano de 2017 com um cenário favorável para o avanço de suas proposições de reformas. De dezembro de 2016 até fim março de 2017, não aconteceram eventos de protesto expressivos contra o governo.

³⁸ É importante ressaltar que anteriormente a esta mobilização nacional, no fim do ano de 2015, mais de duzentas escolas públicas estaduais de São Paulo foram ocupadas por estudantes contra a reorganização escolar que o governo pretendia implantar. No livro *Escolas de Luta*, Campos, Medeiros e Ribeiro (2016) detalham esse conflito político.

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, aconteceu uma greve internacional das mulheres com diversas manifestações no Brasil com críticas ao governo federal, principalmente à proposta de reforma da previdência que retirava direito das mulheres na idade mínima para aposentadoria. Na semana seguinte, no dia 15 de março, acontecem os protestos convocados pelas centrais sindicais e coalizões – como a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular – em todas as capitais e no Distrito Federal com participação expressiva. Em São Paulo o evento teve discurso do presidente Lula, com a participação de 200 mil pessoas – segundo organizadores.

O campo político mais à direita, defensor da Lava Jato e das reformas da previdência e trabalhista, reage a este cenário e volta às ruas no dia 26 de março de 2017 com protestos em 19 Estados mais o Distrito Federal, mas com pautas difusas como o fim do foro privilegiado, contra a corrupção e de apoio às reformas. Apesar do apoio às políticas do governo federal, a manifestação mantinha-se distante do governo Temer e não expressava um apoio declarado.

A reforma trabalhista foi aprovada na Câmara dos deputados em 26 de abril de 2017 e o governo de Michel Temer enfrenta no dia 28 de abril as mobilizações nomeadas como Greve Geral, com protestos em todos os Estados brasileiros com bloqueios em estradas e adesão de inúmeras categorias de trabalhadores como os bancários, alguns setores do transporte e professores, inclusive de algumas escolas particulares. Na cidade de São Paulo os manifestantes protestam em frente à residência do presidente e o desfecho da manifestação envolve repressão e confronto das forças policiais com manifestantes. No Rio de Janeiro o protesto também terminou em confronto.

As centrais sindicais utilizaram dos tradicionais atos do primeiro de maio – Dia do Trabalho – para pressionar pela retirada das reformas com um documento enfatizando os apoios da CNBB, OAB e Ministério Público do Trabalho a greve do dia 28 de abril³⁹. O governo agiu buscando acelerar as reformas e abriu negociações sobre a reforma trabalhista com algumas centrais sindicais. Entretanto, no dia 17 de maio de 2017, a divulgação da gravação de uma conversa do presidente Temer com o empresário Joesley Batista (que fazia parte de uma delação premiada) embaralhou o cenário político, pois foi interpretada por analistas e pela imprensa como um aval do presidente para comprar o

³⁹ Ver a íntegra do documento em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2017/05/manifesto-pelo-1-de-maio-proximo-passo-e-ocupar-brasilia-dizem-centrais-1/>> Acesso em 21 de julho de 2020.

silêncio do ex-deputado Eduardo Cunha. Este acontecimento enfraqueceu o governo com a possibilidade de abertura de investigações.

No dia 21 de maio, manifestantes foram para as ruas em 19 Estados mais o Distrito Federal exigindo a renúncia de Michel Temer. Uma marcha para Brasília organizada por centrais sindicais e as coalizões mobilizou, segundo organizadores, mais de 150 mil pessoas no dia 24 de maio. Este protesto foi marcado por repressão policial e por ações de depredação de prédios públicos. Inicialmente, a mobilização estava sendo organizada contra as reformas, mas o desenrolar dos fatos do cenário político fez com que a palavra de ordem “Fora Temer” – que já estava presente nas diversas manifestações anteriores – ganhasse ainda mais relevância. O governo reagiu decretando uma ação de garantia da lei e da ordem em Brasília, permitindo o uso das Forças Armadas para, segundo o governo, assegurar a segurança da cidade. Esta ação também era uma forma de demonstrar força e comando por parte do governo, que não se entregaria a renúncia ou facilitaria um processo de deposição.

Ao analisarmos apenas o cenário de confrontos políticos no Brasil, entre os meses de março e maio do ano de 2017, é possível observar uma curva progressivamente ascendente dos eventos de protesto do campo crítico ao governo identificado como movimento “Fora Temer”⁴⁰. Além do número de cidades com eventos de protesto é possível utilizarmos novamente os critérios VUNC, de Tilly (2010). Ao olharmos para estes elementos nos eventos sequenciais de protestos – dos dias 8 de março, 15 de março, 28 de abril, 21 de maio e 24 de maio – é possível perceber um aumento sucessivo de maior número de participantes, maior unidade em torno da pauta “Fora Temer”, adesão de categorias e apoios que em geral não se manifestam nos confrontos, agregando valor (como professores de escolas particulares e o apoio explícito de setores da Igreja Católica) e um maior comprometimento, possível de ser observado no último evento desta sequência, em 24 de maio, tanto com diversos ativistas dispendo-se a viajar centenas de quilômetros para a marcha em Brasília quanto no enfrentamento à repressão.

Com o histórico de efervescência do cenário político brasileiro em que ocorreram ciclos de protestos consecutivos, somados ao fortalecimento das manifestações, unidade

⁴⁰ O movimento “Fora Temer” refere-se a uma série de protestos e manifestações que ocorreram no Brasil entre 2016 e 2018, exigindo a renúncia ou destituição do então presidente Michel Temer, pois viam sua ascensão ao poder como uma ameaça à democracia e aos direitos sociais no Brasil.

das coalizões em torno do “Fora Temer” e o enfraquecimento do governo federal no primeiro semestre de 2017 com as gravações que vieram a público, havia um contexto de oportunidades políticas favoráveis para a irrupção de um novo ciclo de protestos pela deposição do presidente Michel Temer.

Apesar de muitos elementos de um ciclo de confrontos políticos estarem presentes naquele momento, no fim de maio de 2017, os desdobramentos dos fatos políticos tiveram outros caminhos. O próximo evento de protesto também caracterizado como Greve Geral demorou mais de um mês para acontecer, foi apenas no dia 30 de junho de 2017. Pelo cenário disposto (no qual muitos analistas davam como certa a saída do presidente Temer), era possível imaginar uma continuidade do nível ascendente do confronto político, ou ao menos com os elementos do VUNC sendo semelhantes aos eventos da Greve Geral anterior de 28 de abril. Todavia, os protestos e as greves do dia 30 de junho foram nitidamente mais fracos que os eventos anteriores, sendo, então, o último evento desta sequência não caracterizando o período como um ciclo.

Por que quando o governo estava mais fraco e pressionado as mobilizações arrefeceram? Enumero algumas hipóteses sobre o esfriamento deste confronto político: a primeira é de que ativistas e setores não organizados – a partir da divulgação de conversas do presidente com o empresário em processo de delação premiada – deram como certa a saída de Michel Temer e diminuíram a disposição para ocuparem as ruas; a segunda é de que algumas centrais sindicais que abriram negociação com o governo interessadas na manutenção do imposto sindical, retiraram seu apoio para a greve geral do dia 30 de junho, como a Força Sindical (Colombi, Lemos, Krein, 2018, p. 195); a terceira hipótese interroga o papel do ex-presidente Lula e da CUT. No início desta série de protestos, no dia 15 de março em São Paulo, Lula esteve no palanque influenciando o aumento do confronto político, todavia, na véspera da greve do dia 30 de junho, ao falar a uma rádio, Lula faz uma declaração ambígua sobre a primeira denúncia apresentada pelo Procurador Geral da República contra o presidente: *“Se o procurador-geral da República tem uma denúncia contra o presidente da República, ele primeiro precisa provar. Tem que ter provas materiais”*⁴¹. Tal sinalização da principal liderança petista pode ter tido um efeito de desmobilização de sindicatos ligados à CUT e ativistas petistas. A última hipótese é de que a pauta contra a corrupção estava sendo pouco explorada nos enquadramentos

⁴¹ <https://exame.com/brasil/a-pgr-precisa-de-provas-materiais-para-denunciar-temer/> Acesso no dia 16 de julho de 2020.

interpretativos destas mobilizações, somada com a identificação e a presença do campo petista – atingido por escândalos de corrupção anteriores – afastou setores mais amplos de ocuparem as ruas conjuntamente.

Uma característica do ciclo de protestos pouco estudada, segundo Spina (2016), é a existência de movimentos iniciadores que interpretam oportunidades políticas e potencializam a disparada do confronto político. Segundo Doug McAdam (1995) a presença do movimento iniciador configura uma condição para a difusão, pois suas performances e enquadramentos modificam o contexto de oportunidades políticas e ameaças, sendo um incentivo para o surgimento de movimentos derivados ou que entram de forma atrasada no ciclo. Em paralelo com as hipóteses colocadas acima e considerando a importância de movimentos iniciadores para a irrupção de um ciclo de protestos, considero que a ausência de movimentos capazes de cumprirem o papel de movimentos iniciadores em uma interação sustentada foi um dos elementos para que o confronto não fosse adiante. Michel Temer, mesmo estando enfraquecido, com um contexto desfavorável, conseguiu resistir às denúncias e às pressões, mantendo-se no governo. Um presidente não necessariamente cai devido aos fatos, mas precisa ser derrubado pela escalada dos confrontos políticos.

O fracasso nas mobilizações do dia 30 de junho de 2017 fez com que a temperatura dos confrontos políticos baixasse por um determinado período. A dinâmica dos confrontos, assim como as pautas, tinha características diferentes e tornou-se mais setorializada.

Em setembro do mesmo ano, a greve nacional dos Correios atingiu 23 estados e o Distrito Federal, pressionando o governo. Uma primeira greve de 12 dias já havia acontecido no primeiro semestre de 2017. A greve de setembro durou 17 dias e uma das suas pautas era a não privatização, proposta pelo então Ministro da Fazenda Henrique Meirelles. Outros confrontos políticos de categorias específicas com relevâncias variadas aconteceram neste período. No mesmo mês, os motoristas de aplicativo fizeram uma carreata em Brasília por conta de um projeto de lei relacionado com o setor.

Em dezembro de 2017 aconteceu uma crise na segurança pública no estado do Rio Grande do Norte devido à greve dos Policiais Militares, levando ao decreto de calamidade na segurança pública do Estado. O governo federal age decretando Garantia da Lei e da Ordem, autorizando o uso das Forças Armadas.

O formato de governar recorrendo às Forças Armadas foi intensificado com a intervenção federal no Rio de Janeiro em fevereiro de 2018, com a justificativa de amenizar problemas na segurança do Estado. No entanto, esta ação foi interpretada por setores da oposição como uma saída honrosa para o governo referente à incapacidade de levar adiante a Reforma da Previdência, pois com a intervenção nenhuma mudança constitucional poderia ser realizada. Neste mesmo contexto de militarização do Rio de Janeiro, o marasmo do campo crítico ao governo foi momentaneamente despertado por um desfile da escola de samba Paraíso do Tuiuti, com enredo “*Meu Deus, meus Deus, está extinta a escravidão?*” declaradamente crítico ao presidente Michel Temer.

Com quase um mês de intervenção militar, na noite do dia 14 de março de 2018, ocorreu o assassinato da vereadora Marielle Franco e do seu motorista Anderson Gomes. No dia seguinte ao assassinato – 15 de março de 2018 – foram registrados protestos em diversos Estados do Brasil, sendo milhares de pessoas em São Paulo e no Rio de Janeiro, e protestos em diversos países. Havia nestes protestos uma atmosfera e um público que lembrava as primeiras manifestações de Junho de 2013, mas não se desdobrou em um confronto político sustentado, sendo uma grande mobilização restrita a indignação do dia seguinte ao assassinato.

No mês de abril de 2018 o ex-presidente Lula é preso. O campo em torno do PT volta-se para a campanha “Lula Livre” que, apesar do impacto nacional, pouco atingia a governabilidade de Michel Temer.

O que atingiu e desestabilizou o governo em pouco tempo foi a Greve dos Caminhoneiros, que ocorreu entre 21 de maio e 1 de junho de 2018, curiosamente, cinco anos após os protestos de Junho de 2013. Apesar de ser popularmente chamada de greve, Kreuz e Juruena (2018) argumentam que as manifestações dos caminhoneiros tiveram uma irrefutável influência econômica e de mercado. Essas manifestações foram posteriormente alvo de investigações conduzidas pela Polícia Federal e ações movidas pelo Ministério Público Federal contra empresas suspeitas de praticarem o chamado “lockout”⁴².

⁴² Segundo Kreuz e Juruena (2018), “lockout” é paralisação das atividades de trabalho por iniciativa do empregador, com o objetivo de frustrar negociação ou dificultar o atendimento das demandas dos empregados. Enquanto a greve é um direito constitucional, o “lockout” é vedado na constituição.

As mobilizações pararam diversas rodovias atrapalhando o fluxo de mercadorias pelo país, atingindo o cotidiano de milhares de pessoas, sendo a principal notícia do período e fazendo o governo federal ficar em alerta para um problema anteriormente desprezado. Os diversos bloqueios intensificaram o fluxo de interações e provocaram reações descoordenadas do governo que indicaram perplexidade, paralisia e capitulação. O contexto de enfraquecimento foi interpretado como oportunidade política por grupos à direita e também à esquerda, suscitando uma difusão da ação coletiva para alguns outros setores, como os trabalhadores petroleiros – próximos do campo à esquerda – que também entraram em greve pelo preço justo do gás de cozinha e do combustível (posteriormente considerada abusiva) e para manifestantes à direita que participavam dos bloqueios de caminhoneiros pedindo a intervenção militar.

Todavia, apesar de um alto número de eventos de protesto, estas mobilizações não se tornaram um ciclo de protesto porque o número de pessoas e grupos participantes era pequeno, a difusão das ações coletivas para outros setores não foi expressiva e a população, embora sofrendo com consequências para seu cotidiano, apenas assistiu o desenrolar dos fatos, com a permanência da pauta centrada nas demandas de uma categoria em específica.

O fim da paralisação dos caminhoneiros aconteceu em período relativamente próximo às eleições de 2018. As discussões já se voltavam para as eleições presidenciais e os cenários eleitorais. Desta forma, não mais aconteceram confrontos políticos relevantes diretamente relacionados ao governo Temer. O que aconteceu nas ruas, a partir da proximidade das eleições, foram protestos relacionados diretamente com a campanha eleitoral.

O contexto das campanhas eleitorais para presidente e outros cargos em 2018 estava diferente, devido a regulamentações que haviam sido aprovadas em 2015, nas quais modificou-se o prazo mínimo de filiação a um partido para disputar uma eleição, reduziu-se o tempo de campanha para 45 dias, diminuindo também o horário de propaganda eleitoral nos meios de comunicação, e realizaram mudanças referentes ao fim do financiamento de campanha por empresas com a criação do fundo eleitoral (Nicolau, 2020).

O atentado sofrido pelo então candidato Jair Bolsonaro, que levou uma facada no dia 6 de setembro de 2019, também impactou a conjuntura das campanhas eleitorais, ampliando a exposição de Jair Bolsonaro.

Um fim de semana antes do primeiro turno das eleições aconteceram protestos denominados “Ele Não”⁴³, organizados por grupos políticos de mulheres com objetivo declarado de influenciar as eleições. Os protestos aconteceram em 114 cidades do país e traziam o apelo para as pessoas não votarem em Bolsonaro. No mesmo fim de semana ocorreu a reação dos grupos políticos que apoiavam Bolsonaro, que organizaram eventos de protesto em 70 cidades exaltando o candidato. A disputa para influenciar as urnas através das ruas continuou no segundo turno, com a reedição destes protestos um fim de semana antes das eleições para definir o presidente do Brasil no próximo período. O potencial de influência efetiva destes protestos no fortalecimento ou desgaste do candidato alvo pode ser problematizado, mas é uma evidência das conexões entre os protestos e as eleições na campanha presidencial de 2018 no Brasil, corroborando a necessidade de diálogos entre as áreas de estudo destes fenômenos políticos, que em geral são analisados separadamente.

3.5 Grupos políticos à direita e o envolvimento nas eleições de 2018

O aumento da intensidade do confronto político no país, a partir de junho de 2013 e a ampliação da polarização política no país ao longo do ciclo do impeachment favoreceram o surgimento de novos grupos políticos à direita e, também, um reposicionamento de atores deste campo, com disputas políticas nas ruas. As redes sociais abrigaram inúmeras iniciativas e divisões existentes entre estes grupos, alguns com lastro em territórios e atividades presenciais, outros sendo ativados a partir do empenho das suas lideranças.

Ao investigar estes grupos identificados como organizadores ou participantes de protestos no campo ideológico considerado à direita, em todo território nacional, foi

⁴³ De acordo com informações do G1, os protestos “Ele Não”, no dia 29 de setembro de 2018, contrários a Bolsonaro aconteceram também em diversas cidades ao redor do mundo, incluindo Nova York, Lisboa, Paris e Londres. As maiores concentrações de manifestantes foram observadas em São Paulo e no Rio de Janeiro.

possível distinguir diferenças, mas também aproximações, similaridades e padrões que serviram para uma categorização considerando, sobretudo, o nível de atuação, mas também formas de organização, resultando em quatro divisões analíticas: grupos políticos à direita com inserções em diversas localidades; grupos políticos à direita com pautas nacionais; grupos políticos estaduais de direita; e grupos políticos locais de direita.

Estes grupos que organizaram e apoiaram mobilizações nas ruas se constituíram e se abrigaram em torno de um campo com outros atores sociais mais antigos e mais estruturados, como os próprios partidos políticos. Desta forma, a divisão sugerida não se propõe a ser um mapeamento acabado da direita brasileira, mas um aprofundamento em grupos que atuaram organizando ou apoiando recentes mobilizações nas ruas protagonizadas pelo campo à direita.

3.5.1 Grupos políticos à direita com inserções em diversas localidades

Os principais grupos políticos à direita que estavam por de trás da organização dos grandes protestos nas capitais no ciclo do impeachment ganharam destaque nas mobilizações, nas redes sociais, nas análises e nas coberturas realizadas pela imprensa. Esta categoria de grupos políticos à direita tinha como característica comum uma atuação coordenada em diversas localidades, com inserção territorial em diversos estados, se organizavam para atuar em pautas, principalmente, com repercussão nacional, mas também em pautas locais, com capacidade para captar recursos e estruturas de comunicação e mobilização mais relevantes.

Tabela 1: Grupos políticos nacionais com inserção em diversas localidades

NOME DO GRUPO POLÍTICO	Data de criação	Curtidas no Facebook	Envolvimento nas eleições de 2018	Realizou campanha negativa
Endireita Brasil	Mai/2006	690 mil	Sim	Sim
Movimento Nas Ruas	Julho/2011	900 mil	Sim	Sim
Vem Pra Rua	Outubro/2014	2 milhões	Sim	Sim

Movimento Brasil Livre	Novembro/2014	3 milhões	Sim	Sim
Movimento Avança Brasil	Fevereiro/2015	1 milhão	Sim	Sim
Movimento Conservador	Mai/2016	240 mil	Sim	Sim
Docentes pela Liberdade	Julho/2019	-	-	-

Fonte: Banco Grupos de Direita organizado pelo autor⁴⁴

Alguns destes grupos haviam sido criados anteriormente, nas manifestações de Junho de 2013, como o Movimento nas Ruas em julho de 2011, o Movimento Endireita Brasil, organizado em maio de 2006 e o próprio movimento Escola Sem Partido⁴⁵, criado em 2004. No entanto, a maior parte destes grupos se articulou após o contexto de Junho de 2013, como o Vem pra Rua (VPR) criado em outubro de 2014; o Movimento Brasil Livre (MBL), criado no dia 1 de novembro de 2014; o Movimento Avança Brasil, criado em fevereiro de 2015; o Movimento Conservador⁴⁶, que é uma continuidade do Movimento Direita São Paulo, criado em maio de 2016.

As datas aproximadas de aparecimento público destes movimentos não revelam o trabalho de aproximação e articulação que aconteceu de maneira anterior. Por exemplo, o Movimento Escola Sem Partido, apesar de criado anteriormente, vai ter uma expressão maior apenas em 2014 com sua aproximação em relação à família Bolsonaro e apresentação de projetos relacionados às demandas educacionais do grupo em diversas casas legislativas.

Estes grupos, ao mesmo tempo em que cooperaram, atuando em pautas e agendas comuns, competiam pelo protagonismo e reconhecimento nas diversas interações, influenciando sua capacidade de recrutar ativistas e ampliar sua capilaridade. Estes grupos organizam-se para solicitar recursos de simpatizantes, com registro de filiados e

⁴⁴ Em alguns grupos não foram encontradas determinadas informações buscadas e, desta forma, sinalizei com traço nas tabelas.

⁴⁵ Apesar da sua atuação com expressão nacional, este grupo devido uma pauta mais setorializada não aparece de maneira organizada nos protestos relacionados às pautas nacionais.

⁴⁶ O nome Movimento Conservador designa aqui neste estudo um grupo político em específico e não uma perspectiva ideológica mais ampla.

campanhas permanentes de arrecadação de recursos através de sites e de suas influentes redes sociais com milhões ou milhares de curtidas. Estas redes também foram utilizadas para recrutar membros e atrair número de manifestantes para os eventos de protesto. O tamanho, o protagonismo e o reconhecimento existente da capacidade de mobilização desses grupos, sobretudo com a pauta do impeachment da presidente Dilma Rousseff, possibilitaram que esses grupos fossem mais conhecidos, atraindo mais atenção da mídia e, também, dos estudos acadêmicos, dificultando que analistas e imprensa visualizassem outros tipos de movimentos que também estavam presentes nas mobilizações.

Após o protagonismo no ciclo do impeachment, com o arrefecimento na disposição dos manifestantes à direita em ocupar as ruas ao longo do governo Temer, estes grupos buscaram manter ou consolidar seu protagonismo articulando temáticas nacionais como o fim do Foro Privilegiado com pautas locais, que se ligavam ou não com pautas nacionais e também faziam o trabalho de bastidores de se prepararem para o envolvimento nas eleições de 2018.

Todos estes grupos lançaram ou apoiaram declaradamente candidatos nas eleições de 2018. Outra característica em comum sobre participação de todos estes grupos no contexto das eleições de 2018 foi a realização de campanha negativa atingindo principalmente o Partido dos Trabalhadores e seus candidatos.

O grupo Vem pra Rua em seus princípios afirmava não intervir em eleições. No entanto, a formalidade do documento não correspondeu à prática do grupo que se empenhou na criação de uma Frente pela Renovação que buscava dar visibilidade a futuros congressistas comprometidos com sua agenda e também lançou sua principal liderança e figura pública Rogério Chequer para ser candidato a governador de São Paulo em 2018. O afastamento de Chequer da liderança do movimento para se candidatar cumpria a formalidade do grupo, mas sua campanha assim como apoio à renovação de candidatos tornou visível a conexão deste grande grupo com o processo de influenciar o contexto eleitoral.

Os demais grupos agiram de forma declarada e apoiaram candidatos ou mesmo lançaram candidatos do próprio grupo. O Movimento Conservador lançou e elegeu um dos seus fundadores a deputado estadual em São Paulo – Douglas Garcia – e apoiou também o candidato a presidente Jair Bolsonaro. Este grupo, posteriormente, no início de

2020, foi um dos mais empenhados em viabilizar a criação de um novo partido para abrigar o então presidente Jair Bolsonaro, mas que não se efetivou.

O Movimento Brasil Livre havia participado intensamente das eleições municipais em 2016, com quarenta e quatro candidaturas, obtendo oito eleitos. No pleito de 2018, lançou dezesseis candidatos por nove partidos diferentes. Entre os coordenadores do MBL, elegeu-se como deputado federal a principal figura pública do grupo, Kim Kataguiri e, também, Arthur Moledo, conhecido pelo nome “Mamãe Falei”, deputado estadual em São Paulo.

Esta articulação multipartidária do MBL demonstrava por um lado a influência crescente do grupo nas estruturas institucionais mais tradicionais e, por outro, buscava sinalizar uma não vinculação a uma única estrutura partidária. Esta inovação na forma de articulação política, proveniente de um grupo que emergiu das manifestações de rua, apesar da necessidade incontornável de uma estrutura partidária no Brasil para participar das eleições, corresponde ao enquadramento interpretativo que os próprios ativistas fizeram, e que foi assumido por parte dos analistas acadêmicos e da imprensa, de uma “nova direita”. O MBL procurava acolher as expectativas dos seus próprios ativistas de não fazer parte das estruturas partidárias ou se confundir com direções antigas, mas apenas utilizá-las para conectar suas campanhas de ruas com as suas campanhas eleitorais.

De forma analítica, a interpretação sobre a argumentação dos ativistas do MBL é questionável. A tentativa de se colocar como um grupo que apenas utiliza a estrutura partidária sem uma vinculação não se sustenta quando consideramos acordos existentes na formação de uma plataforma político-eleitoral. Direções partidárias que vivenciaram anos de turbulências influenciadas por oportunidades políticas e ameaças, com inúmeras disputas internas e externas para constituírem a estrutura eleitoral existente, não iriam deixar-se apenas serem ocupados por um grupo em ascensão que estava relacionado a muitas outras estruturas partidárias. Estes políticos acostumados aos bastidores da política institucional buscavam aproveitar-se do momentâneo sucesso destes grupos para surfarem na onda, ascenderam politicamente, controlarem recursos e cargos oriundos do número de deputados eleitos e influenciarem estes novos atores a se adaptarem à realidade da política institucional. A independência política bradada pelo movimento com a perspectiva de tratar legendas como algo possível de ser alugada sem compromissos

mútuos, influências recíprocas e acomodações diversas é uma ficção não sustentável em longo prazo.

O Movimento Avança Brasil e o Movimento Nas Ruas apoiaram enfaticamente a candidatura de Jair Bolsonaro. Este último também lançou sua fundadora – Carla Zambelli⁴⁷ – à deputada federal. Ela foi eleita pelo PSL – mesmo partido pelo qual Bolsonaro se candidatou.

O envolvimento do Movimento Endireita Brasil nas eleições se deu através da candidatura da principal liderança do grupo Ricardo Salles⁴⁸ pelo Partido Novo. Ele não foi eleito, mas participou do governo de Jair Bolsonaro como ministro do Meio Ambiente. Possivelmente, este grupo Endireita Brasil e sua figura pública atravessavam um momento de reposicionamento político no período das eleições de 2018, pois anteriormente Ricardo Salles fazia parte do partido DEM e era Secretário do Meio Ambiente de Geraldo Alckmin, que também foi candidato a presidente.

3.5.2 Grupos políticos à direita com pautas nacionais

Também foram identificados diversos grupos políticos à direita com pautas nacionais, entretanto, sem uma estrutura mais ampla de enraizamento socioespacial. Estes grupos eram heterogêneos e não articulados entre si, sendo que a maioria surgiu no contexto posterior aos protestos de Junho de 2013, com menos estrutura e mais desconhecidos se relacionados com os grupos nacionais com inserção territorial em diversas localidades. Muitos destes grupos realizaram suas ações a partir de uma rede social ou de uma única localidade, sem uma estrutura orgânica.

⁴⁷ Carla Zambelli, natural de Ribeirão Preto, São Paulo, emergiu como uma figura da extrema-direita durante o governo Bolsonaro. Foi eleita deputada federal em 2018 com 76.306 votos. Nas eleições de 2022, foi reeleita deputada federal por São Paulo com mais de 946 mil votos, tornando-se a segunda mais votada do estado.

⁴⁸ Ricardo Salles exerceu o cargo de Ministro do Meio Ambiente do Brasil de 2019 a 2021, durante o governo Bolsonaro. Nas eleições de 2022, Salles foi eleito deputado federal pelo partido PL, obtendo um total de 440.918 votos.

Tabela 2: Grupos políticos compautas nacionais

NOME DO GRUPO POLÍTICO	Data de criação	Curtidas no Facebook	Envolvimento eleições de 2018	Realizou campanha negativa
Revoltados On Line	2004		Sim	Sim
Movimento Brasil Melhor	Fevereiro/2011	130 mil	Sim	
Movimento De Restauração Da Monarquia No Brasil	Dezembro/2012	55 mil		
Movimento Direita Vive	Novembro/2013	600 mil	Sim	Sim
Mulheres Intervencionistas Do Brasil	Dezembro/2014	34 mil	-	-
Intervencionistas Independentes S.O.S	Fevereiro/2015	2700	Não	Não
S.O.S. Forças Armadas	Março/2015	1500	Não	Não
Movimento Civil XV De Março	Março/2015	13 mil	-	-
Movimento Acorda Brasil	Maió/2015	90 mil	Sim	Sim
Movimento Brasil Online	Dezembro/2015	6 mil	-	-
Livres	Janeiro/2016	166 mil	Sim	-
Movimento Brasil Real (Monarquistas)	Agosto/2016	20 mil	Sim	Sim
União Nacionalista Democrática	Outubro/2016	250	-	-
Movimento Brasil Conservador	Setembro/2018	36 mil	Sim	Sim

Movimento Unidos Pelo Brasil	-	100	-	-
Adeptos Da Intervenção Constitucional Das Ffaa	-	-	-	-
Movimento Direita Digital	-	-	-	-

Fonte: Banco Grupos de Direita organizado pelo autor.

O grupo Revoltados Online é emblemático dos grupos políticos à direita com pautas nacionais. Sua principal liderança Marcello Reis voltou suas ações para um posicionamento de extrema direita a partir dos protestos de 2013 e foi para as ruas, principalmente, em São Paulo como um dos movimentos iniciadores do ciclo do impeachment, devido a ter articulado na construção desta pauta e influenciado outros grupos na adesão, como o MBL e Vem pra Rua.

Mesmo localizado em São Paulo, o grupo deslocou-se para Brasília e protagonizou ações nas ruas da capital e de articulação política. De forma diferente ao MBL e o VPR, o grupo Revoltados Online operava a partir de uma estrutura personalizada, de prevalência virtual e centralizada na sua liderança. Dedicava-se ao crescimento virtual no Facebook – rede social mais utilizada naquele momento – e chegou a ter dois milhões de seguidores. No entanto, a página do grupo foi retirada do ar pela própria rede social em agosto de 2016, dificultando a existência do grupo que baseava suas ações nas ruas através desta influência digital. Em 2018, o grupo apoiou a candidatura de Bolsonaro como presidente e lançou pelo mesmo Partido Social Liberal (PSL) sua figura pública, Marcello Reis, a deputado estadual, mas ele não foi eleito, tendo menos de dez mil votos.

Entre estes grupos com pautas nacionais existiram alguns que se organizavam de forma parecida ao grupo Revoltados Online, mas com baixa influência digital, provavelmente iniciativas pessoais isoladas que, posteriormente, foram abandonadas. As redes sociais tornaram-se uma das formas de as pessoas participarem politicamente e sentirem-se influentes na conjuntura política. Algumas pessoas agiam a partir dos seus próprios perfis, replicando conteúdos vindos das suas próprias interações, que se tornavam mais específicas devido aos algoritmos, relacionados à visualização de

conteúdos. Outros buscavam mudar o patamar da sua ação criando grupos e páginas nas redes sociais, tentando elaborar coletivamente suas demandas e ações. Quando o nível de confronto e polarização no contexto político era ascendente acontecia a ativação destas iniciativas, mas com dificuldades de sustentar este engajamento em outros momentos. Um exemplo foi o grupo nomeado como Movimento Civil XV de Março, que surgiu em março de 2015, teve mais de 13 mil curtidas em sua página no Facebook, mas não apresentou envolvimento direto nas eleições, provavelmente indicativo de abandono de uma ação sustentada enquanto grupo.

Os defensores declarados da monarquia também se enquadravam nestes grupos de pautas nacionais, como o Movimento de Restauração da Monarquia no Brasil e o Movimento Brasil Real. O primeiro não teve engajamento nas eleições de 2018. Já o Movimento Brasil Real, liderado por Luiz Philippe de Orléans e Bragança – bisneto da princesa Isabel e parte da linha sucessória se o Brasil ainda fosse uma monarquia –, lançou-se candidato e foi eleito deputado federal, fazendo campanha para Bolsonaro e campanha negativa contra o PT. O Movimento Acorda Brasil – que se define como liberal conservador – apoiou esta candidatura de Bragança, assim como fez a campanha de Bolsonaro e, também, campanha negativa para o PT. Outros grupos desta categoria seguiram este padrão de campanha para Bolsonaro presidente e campanha negativa para o PT, como o Movimento Brasil Melhor, o Movimento Brasil On Line, o grupo Direita Vive e o Movimento Brasil Conservador.

Também entre os grupos com pautas nacionais havia os defensores de intervenções militares: Mulheres Intervencionistas do Brasil; o grupo Intervencionistas Independentes SOS; o SOS Forças Armadas; e o grupo Adeptos da Intervenção Constitucional das FFAA. Estes grupos buscavam desacreditar e criticar o próprio rito das eleições e pelas divulgações dos próprios grupos não foi identificado nenhum envolvimento eleitoral deles em 2018.

Destaco também, entre os grupos desta categoria, o Livres que tem características e trajetória muito diferente dos demais. Eles são declaradamente liberais economicamente e também nos costumes. Segundo o próprio grupo, defendem pautas que são tanto liberais à direita quanto liberais à esquerda. A trajetória deste grupo foi profundamente influenciada pelo contexto político envolvendo as eleições de 2018. Ele surgiu como um grupo de pessoas participantes do PSL que buscavam inovar e renovar o partido pela base.

Foram surpreendidos com a filiação de Jair Bolsonaro em março de 2018, defendendo liberalismo econômico, mas conservadorismo nos costumes. Para o grupo esta foi uma rasteira dos dirigentes do partido, quebrando acordos anteriores; desta forma, os integrantes do Livres saíram do PSL e se constituíram como um grupo suprapartidário que desenvolve lideranças, formulações de políticas públicas, realiza ações de ativismo – como a participação na Marcha da Maconha – e executa projetos de impacto social.

3.5.3 Grupos políticos estaduais de direita

Na categoria grupos estaduais de direita estão aqueles em que o nome do grupo ou suas principais pautas se referiam a um determinado estado do Brasil. Foi encontrado grupos de direita em todos os estados brasileiros. A associação do termo “direita” com o nome do Estado é a nomeação mais comum entre os grupos. A partir desta informação, a hipótese inicial era de que estes grupos estavam articulados organicamente ou como parte de um mesmo grupo nacional ou compartilhando uma forma federativa de organização. Entretanto, ao se aprofundar na pesquisa sobre cada grupo, foi possível perceber que cada grupo estadual é independente em relação a grupos com a mesma nomenclatura em outro estado e também entre grupos no interior do próprio estado.

Os grupos no estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil, exemplificam esta questão sobre a não articulação nacional e estadual, pois somente neste local foram encontrados quatro grupos com nomenclaturas semelhantes, sem fazer parte de um único movimento: Direita Santa Catarina, Movimento Direita SC, Direita Santa Catarina e Movimento Direita Catarinense.

Tabela 3: Grupos políticos estaduais da região Sul

NOME DO GRUPO POLÍTICO	Data de criação	Curtidas no Facebook	Envolvimento eleições de 2018	Realizou campanha negativa
La Banda Loka Liberal	Março/2015	60 mil	Sim	Sim
Direita Santa Catarina	Maió/2016	1200	Sim	Sim
Direita Paraná	Novembro/2016	66 mil	Sim	Sim

Movimento Direita Gaúcha	Fevereiro/2017	16 mil	Sim	Sim
Direita Santa Catarina	Maio/2017	18 mil	Sim	Sim
EnDireita RS	Janeiro/2018	12 mil	Sim	Sim
Movimento Direita Catarinense	Outubro/2018	12 mil	Sim	Sim
Movimento Direita SC	Fev/2019	19.500	Não foi encontrado	Não foi encontrado

Fonte: Banco de Dados Grupos de Direita organizados pelo autor

Diante da não articulação orgânica destes grupos em uma única organização ou em alguma forma de coalizão e sua inserção territorial em Estados da Federação com características políticas, econômicas e sociais muito diferentes entre si, a hipótese era de atuações heterogêneas destes grupos, com dificuldades em ter um único padrão compartilhado. Entretanto, diferentemente da categoria de grupos com pautas nacionais, a pesquisa constatou uma significativa correspondência e homogeneidade nas atuações destes grupos estaduais e, apesar de não estarem articulados, possuem diversos pontos em comum e similaridades: os símbolos utilizados são parecidos como a seta à direita utilizada no logotipo do grupo; as pautas circulavam e eram defendidas de forma equivalentes; as agendas de mobilização eram assumidas – conforme definidas pelos movimentos maiores – com envolvimento destes grupos na convocação e na realização de ações locais com formatos similares entre si; foi comum a participação nas eleições de 2018 destes grupos, transformando estruturas de mobilização em estruturas para campanha eleitoral de Jair Bolsonaro presidente, com e campanha negativa para o PT.

Destaco algumas especificidades destes grupos, como algumas performances diferenciadas dos demais. No estado do Paraná o grupo Movimento Direita Paraná realizou ações como mutirões de limpeza de pichações de protesto de estudantes e, de forma semelhante a alguns grupos nacionais estruturados, fez campanha de arrecadação de recursos e recrutou voluntários para serem lideranças do grupo em outras cidades do estado. No Rio Grande do Sul, um grupo no formato de banda – La Banda Loka Liberal – que apesar do mesmo padrão de adesão à campanha Bolsonaro, tinha algumas

características diferentes no formato que juntou irreverência, música, humor, protesto e eleições. Em sua descrição diz: “O bloco de rua da zoeira capitalista e opressora. Vem magoar socialistas com a gente!”. Uma de suas letras diz: “Somos a banda liberal que desestatiza empresa estatal” e em outras letras aparecem críticas ao PT. E no Espírito Santo a performance do grupo Direita Capixaba que criou três edições do evento nomeado de forma intrigante “Adesivação Opressor”, que se tratava de colar adesivos da campanha Bolsonaro nos carros.

No estado de São Paulo havia um cruzamento e disputa entre os grupos devido à atuação de grupos nacionais com inserção em diversas localidades, grupos com temáticas nacionais localizados em São Paulo e grupos que enfatizavam a atuação na regional, como o Movimento Conservador – que anteriormente se denominava Direita São Paulo – com capilaridade em cidades do interior, com ações em cerca de 50 cidades do estado.

Tabela 4: Grupos políticos estaduais da região Sudeste

NOME DO GRUPO POLÍTICO	Data de criação	Curtidas no Facebook	Envolvimento eleições de 2018	Realizou campanha negativa
Juntos pelo Brasil	Junho/2013	640 mil	Sim	Sim
Patriotas Brasil	Dezembro/2014	21 mil	Sim	Sim
Direita Capixaba	Novembro/2015	21 mil	Sim	Sim
Direita Minas	Julho/2017	135 mil	Sim	Sim
Direita RJ	Mai/2017	55 mil	Sim	Sim

Fonte: Banco Grupos de Direita organizados pelo autor

Em algumas regiões estes grupos tinham adesão pequena nas redes sociais o que também indicava pouca influência entre manifestantes ou na população em geral. Nos grupos da região Centro-Oeste, por exemplo, na qual os grupos Direita Goiás e Direita Mato Grosso tinham, no início de 2020, cerca de 20 mil curtidas no Facebook.

Tabela 5: Grupos políticos estaduais da região Centro Oeste

NOME DO GRUPO POLÍTICO	Data de criação	Curtidas no Facebook	Envolvimento nas eleições de 2018	Realizou campanha negativa
Direita Goiás	Fevereiro/2016	20 mil	Sim	Sim
Direita Mato Grosso do Sul	Março/2016	2400	Sim	Sim
Direita Mato Grosso	Abril/2016	20 mil	Sim	Sim
Direita Brasília	Julho/2016	1200	Sim	-
Direita DF	Setembro/2018	1200	Sim	-

Fonte: Banco Grupos de Direita organizados pelo autor.

Uma inovação verificada nos grupos do Nordeste foi a criação de um grupo da região como um todo e não de um estado em específico. Chama-se Nordeste de Direita, mas assim como os outros grupos da região, seguiu o mesmo modelo de envolvimento eleitoral.

Tabela 6: Dados sobre os grupos políticos estaduais da região Nordeste

NOME DO GRUPO POLÍTICO	Data de criação	Curtidas no Facebook	Envolvimento eleições de 2018	Realizou campanha negativa
Acorda Maranhão	Junho/2013	2300	Sim	Sim
Estado de Direito	Junho/2014			
Direita Pernambuco	Junho/2014	110 mil	Sim	Sim
Direita Paraibana	Outubro/2014	38 mil	Sim	Sim
Nordeste de Direita	Outubro/2014	10 mil	Sim	Sim
Direita Ceará	Dezembro/2014	5 mil	Sim	Sim

Direita Piauiense	Fevereiro/2016	10mil	Sim	Sim
Maranhão contra a Corrupção	Março/2016	-	Sim	Sim
Força Direita RN	Agosto/2016	2 mil	Sim	Sim
Endireita Maranhão	Agosto/2016	50 mil	Sim	Sim
Grupo Direita Sergipana	Novembro/2016	17 mil	Sim	Sim
Direita Alagoas	Janeiro/2017	13 mil	Sim	Sim
Liberta Brasil	Março/2017	130 mil	Sim	Sim
Direita Piauí	Maião/2017	2500	Sim	Sim
União da Direita Maranhense	Julho/2017	107 mil	Sim	Sim
Direita Bahia	Fevereiro/2018	20 mil	Sim	Sim
Muda Brasil de Verdade	Agosto/2018	30 mil	Sim	Sim

Fonte: Banco Grupos de Direita organizados pelo autor.

Na região Norte, observamos um padrão semelhante, no qual a figura de Bolsonaro é enaltecida e críticas são direcionadas a indivíduos e posicionamentos políticos de orientação à esquerda. No entanto, é importante notar que os grupos Direita Acre e Direita Amapá passaram por períodos de inatividade em suas páginas no Facebook, o que torna difícil determinar seu grau de envolvimento nas atividades eleitorais. Isso, muito provavelmente, reflete as próprias fragilidades desses grupos.

Tabela 7: Dados sobre os grupos políticos estaduais da região Norte

NOME DO GRUPO POLÍTICO	Data de criação	Curtidas no Facebook	Envolvimento eleições de 2018	Realizou campanha negativa
Direita Amazonas	Fevereiro/2015	37 mil	Sim	Sim
Direita Rondônia	Janeiro/2016	28 mil	Sim	Sim

Endireita Pará	Julho/2016	21 mil	Sim	Sim
Direita Tocantins	Abril/2017	2400	Sim	Sim
Direita Amapá	Fevereiro/2018	1200	-	-
Direita Acre	Abril/2018	3500	Sim	Sim

Fonte: Banco Grupos de Direita organizados pelo autor.

A existência destes grupos estaduais semelhantes sem a identificação de uma articulação entre eles indica uma inovação nas formas políticas anteriores. Aconteceu uma difusão horizontal de agendas, pautas, símbolos e formatos facilitados pelas redes sociais, que encontram seus pontos de conexão na estratégia de realizar constantemente depreciações políticas direcionadas ao campo de influência petista e, principalmente, à figura pública de Jair Bolsonaro, que seria candidato nas eleições em 2018. Desta forma, a liderança de Bolsonaro funcionou como rede para estes grupos e possibilitou uma efetiva vinculação da atuação anterior nos protestos de rua, com a campanha eleitoral de 2018.

3.5.4 Grupos políticos locais de direita

A categoria de grupos políticos locais é formada por grupos que se identificam a partir do nome de um município ou que suas pautas estão voltadas para questões de determinada cidade. Através da metodologia utilizada foi possível identificar 13 grupos locais localizados na Região Sul e Sudeste que seguiram o padrão dos grupos estaduais de envolvimento na campanha de Bolsonaro nas eleições de 2018 e campanha negativa antipetista. O levantamento realizado a partir de notícias dos eventos de protestos é exíguo em relação à existência e ao detalhamento destes grupos locais, demonstrando a necessidade de outra metodologia para identificar de forma específica a existência de grupos locais no período estudado.

No Brasil, segundo dados do IBGE, existem 5568 municípios, além do Distrito de Fernando de Noronha e o Distrito Federal. Considerando o número alto de municípios, para definir uma amostra que pudesse apresentar um panorama da existência ou não dos

grupos políticos à direita e, principalmente, suas práticas relacionadas às campanhas de protestos e as eleições foi realizada uma metodologia que explicarei a seguir.

O protocolo definido considerou os dados do IBGE e a estimativa populacional de 2021. Foi realizado um sorteio utilizando o software Open Source “R”. Para cada estado foi calculado o número médio de habitantes das cidades (número de habitantes no estado dividido pelo número de cidades no estado), em seguida filtrou-se pelas cidades que contém uma população maior do que a média de habitantes das cidades do próprio estado e em seguida foram removidas as capitais de cada estado. Ao final destes filtros, restaram 971 cidades. Com estas cidades, foi realizada uma amostragem aleatória simples, na qual uma única cidade de cada estado foi selecionada. O objetivo dos filtros utilizados antes da amostragem foi para serem consideradas no sorteio as cidades com porte populacional maior do que a média de seu próprio estado, aumentando as possibilidades de serem encontrados conteúdos políticos na internet sem haver um viés de escolha. As capitais foram desconsideradas pelo seu papel regional de localizar grupos políticos da região ou com pautas nacionais já identificadas pelas outras etapas da pesquisa.

Para o estado de Roraima, exclusivamente, o filtro descrito anteriormente exclui todas as cidades, pois a média populacional municipal é maior do que a população de cada cidade, com exceção da própria capital. Desta forma, para este estado, foi realizada uma amostragem aleatória simples, selecionando uma cidade que não fosse a sua capital.

As cidades sorteadas, e suas estimativas populacionais, foram:

Cruzeiro do Sul – AC – 89760;

Coruripe – AL – 57647;

Parintins – AM – 116439;

Santana – AP – 124808;

Esplanada – BA – 37902;

Cascavel – CE – 72706;

Viana – ES – 80735;

Mineiros – GO – 69477;

Rosário – MA – 43243;

Campos Gerais – MG – 28908;

Nova Andradina – MS – 56057;
Sinop – MT – 148960;
Capanema – PA – 69828;
Queimadas – PB – 44388;
Camaragibe – PE – 159945;
Jaicós – PI – 19233;
Piraquara – PR – 116852;
Macaé – RJ – 266136;
Mossoró – RN – 303792;
Guajará-Mirim – RO – 46930;
São Luiz Gonzaga – RS – 33124;
São Miguel do Oeste – SC – 41246;
Tobias Barreto – SE – 52861;
Mogi das Cruzes – SP – 455587;
Colinas do Tocantins – TO – 36271;
Amajari – RR – 13561;

Sobre a disposição de grupos de direita com atuação em município, de acordo com a amostra, podemos compreender que existem diferenças significativas que podem variar de acordo com o tamanho do município, localização próxima de regiões turísticas ou metropolitanas e outras variações que influenciam na existência ou atuação de grupos. Por exemplo, na cidade pequena Coruripe – no estado de Alagoas – ligada ao turismo, não encontramos indícios de atuações de grupos municipais de direita. Também não foram encontradas atuações em Santana – AP, Esplanada BA, Mineiros GO, Rosário MA, Tobias Barreto SE, e Campos Gerais MG. Em Viana, Espírito Santo, e Piraquara, Paraná, foram encontrados grupos pouco expressivos, indicativo de esforços de poucas pessoas.

Pelo número de grupos encontrados em cidades podemos inferir que, em uma quantidade significativa de municípios, existem grupos de direita com atuação municipal-estadual, com padrões parecidos aos grupos estaduais, fazendo uso comum de símbolos patrióticos e com adesão as campanhas deste grupo, sobretudo à campanha de Jair Bolsonaro. Um exemplo foi na cidade de Parintins – no estado do Amazonas – onde encontramos um grupo com atuação municipal, ligado a políticos locais, apoiando outros grupos de cidades próximas, com performances como adesivações na cidade, funcionando de forma semelhante aos grupos regionais, com muita atuação nas redes, algumas ações

de ruas, principalmente nos momentos de campanha, estando ativo ao longo governo de Bolsonaro com conteúdos antipetista, disputas nas pautas relacionadas a gênero e também sobre povos indígenas e perseguição de figuras públicas da esquerda. Em Sinop CMT, também aconteceu articulação com o grupo regional e realizaram uma performance que chamaram de tratoração.

Na cidade de Queimadas – PB, o grupo de direita municipal denominado Direita Mover também teve padrão semelhante aos grupos estaduais. Este grupo fez uma retrospectiva adotando a perspectiva de início da atuação da direita a partir de 2013 e deixando claro sua ação de interpretar sinais para se mobilizar ou não a partir das falas públicas de Jair Bolsonaro.

Em Santa Catarina, na cidade de São Miguel Oeste, encontramos um grupo municipal criado no contexto das eleições municipais de 2020, atrelado à candidatura local. A cidade ainda tornou-se notícia pela cassação da então vereadora Maria Tereza Capra⁴⁹ que denunciou gesto nazista realizado por grupo bolsonarista.

Uma ação encontrada em parte significativa dos municípios foi a instalação de outdoor de apoio à campanha de Bolsonaro, por vezes associando ao grupo local ou estadual. Na cidade de Cruzeiro do Sul no Acre, esta performance foi realizada no dia do aniversário da cidade, em setembro de 2017, e trazia a foto de Bolsonaro com os dizeres “honestidade não é virtude, é obrigação”. Em Camaragibe – PE, grupo ligado a um político local também colocou outdoor de apoio a Bolsonaro e utilizou em vídeo de apresentação do grupo com a música “Eu te amo, meu Brasil” do grupo “Os Incríveis”, que é identificada com a ditadura e também foi utilizada pela emissora SBT⁵⁰ como forma de manifestar parcialidade em favor de Bolsonaro após sua eleição.

Foi comum que nos protestos do ciclo de confrontos contra o governo de Dilma Rousseff acontecessem manifestações municipais, como no dia 15 de março de 2015 em Cruzeiro do Sul – AC. Em Macaé, um grupo municipal fez campanha de arrecadação de recursos financeiros, com protesto em 15 de março de 2016. Mossoró também teve com grupo que se mobilizou nesta data, assim como São Luiz Gonzaga – RS. Em algumas

⁴⁹ <https://www.brasilefato.com.br/2023/03/01/vereadora-cassada-que-denunciou-apologia-ao-nazismo-em-sc-recorre-da-decisao> Acesso em 02 de outubro de 2023.

⁵⁰ <https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/por-bolsonaro-sbt-resgata-slogan-da-ditadura-brasil-ame-o-ou-deixe-o--23121>> Acesso em 07 de fevereiro de 2023.

cidades, como Nova Andradina – MS, Colinas do Tocantins – TO e Capanema – PA, não encontramos mobilizações ou articulações no período principal analisado, mas ações em outros períodos como nas eleições de 2022.

Em Guajará-Mirim – RO, nós encontramos outra forma de confronto ligada à direita que foi chamada de Sem Terras de Direita que, influenciados por fazendeiros, ocuparam terras ligadas à União e não realizavam ocupações em áreas privadas. Estas ocupações avançavam no desmatamento de áreas de reserva. Na cidade também foram identificadas ações de pessoas identificadas como simpatizantes de Bolsonaro que se mobilizaram nos protestos de março de 2016, com uma peculiaridade: em conjunto com professores. Na cidade também havia acontecido protestos em 2013, no dia 26 de junho, também com a pauta da corrupção presente, mas com uma composição maior de estudantes.

Em São Paulo, a grande influência dos grupos nacionais com inserção territorial impactou a dinâmica em Mogi das Cruzes, na qual um grupo ligado ao Movimento Conservador realizava as ações na cidade, com atividades presenciais de articulação e ligação com um político local. No estado de Roraima, no qual o município sorteado tinha média de habitantes menor do que a média estadual, devido à composição populacional do estado, na cidade de Amajari foram encontradas apenas mobilizações diretamente relacionadas com as pautas indígena.

Mesmo em uma cidade como Jaicós, no estado do Piauí, com cerca de 20 mil habitantes, que por ser pequena e em um estado com grande influência petista teria a hipótese de não encontrarmos grupos municipais de direita, foi encontrado um grupo intitulado Direita Jacoinse, que organizou carreata próxima à eleição de 2018 com símbolos patrióticos de apoio a Bolsonaro, frases como “Meu partido é meu país” e com referência a Lula na prisão como forma de fazer campanha negativa ao Partido dos Trabalhadores.

Na cidade de Cascavel, no Ceará, há um desdobramento de um grupo estadual que opera na localidade. No entanto, ao realizar busca na cidade sorteada, encontramos um grupo significativo, porém situado em outra Cascavel, no estado do Paraná. Também entre as buscas referentes a grupos municipais foi encontrado um grupo com características diferenciadas na cidade de Brasília, direcionado ao público jovem intitulado Direita Jovem Brasil.

3.6 Impacto para o contexto político brasileiro

Neste capítulo, a partir de um mapeamento detalhado, retomei a análise da atividade dos grupos políticos à direita no contexto político brasileiro. Esse mapeamento não apenas demonstrou a presença intensa desses grupos, mas também revelou a complexidade e a diversidade de suas ações e estratégias.

Os grupos políticos à direita se expandiram consideravelmente, criando inúmeros coletivos e organizações que se disseminaram por todo o território nacional. Essa distribuição capilarizada permitiu que eles atuassem em diferentes níveis políticos da federação, abrangendo desde o âmbito municipal até o federal, exercendo um impacto relevante no cenário político brasileiro.

Ao observar esses grupos em diferentes níveis de atuação, torna-se evidente uma variação considerável nas formas de organização, nas pautas defendidas e nas conexões eleitorais estabelecidas. Nos grupos nacionais, a diversidade é mais acentuada, inclusive na participação eleitoral em 2018, refletindo a complexidade das conexões do campo político à direita.

Em contraste, nos grupos estaduais e locais, podemos identificar um padrão recorrente de ativismo, com performances, símbolos, formas de organização e conexões eleitorais semelhantes. Uma parte significativa desses grupos estaduais e locais transformou suas estruturas de mobilização em estruturas de campanha, estabelecendo uma conexão direta entre os protestos de rua e as eleições. Esse processo foi conduzido principalmente por meio de campanhas negativas, que lançaram líderes desses grupos como candidatos ou apoiaram explicitamente candidatos alinhados com suas agendas. É importante destacar como esse padrão de envolvimento nas campanhas foi efetivamente influenciado pela figura e pela campanha de Jair Bolsonaro para presidente da República, com sobreposições entre campanhas de protesto, eleições e, posteriormente, o governo.

A reativação da direita na política brasileira, analisada em um período temporal mais longo, não apenas trouxe à tona uma multiplicidade de discursos deste campo, mas também ecoou tendências globais, onde a direita voltou a desempenhar um papel de destaque. Esses processos são consistentes com a compreensão de que são esperadas continuidades e diferenças nos campos políticos. Entretanto, uma mudança destacada por

Baron e Luz (2018) é a de que esses grupos representam uma posição afirmativa à direita do espectro político, uma mudança em relação ao passado em que essa orientação era vista de forma negativa.

No contexto brasileiro, as campanhas de protesto e os processos eleitorais do campo político à direita desempenharam um papel importante na unificação de uma direita anteriormente fragmentada em torno de estratégias comuns, influenciando ativamente o processo político. Esse processo culminou com a ascensão ao poder de Jair Bolsonaro.

CAPÍTULO 4 - AS RUAS E AS URNAS: PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

A democracia no Brasil ainda é um processo que podemos considerar recente. Não se trata de defender de que não estamos no estágio em que outros países já estariam. Existem diferenças e similaridades em processos políticos quando adotamos uma perspectiva internacional. E a influência internacional faz parte da rotina política que constitui a política nacional desde o próprio colonialismo, sendo a díade esquerda e direita um exemplo de difusão de explicações políticas adotadas de fora.

Entretanto, ao olhar especificamente para formas de participação política completamente influenciadas por um viés ideológico nomeado como direita, avanço na compreensão de uma dinâmica de fazer política com singularidades nacionais que podem significar processos de constituição tanto de um pensamento político plural quanto de limitações para democracia. A conexão entre campanhas de protesto e campanhas eleitorais envolvendo o contexto político no Brasil, a partir de 2013, foi complexa, com sobreposição de processos entrelaçando essas formas de participação.

Apesar de ter acontecido um ciclo de protestos em 2013, o contexto eleitoral de 2014 desenrola-se reproduzindo a polarização partidária que já existia, com poucas referências ao processo político de mobilização, não correspondendo a uma opção eleitoral dos movimentos. Não é uma conexão evidente que atores protagonistas de disputas políticas em ciclo de protestos necessariamente influenciem de forma relevante os processos eleitorais seguintes.

Nas eleições para presidente em 2014, O clima de acirramento da campanha, com um segundo turno vencido por Dilma Rousseff do PT com uma vantagem na quantidade de votos relativamente pequena, fez com que alguns segmentos da direita começassem a iniciar uma mobilização de contestação do resultado eleitoral. Este processo de mobilização reativa é mais comum em países com democracia frágil e sistemas eleitorais mais expostos à fraude. No Brasil, sobretudo com as urnas eletrônicas, esse tipo de ação de questionamento não era comum em processos mais recentes. Estas manifestações foram combustível para o processo que se desenrolou posteriormente das mobilizações crescentes em favor do impeachment.

A transformação da pauta de questionamento das eleições para um processo de impeachment agravou a crise no governo no sentido de ampliar suas dificuldades para governar e afetou a lógica dos partidos. O que começa como mobilização reativa ganha

contornos de um processo de polarização partidária induzida por movimentos e os partidos se afastam de uma lógica moderada e aprofundam o processo de impeachment.

Do ciclo do impeachment, passando pelo governo Temer, até as eleições de 2018, o processo político vai tornando-se mais polarizado, com o aparecimento de diversos grupos políticos à direita ocupando as ruas, produzindo enquadramentos interpretativos que se influenciavam mutuamente. Estes grupos, com enraizamento amplo em todo o território nacional, com atuação nacional, estadual e municipal, não tinham uma articulação estrutural, ou mesmo, regras e regulamentos, e também eram menos limitadas por direitos de filiados, comissões regulares ou programas estáveis, favorecendo formas de atuação instáveis e incertas que romperam barreiras exercidas pelas estruturas partidárias. Por um lado, essas dinâmicas ampliaram as possibilidades de envolvimento de pessoas distantes das lógicas partidárias. Por outro lado, reduziram a função de filtro desempenhada tradicionalmente pelas figuras partidárias, que costumavam impedir ou isolar extremistas com intenções antidemocráticas. É neste contexto que a figura extremada de Jair Bolsonaro, que havia sido projetada por um dos lados da polarização, posteriormente se consolida com um percentual de preferência no eleitorado suficiente para almejar uma candidatura presidencial.

Ao longo do processo de luta pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff a difusão dos processos políticos acontecia tanto através de uma forma vertical pela articulação combinada por grandes grupos à direita que definiam agenda de evento de protestos e enquadramentos da disputa política, quanto através de uma difusão horizontal via redes sociais na qual os grupos influenciavam-se mutuamente na construção de práticas e formulações para aumentarem suas presenças no contexto político local, regional e nacional. No interior desta disputa, Jair Bolsonaro e sua estrutura (composta de um coletivo familiar focado na sua própria personalidade) conseguiram ampliar a influência entre os grupos à direita existentes e, também, fomentar a criação de novos grupos nos estados brasileiros e em diversas cidades.

As formas de expressão política desde os antecedentes de Junho de 2013 foram atravessadas pela internet, pelo celular e pelas redes sociais⁵¹. Se organizações sem

⁵¹ A internet se tornou uma ferramenta fundamental para a organização e mobilização de mobilizações em todo o mundo. Castells (2013), considerando aspectos comunicativos, culturais e tecnológicos, enfatiza como as redes sociais e as plataformas online desempenharam um papel importante na disseminação de informações e na coordenação de atividades políticas.

estrutura e sem lideranças podem levar a hierarquias invisíveis, como Jo Freeman (1972) já havia apontado no início da década de setenta, o que uma rede de conexão e comunicação com camadas de hierarquias invisíveis codificadas por algorítmicos pode realizar em um processo político amplo?

Não se trata de voltar na influência digital nos ciclos de confronto ou nos ciclos eleitorais, mas no surgimento de grupos políticos em todos os estados do Brasil e em muitas outras cidades assumidamente de direita, com participação nas redes, nas ruas e nas eleições, mas sem uma estrutura hierarquizada para determinar ou homogeneizar a política a ser defendida com alguma formalidade. Esta dinâmica organizacional desvela um conjunto de indagações: como a difusão de inúmeros grupos sem estrutura foi capturada por uma única figura? Como Jair Bolsonaro se apoderou e fomentou uma influência simbólica nestes grupos construindo uma hierarquia invisível? Como esses grupos tornaram-se composições de campanha eleitoral e, mais, de campanhas eleitorais permanentes, para além do ciclo eleitoral?

O enlaçamento entre a liderança e sua base não aconteceu de uma forma estruturada, ou seja, através de uma organização formal com encontros periódicos, hierarquias visíveis e diretrizes formalizadas. As principais formas de comunicação que sustentaram os vínculos e a coesão destes grupos entre si e com sua liderança aconteceram através da interpretação que estes faziam sobre declarações do próprio Bolsonaro, principalmente nas redes sociais. Estes grupos eram uma estrutura intermediária entre Bolsonaro e a base que ajudavam nas interpretações, transformando em uma linguagem apropriada para difusão, por exemplo, unificando em torno do inimigo comum – Dilma Rousseff, Lula, o PT e a esquerda. Mas Jair Bolsonaro também criou relações diretas com os indivíduos apoiadores, sem necessariamente ter a mediação destes grupos e exerceu uma força de atração direta com pessoas que se identificavam e o apoiavam. Estas se dedicaram a aumentar sua influência, capilaridade e, também, a rejeição e hostilidade aos seus opositores não apenas nas redes sociais, mas no cotidiano de conversas políticas.

Esta adesão ao Jair Bolsonaro não deve ser entendida como manipulação, porque grupos e indivíduos participavam a partir das suas próprias interpretações e, na maioria das vezes, de forma voluntária, sem nenhum benefício direto. A identificação com Bolsonaro é complexa, mas o entendimento como “outsider”, sobretudo pela sua narrativa de atitudes, polêmicas e discursos, mobilizou crenças e afetos que o entendiam e o

apresentavam como autêntico, diferente e como novidade, mesmo estando na política legislativas há muitos anos.

Vamos avançar para o ano de 2023, e nesse contexto, é pertinente revisitar a questão: é viável identificar vestígios de autoritarismo nos grupos políticos que estiveram envolvidos nos ataques às sedes dos poderes no Brasil em 8 de janeiro de 2023, após a posse do governo federal de Luiz Inácio Lula da Silva, que começou seu mandato no mesmo mês? O que me parece ser fundamental não está na análise de possíveis conteúdos anteriores antidemocráticos, mas justamente na forma destes grupos presentes em todos os estados do Brasil e em muitas cidades. As suas dinâmicas com baixo nível de controle, aberto às imprevisibilidades da figura pública, que não apenas homogeneizou estes grupos, mas se tornou um líder inspirador que enviava e, supostamente, recebia sinais pelas redes e atos públicos sem filtros entre líder e a base, proporcionou que um conjunto de indicadores antidemocráticos se fortalecesse: a rejeição às regras democráticas com os ataques as urnas eletrônicas, a negação constante da legitimidade dos opositores políticos e o encorajamento a violência discursiva e nas ações efetivas. Bolsonaro, à semelhança de Trump nos EUA, mobilizou uma interpretação de ameaça entre os próprios brasileiros, justificando uma política agressiva, pretensiosa, baseada na desconfiança e na segregação.

Para Guimarães (2021), além do conteúdo ideológico, os laços orientados pelo bolsonarismo⁵² tem uma forma afetiva problemática para democracia, com ligações estabelecidas entre o amor e o ódio para atrair ou rejeitar indivíduos. Estas são dificuldades efetivas para a democracia que se localizam na perda de eficiência e poder por parte de formas de participação. É trágico reconhecer que pessoas, grupos, coletivos, partidos e resultados eleitorais podem ser uma via para uma posição autoritária, de segregação, diminuição e restrição da própria participação das pessoas. O que significaria então proteger a democracia?

No Brasil, com uma estrutura político partidária com cerca de três dezenas de partidos, este filtro não funcionava exatamente como barreira, mas aparecia anteriormente

⁵² A terminologia "Bolsonarismo" não possui uma definição única e consensual. No artigo citado, ela indica os seguidores do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, e suas conexões verticais, com o líder e horizontais, entre os seguidores.

apenas como candidaturas caricaturais⁵³ que adquiriam no máximo a entrada no poder legislativo ou o formato para absorver um voto minoritário de contestação numa eleição para o poder executivo. Entretanto, a força da articulação destes grupos entre campanhas de protesto e articulações institucionais impediu que o sistema partidário desconsiderasse uma figura como Jair Bolsonaro, que mesmo com as condições de uma candidatura minoritária, sem um arco de alianças partidárias grandes, com pouquíssimo tempo de TV, conseguiu se viabilizar com opção eleitoral para eleições presidenciais em 2018.

A consolidação de Jair Bolsonaro como figura pública e candidato fez muitos destes grupos transformarem uma estrutura de mobilização em estrutura de campanha eleitoral, realizando o processo de opção tática pelas eleições. Enquanto estes grupos à direita foram para as eleições em uma convergência em torno de Jair Bolsonaro, que foi ampliada para grupos mais liberais após o anúncio do seu coordenador da área econômica – Paulo Guedes – o campo à esquerda estava fragmentado, sem um postulante nítido, já que Luiz Inácio Lula da Silva se mantinha candidato, mesmo com a probabilidade de ser impossibilitado de se candidatar, o que ao fim se confirmou. A unidade na esquerda foi se consolidando apenas na negativa da candidatura de Bolsonaro, expressa pelos protestos “Ele Não” com demonstrações antes da eleição no primeiro turno e, também, às vésperas do segundo turno.

A efetiva eleição de Jair Bolsonaro, com a sustentação e engajamento de uma base composta por inúmeros atores radicalizados e por grupos que combinavam estruturas de mobilização com estruturas de campanha, tencionou a não moderação de Jair Bolsonaro, mesmo após sua eleição. Enquanto alguns acreditavam que a responsabilidade do presidente em governar para todos ajudaria a conter estes atores e o estímulo à polarização, tivemos justamente o oposto, com uma dinâmica de governo em campanha permanente, conectada com esta base mais radicalizada e se caracterizando como um regime de movimento à direita. Esta forma de governar se aproximou do autoritarismo em diversas pautas e ampliou, de forma exponencial, a participação dos militares na administração e nas decisões políticas; entretanto, diferente dos governos petistas,

⁵³ Éneas Carneiro foi um exemplo de político no extremo político à direita com este tipo de candidatura. Foi candidato à presidência do Brasil em 1989, 1994 e 1998, destacando-se por sua retórica contundente e posições conservadoras. Foi eleito deputado federal nas eleições de 2002, com uma alta votação.

manteve um atrelamento com as mobilizações e não incentivou o esvaziamento das ruas pela sua base.

Esta dinâmica de campanha permanente do governo e busca pela polarização, mesmo com o contexto de pandemia, significou um regime de movimento à direita, no qual podemos fazer um paralelo distante lembrando de outro regime de movimento brasileiro, mas com sentido ideológico diferente, que foi o período do governo formado pelo abolicionista Manuel Pinto de Souza Dantas, em 1884, conforme analisado no capítulo 2. A sustentação do fazer político destes regimes foi influenciada justamente pela relação das campanhas de mobilização com o processo eleitoral.

A argumentação que adjetiva o governo Bolsonaro como um regime de movimento não pode ser entendida como algo fortalecedor para uma suposta participação popular, mesmo que o sentido político fosse o oposto. É evidente que as escolhas políticas dos grupos e figuras deste campo político resultaram no assédio generalizado à democracia. Entretanto, quando se mantém de forma permanente a lógica da disputa, ocorre uma constante busca por certa “pureza” que impossibilita negociações, acordos e pactos. A lógica de baixa responsabilidade política de grupos que não estão sequer submetidos a regras partidárias, contaminam o lugar político do executivo federal em que o sentido de responsabilidade e de viabilidade deveria estar presente.

Isso significou um governo Bolsonaro desconfiado, sem disposição para construir conexões, sem estrutura para uma autolimitação inteligente e, ainda, vulnerável à densidade emocional dos que faziam parte de sua base estreita. Ao manter a lógica de campanha permanente ao invés de governar, tornaram-se nítidos alguns desgastes e limitações para o processo democrático, no qual o governo sedimentou-se em uma posição baseada em condicionamentos ideológicos extremos, que, apesar de gerar ampla participação de ambos os polos políticos, suscitou um má qualidade do espaço público, uma mentalidade de desprezo pela política, na qual, por exemplo, as pessoas precisavam pensar para colocar suas próprias roupas sendo um risco usar determinada cor.

O auge da polarização aconteceu com um ativo confronto eleitoral em 2022. Muitos grupos políticos à direita estavam unificados, de forma mais consolidada e com mais estrutura, em torno da reeleição de Jair Bolsonaro, enquanto o outro lado construiu alianças em torno de uma perspectiva de defesa da democracia, com setores do centro e

mesmo da centro-direita, e se unificou em torno das candidaturas vitoriosas de Geraldo Alckmin para vice e Lula para a presidência.

Um dos resultados lastimosos deste contexto de uma mentalidade antipolítica que ampliou seu espaço no Brasil em meio à difusão da polarização foram os ataques não apenas à sede dos poderes, mas à própria democracia e ao próprio fazer político com a não aceitação das eleições e a tentativa de golpe de Estado pela extrema direita no dia 8 de janeiro de 2023, felizmente neutralizado.

A democracia contra ela mesma

Democracia não é uma palavra óbvia. Suas possibilidades de realizações são inúmeras e ainda não completamente exploradas. A percepção de que a democracia pode, inclusive, ser um processo que age contra ela mesma, complexifica os processos políticos. A rua, com suas campanhas de protesto, pode indicar vitalidade do processo democrático, mas sua imprevisibilidade com performances não rotineiras e a tensão que exerce nas formas de governar produz uma zona de instabilidade que pode ser ocupada por interesses não democráticos. As campanhas de rua são completamente necessárias para os processos políticos, mas insuficientes como garantia de mais democracia. O processo de fortalecer a democracia no país depende, necessariamente, de aprofundar uma análise sobre sua própria dinâmica, indo além das disputas momentâneas e da polarização existente no cenário contemporâneo.

A expectativa de que o insulamento, a não participação dos sujeitos, ou a diminuição do protagonismo nas ruas dos que atuam como adversários da própria democracia após uma vitória momentânea seja suficiente é uma perspectiva questionável. Objetivamente, independente da perspectiva ideológica, é fundamental compreender que certa impotência está sendo questionada e nos perguntar de que forma a democracia pode potencializar a participação das pessoas em um sentido também de fortalecer a própria democracia?

Havia um cartaz com uma manifestante que estava no protesto da saúde mental na luta antimanicomial em 2023 em São Paulo que dizia “O afeto reduz danos”. Esta expressão ressalta a importância dos afetos no processo de formação de opiniões, ideias

preferências e práticas políticas para intervir em diferentes contextos, seja individualmente ou coletivamente. Os afetos políticos constituem camadas ideológicas significativas, que são produtos também do contexto histórico, das leis e das dinâmicas de poder. Essa interpretação de uma composição flexível do sujeito político se diferencia das divisões políticas típicas de gradientes entre os posicionamentos polares, não se limitando a uma questão de ser mais à direita ou menos à direita. Nesse sentido, passamos a reconhecer a presença de camadas ideológicas que, quando aprofundadas, para além dos enquadramentos interpretativos mais conhecidos, ou mesmo referente às disputas mais comentadas, revelam posições que podem não coincidir com as opiniões públicas, com o voto e com a própria identidade política.

As diferenças dos posicionamentos políticos são nomeadas, por vezes, como contraditórias ou mesmo como incoerentes, mas correspondem à flexibilidade dos conteúdos ideológicos, sobretudo quando se analisam as camadas mais profundas ou se destrincham com mais detalhes os argumentos colocados. Reflexo deste posicionamento ideológico em camadas acontece quando vemos em um protesto marcadamente de direita pessoas defenderem a estrutura pública. Ou mesmo, surgirem grupos como “Gays com Bolsonaro”, que para além da escolha de um candidato, defendem uma figura pública que se coloca contra aos direitos da população LGBTQIA+ em muitos momentos.

Voltemos à indagação de como Bolsonaro, sem uma estrutura formal de conexão dos movimentos ou uma organização ligação hierárquica, conseguiu homogeneizar estes grupos? No caso da especificidade desse grupo – “Gays com Bolsonaro” – a explicação de Bulgarelli (2018) é que o então candidato de extrema direita utilizou de mecanismo retórico para criar uma neblina de significados de forma mais estratégica do que inconsistente com posicionamentos variados: em determinados momentos, hostis, apelativos e preconceituosos; em outros, com recuos pontuais em uma postura condescendente e conciliadora criando uma dinâmica de convivência, nem sempre tranquila, de eleitores e grupos bolsonaristas homofóbicos e pessoas LGBTQIA+, decididos a votar e, mais, fazendo campanha para Bolsonaro. Desta forma, a orientação sexual não se vincula, necessariamente, a uma orientação ideológica (Bulgarelli, 2018).

Se atentarmos para as inúmeras possibilidades de combinação de posicionamentos no conceito de camadas ideológicas, muito além do que a divisão esquerda e direita é capaz de enquadrar, avançamos para analisar uma perspectiva de democracia na qual os

afetos importam na formação destas camadas ideológicas, porém, contraditoriamente, deveriam ser menos importantes para a democracia no sentido de agir politicamente, de não esperar por uma situação democrática entendida como positiva ou por uma democracia entendida como já realizada, mas assumir explicações que se colocam em disputas e negociações para influenciar a realidade. Nesta perspectiva, para além de afetos positivos ou negativos, deveríamos orientar a perspectiva da democracia para repensar os significados da polarização política.

Inevitavelmente, no Brasil com um sistema de eleição em dois turnos, o período eleitoral fomenta a polarização de duas candidaturas. Entretanto, desde os antecedentes de 2013 a polarização foi ganhando dimensões ampliadas para além das eleições. A ex-presidente Dilma Rousseff (2023) defendeu que, devido à nossa transição democrática inconclusa, os protestos de Junho de 2013 foram surpreendentes, mas adiantaram os confrontos preparados pelo campo conservador na disputa com campo democrático-popular que aconteceria inicialmente nas eleições de 2014.

Segundo Rousseff (2023), a ofensiva do campo conservador já se preparava inclusive para o caminho golpista em caso de derrota pela via eleitoral, e a força deste campo aconteceu devido a meios superiores de comunicação, além de recursos financeiros e conexões internacionais que fabricaram um discurso contra a corrupção. Para Rousseff (2023) a dificuldade da esquerda neste contexto político não aconteceu devido a uma inadequada resposta governamental ou dos dirigentes partidários, mas a um problema crônico até hoje não resolvido: “o baixo grau de educação política, organização e mobilização das forças populares”.

Considero relevante a observação de que a polarização e o enfrentamento político foram adiantados com os protestos de 2013. Se o ciclo de confrontos seguiu uma dinâmica de fase antecedente, difusão, auge e fase descendente no próprio mês de junho de 2013 (Spina, 2016), a polarização tornou-se uma lógica permanente, entendida, sobretudo pelo campo à direita, que não parou de disputar ideologicamente os processos políticos. Um exemplo mais distante do ano de 2013, mas que demonstra como a lógica polar tornou-se longitudinal e não mais ocasional, foram as eleições para os conselhos tutelares em 2019: normalmente com pouca implicação da sociedade, essa eleição tornou-se disputada entre progressistas laicos mais à esquerda e setores conservadores à direita ligados às igrejas evangélicas.

Se a intensificação da polarização pode ser um problema para a democracia, ela não se desvela de forma linear ou num caminho óbvio de desdemocratização. No processo político do período analisado, os grupos políticos à direita, com sua característica de não ter uma estrutura hierárquica ou federativa de organização, adentraram-se como elemento da polarização que buscava desqualificar o outro campo político, mas sem necessariamente defender uma lógica autoritária ou antidemocrática. Grupos mais isolados, que chamavam a atenção nos protestos com faixas pedindo intervenção militar, não tinham um enraizamento socioespacial amplo ou influenciavam de forma determinante estes grupos espalhados no território nacional.

Ao avançar e intensificar a polarização no Brasil, pudemos observar o que Levitsky Ziblatt (2018) chamaram atenção: a transformação de posições políticas em identidades inegociáveis, com aumento da violência política, com divisões não apenas por aspectos políticos, mas por ressentimentos e modos de vida diferenciados. A direita brasileira, ao disputar processos políticos nas ruas e nas urnas, mobilizou interpretações com enquadramentos nas camadas ideológicas superficiais que traziam valores patrióticos e uma identidade de pertencimento que julgava o outro campo de forma hostil, sectária e apocalíptica, no sentido de que o Brasil desmoronaria de uma hora para outra se a esquerda não fosse derrotada. Esta lógica de polarização política de alta intensidade se aproximou perigosamente, assim como nos EUA, de uma dinâmica de destruição democrática, com opositores políticos sendo tratados como inimigos.

As limitações e fraquezas da democracia não são elementos de uma realidade imperfeita, ou dizendo de outra maneira, os problemas nos processos democráticos são algo esperado e parte do processo político. Aqueles que analisam os ciclos de protesto pelos elementos do seu auge podem tirar conclusões precipitadas que não necessariamente são elementos do cotidiano democrático. Se em Junho de 2013 apareceu o rechaço à organização partidária, com demandas dispersas e pouco propositivas e tornou-se espaço para um adiantamento da ofensiva do campo à direita, isto não significa uma relação de causalidade como se necessariamente o fenômeno bolsonarista tivesse sido forjado unicamente pelo acontecimento destas manifestações.

Um acontecimento pessoal relevante que pode auxiliar nesta explicação foi quando, pela primeira vez, vi uma caminhonete daquelas de alto padrão com um adesivo enorme escrito “Intervenção Militar”. Lembro-me de ter ficado ao mesmo tempo

inconformado e indignado, sem entender por que alguém colocaria um adesivo como aquele. Entretanto, o que era incompreensível para mim naquele momento fazia parte de uma racionalidade há muito existente no nosso país. Se analisarmos apenas os eventos de protesto, podemos ver a pauta da intervenção militar como minoritária nas mobilizações. Todavia, observamos um crescente aumento deste enquadramento, com uma força simbólica maior do que apenas sua visibilidade nas redes sociais e nos eventos de protesto. A demanda do golpe veio junto à recuperação constante de narrativas autoritárias, como a declaração de voto de Bolsonaro pelo impeachment ou a fala de seu filho Eduardo Bolsonaro, às vésperas da eleição de 2018, dizendo que bastava um cabo e um soldado para fechar o STF.

Se ao longo da história brasileira temos diversos momentos em que os militares se ocuparam do poder político, este enquadramento não havia sido colocado de forma ampla desde a redemocratização. O que causou mais impacto foi o golpismo militar não apenas ter ampliado seu espaço no debate público, como também exercer um poder de influência em uma espécie de assombração política, no sentido de uma ameaça do passado que a qualquer momento poderia retornar de forma abismal ao contexto político. Desta forma, as decisões dos grupos políticos, independente do espectro político ideológico no qual estavam localizados, passaram a considerar esta hipótese para suas análises e intervenções.

A ameaça tornou-se não apenas a possibilidade de um desfecho desgastante ou enfraquecedor em determinado contexto político, mas a própria forma de fazer política dos grupos que apoiavam Bolsonaro. Na variação dentro do espectro político à direita, a distribuição de grupos abertamente pró-intervenção militar era pequena e nestes não observamos envolvimento eleitoral. A maioria dos grupos estabeleceu uma relação de convivência com a pauta autoritária, considerando como um desenlace possível conforme a conjuntura, por exemplo, se ocorresse uma derrota eleitoral para o PT. Como de fato aconteceu, a ameaça passou do discurso para ação, com o evento de tentativa de golpe, no dia 08 de janeiro de 2023.

A reatividade do campo à esquerda foi sendo gerenciada não apenas como resposta a demandas dos grupos à direita, mas como cálculo estratégico para um desfecho não autoritário. Havia uma vivência política traumática, em que o passado de uma política precária e autoritária em 20 anos de ditadura militar, voltava discursivamente, em enquadramentos e como horizonte possível para o futuro brasileiro de curto prazo. A participação ampla dos militares em lugares estratégicos do poder político no governo de Jair Bolsonaro, como no Ministério da Saúde, normalizou para os grupos à direita

esta possibilidade e tornou ainda mais nítida esta ameaça.

Se o golpismo, com participação militar, é uma modalidade com força política no Brasil desde o advento da República, o seu retorno, mesmo que apenas como algo espectral, trouxe consequências para as projeções políticas e para as formulações. Até 2018 estruturas de grupos de direita em todo o território nacional, em um processo de difusão não rotineira, conectaram-se com a figura de Jair Bolsonaro. Até então estes grupos poderiam adotar em grau maior ou menor o discurso autoritário, sendo conivente com o autoritarismo, mas adotando o horizonte democrático, inclusive validando estruturas eleitorais. Ao longo do governo Bolsonaro, o autoritarismo militar ganha contornos de modalidade política, sendo tensionada e distensionada em um jogo de poder ora sádico com seus opositores, ora subserviente com sua própria base, da qual surgiram enquadramentos de protesto como o “Eu autorizo”⁵⁴ que buscava ser uma forma de comunicação pública entre os próprios eleitores ou base com seu líder.

No Brasil, o campo político à esquerda adquiriu posição defensiva, no sentido de defender a democracia e as instituições. Pode-se considerar apropriada esta posição, diante da força ofensiva e, inclusive, considerada como fase insurrecional da extrema direita – como nomeia Safatle (2023). É preciso reconhecer a existência de um setor político interessado na destruição não apenas da democracia, mas dos próprios laços sociais. Todavia, a atitude defensiva revela também um declínio de projetos efetivamente transformadores, sendo um paradoxo para grupos políticos à esquerda. Manter a trajetória de uma luta polarizada e assimétrica em meio à sociedade neoliberal tem sido um caminho infrutífero para processos de transformação. Pensar nas dinâmicas de mudanças na democracia passa por reconhecer a existência de uma subjetividade neoliberal estruturada no Brasil, com impacto nos governos, nas disputas políticas e nas relações.

⁵⁴ Este tipo de enquadramento aparece na manifestação do 1 de maio de 2021, como resposta a declarações do presidente Jair Bolsonaro, que em 14 de abril disse que estava aguardando “o povo dar uma sinalização” para ele agir. Em outros momentos o lema é retomado como ameaça, inclusive logo após as eleições de 2022. <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/nada-acontece-depois-do-eu-autorizo-bolsonaro-grupos-bolsonaristas-mostram-frustracao/>> Acesso em 09 de abril de 2023. <<https://www.brasilefato.com.br/2021/09/07/mais-uma-ameaca-bolsonaro-fala-em-intervencao-federal-em-discurs-o-para-apoiadores-no-df.>> Acesso em 09 de abril de 2023. <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2022/11/02/bolsonaristas-continuam-protestos-apesar-da-diminuicao-dos-bloqueios.htm>> Acesso em 09 de abril de 2023

A fase de enfrentamento desta subjetividade neoliberal apenas pela negação parece estar ultrapassada pela sua concretude nas dinâmicas de vida. Isto não significa aceitar como inescapável a associação da direita com o pensamento neoliberal, como se necessariamente todo um campo político diverso estivesse relativizando práticas antidemocráticas. Para além das disputas políticas entre os campos, seria fortalecedor o reconhecimento de que existe toda uma dinâmica social influenciada pela racionalidade empresarial na qual, de maneiras diferentes, somos convocados a nos tornamos empresários de nós mesmos, sem necessariamente que isto signifique apoiar, consentir ou relativizar a segregação ou o autoritarismo.

Se, por um lado, a lógica neoliberal está corroendo bases da vida social com o estímulo a relações competitivas desmedidas, flexibilidades trabalhistas e incertezas sociais, por outro, a atribuição de que tal lógica amplia o ressentimento e o ódio pode não ser exatamente precisa. Quando somos instados a atribuir nosso sucesso ou fracasso unicamente ao nosso esforço nas interações sociais, isso não apenas acarreta diversas consequências psicológicas problemáticas, mas também tende a reduzir, de certa forma, o ressentimento em relação às injustiças sociais e o ódio em relação aos privilegiados

As disputas relacionadas às resistências à expansão capitalista engendrada no neoliberalismo não se expressam de maneira automática no posicionamento político e a polarização política apenas faz o enquadramento de forma estigmatizante para ambos os lados, sem efetivamente conseguir operar uma lógica que não seja defensiva. Desta forma, se a expansão da racionalidade empresarial capitalista é o funcionamento neoliberal, o campo à esquerda é convocado para a posição de resistência, em uma polarização em que ou adotamos uma posição defensiva, ou capitulamos como poder político na hora de administrar, porque não é possível uma lógica de poder que funcione apenas na defensiva.

Ao questionar a associação direta e óbvia do pensamento de direita com o neoliberalismo é possível adotar a perspectiva que muitos dos que se colocam como pertencentes na escala política à direita, que votam em candidatos à direita, ou mesmo que estavam nas manifestações dos grupos políticos à direita, discordem de dinâmicas competitivas e gostariam de maior estabilidade proporcionada por políticas públicas. É dessa maneira que podemos entender, conforme apontei no capítulo 1, como uma pesquisa de opinião em protesto da direita mostrou que muitos defendem políticas públicas de saúde e educação (Ortellado e Solano, 2016).

No entanto, sabemos que existe no campo político à direita, formas de práticas e de expressões políticas relacionadas ao preconceito, à segregação e também à opressão.

Não se pode ignorar que a política influenciada por Bolsonaro atualizou formas de se relacionar baseadas em uma suposta autenticidade do ódio, trazendo à esfera dos afetos públicos preconceitos e opressões – parte da sociabilidade brasileira que anteriormente eram suprimidos. A questão não é dizer que a direita não mobilizou tais afetos, mas o quanto a polarização é apenas uma resposta que reforça tal posicionamento e assimetrias da lógica neoliberal estão presentes e operando para manter os enquadramentos atuais. Inclusive, há de se considerar que se a lógica da competição é um dos pilares desta sociedade empresarial, a polarização política – com sua competição inerente pelos cargos políticos e, sobretudo, com o reforço das animosidades e rivalidades presentes em campanhas eleitorais – é mais um elemento de fortalecimento desta lógica, dificultando acordos para avanços consensuais.

Quando abdicamos da qualificação de direita como algo novo, nos obrigamos a analisar a polarização em uma trajetória mais longa buscando padrões e diferenças. Um padrão recorrente é a aproximação dos militares da política quando acontece uma ativação da polarização e um fortalecimento do protagonismo à direita. O processo de vergonha e desativação da direita ao longo da redemocratização foi modificado no contexto político mais recente, com ocupação das ruas por grupos que se autodenominavam como direita e se colocavam como orgulhosos desta identificação. Somente a inibição da direita é um processo insuficiente para uma democratização de longo prazo, pois mantém a latência de valores autoritários. A crença de que somente o viés punitivista é suficiente para a não repetição de padrões tão arraigados numa sociedade que se desenvolveu influenciada pelo colonialismo parece ser insuficiente, assim como esperar por nova inibição para avanços democráticos parece ser uma postura imaginária distante da realidade dos fatos.

Vladimir Safatle (2023), ao criticar perspectivas de dirigismo da esquerda nos processos de participação nas ruas desde 2013, defende que em processos insurrecionais se faz necessário protagonizar certa aceleração em direção a uma pauta mais avançada capaz de ultrapassar o momento e não se prender entre a paralisia e a resposta a pautas de forma reativa. Esse ultrapassar os dilemas colocados exige uma ousadia em direção à raiz das problemáticas, em um movimento de imaginação política, colocando-se em uma posição ofensiva como horizonte de ação, que, para Safatle (2023), não corresponde ao posicionamento comum no contexto contemporâneo, de negociação institucional, em que o campo à esquerda vislumbra encontrar setores esclarecidos denominados como “direita democrática”, para governar em conjunto. Desta forma, a radicalização proposta pelo autor abrange uma polarização ainda maior do contexto político, com grupos políticos à esquerda deslocando-se para a extrema esquerda e não para o centro.

E se o raciocínio político de Safatle (2023) estiver preciso no sentido da necessidade de uma ofensiva com imaginação política e criatividade para responder a raiz de problemas complexos brasileiros com pautas mais avançada do que as colocadas pelos manifestantes nas ruas desde os ciclos de manifestações a partir de Junho de 2013, e estiver equivocado quanto a uma resposta ainda mais polarizada do contexto político? Não me parece inventividade política a sugestão de mais polarização. Pelo contrário, a polarização estimula, mesmo de forma não deliberada, o padrão de militarização da política e, também, uma percepção simplificadora da complexidade política que circula, há muitos anos, explorando divisões binárias que se resumem em defender os que são mais próximos ou parecidos e combater os diferentes ou mais distantes.

As diferenças entre esquerda e direita têm um significado ideológico sem uma possibilidade de síntese, com explicações que não podem ser consideradas elimináveis. Desta forma, não se trata de menosprezar os conceitos de esquerda e direita. Estes são fundamentais porque operam na realidade política com força. Porém, e se a posição ofensiva for a de escapar, com criatividade, das coordenadas atuais de polarização direita ou esquerda, ou mesmo, de terceira via ao centro? E se a força da diáde política estiver favorecendo a produção de uma linguagem política disfuncional, estigmatizante e com implicações simplificadoras para os debates?

Defendo que para adotar uma posição ofensiva precisamos reconhecer a polarização entre esquerda e direita, mas buscar escapar das suas coordenadas e criar caminhos realmente inovadores que coloquem divergências e convergências em outras formulações. Além disso, é preciso avançar em uma dinâmica que considere uma perspectiva de democracia solidária, na qual não acontece o apagamento destas divisões, mas que estas passem a ser consideradas a partir de outro prisma, no qual o vir-a-ser político estabeleça uma relação de conhecimento e movimento entre os pares em um fortalecimento de um processo da consciência sobre a complexidade dos posicionamentos em constante transformação, fortalecendo uma cultura menos dual e mais universalista. Considero viável ultrapassarmos a polarização que acirra as diferenças e que impede uma interlocução efetiva, por uma possibilidade de encontros que considerem distinções e fortalecem os diálogos. É o reconhecimento, inclusive a partir do contexto de emergência ecológica, do destino interdependente e complementar que liga posições políticas diferentes, lembrando que a singularidade não está separada do contexto coletivo.

No Brasil precisamos ainda compor uma ponte histórica entre um passado mais distante atingido pela segregação colonial escravocrata e um passado mais recente

traumatizado pelo golpismo civil militar que se expressou com força no autoritarismo de mais de vinte anos de ditadura militar, com uma perspectiva de futuro democrático-solidário baseado no suporte mútuo, na cooperação irrestrita e na colaboração entre perspectivas anteriormente contrapostas. A defesa de um dispositivo antídoto da polarização tóxica de forma alguma deve pretender retirar os conflitos da cena pública, diminuir as potências das campanhas de protesto ou mesmo arrefecer as disputas eleitorais acirradas. É, ao contrário, uma radicalização do espaço comum de encontro compartilhado, de interconexão de posicionamentos diferentes, mudando uma postura do indivíduo político, aceitando um passo anterior que envolve de forma primordial a tentativa de compreensão antes das atitudes de persuasão. Para isso é necessário suspender certezas dos enquadramentos polarizados e estar disposto a criar conexões diversas e convicções dinâmicas que possam ser complementadas e partilhadas.

O circuito de relações envolvendo eleições e protestos impacta a lógica da representatividade controlada que existe no Brasil. Desfazer a constante ameaça de golpismo militar na política brasileira passa por uma lógica de participação popular na qual os protestos nas ruas e eleições significam partes diferentes e complementares de uma democracia. Por exemplo, a não perseguição de opositores políticos é uma condição da democracia, mas isso nada tem a ver com a anistia de crimes cometidos, como aconteceu e marcou definitivamente o processo de redemocratização brasileiro. A interdependência (a possibilidade de existir alguma convivência com setores que em outros momentos estavam em lados opostos) não significa esquecer violências. Pelo contrário, precisamos de uma democracia solidária capaz de rever violências interiorizadas à própria democracia.

É fundamental, para a existência de uma efetiva democracia baseada na solidariedade transversal, que as assimetrias de influências no poder precisam ser visualizadas nos mais diferentes processos políticos públicos. Enquanto estudamos, pensamos, analisamos e colocamos em prática fenômenos como eleições e as campanhas de protesto de forma estanque e separadas, processos elitizados de influência utilizam estas estratégias de intervenção de forma invisível e combinada. A produção de influência tem caminhos diversos e complexos, envolvendo entre outros: identidades políticas consolidadas; dinâmicas referentes aos afetos sedimentados em camadas ideológicas; a própria forma das redes sociais contemporâneas; e a possibilidade de mudanças nas oportunidades políticas e nas ameaças. Destaco que as assimetrias são um problema para

efetivação democrática, mas que não podem ser confundidas com manipulações diretas, como se os atores que disputam espaços de cidadania fossem manejados de forma inerente.

Neste sentido, é preciso por um lado moderar a influência assimétrica das categorias privilegiadas e, por outro, garantir que decisões coletivas que contrariem estes interesses de elites tenham capacidade de ser efetivadas numa democracia solidária, enfrentando efetivamente desigualdades categóricas e as vantagens em virtude de gênero, raça, nacionalidade, etnia, religião, comunidade e outras similares que favorecem a exploração e limitam oportunidades.

Seria possível, por exemplo, mesmo com diferenças significativas sobre o entendimento da desigualdade, pactuarmos o enfrentamento da miséria e da pobreza? Obviamente que os lados contrapostos pensam diferentes soluções para esta questão, mas isso não seria uma mudança de finalidade da própria disputa política? Isso não é conciliação. Não se trata de uma vez mais buscar sínteses entre os lados políticos que, no limite, já sabemos que são incompatíveis. Existem posições na política que não convergem. Entretanto, a resposta antidemocrática polarizada vem se tornando impraticável, no sentido de ser apenas uma maneira de paralisia intransponível para uma efetiva transformação e manutenção das margens opressoras. Assumir a existência do conflito é reconhecer que não existe neutralidade possível, que as lacunas são uma forma de movimento, e que, renunciando a qualquer reconciliação, podemos descobrir um espaço de encontro em uma democracia baseada na solidariedade transversal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A extrema polarização não foi uma consequência óbvia das relações de protestos e eleições, mas parte de um processo político complexo com mudanças imprevisíveis. Por vezes, quando eleições e protestos são analisados separadamente, dinâmicas que não estão nas superfícies dos discursos ativistas e do enquadramento midiático não são identificadas e podem dar a impressão simplificada de causa e efeito entre protestos e eleições, como se a dinâmica de influência entre estes processos fosse algo previsível e constante.

Os protestos nas ruas do campo político à direita, sobretudo a partir do ciclo do impeachment, e os processos eleitorais do período se influenciaram de formas diferentes. Considerar óbvio que a direita transpôs ruas e urnas de forma bem sucedida olhando apenas para o processo eleitoral em 2018 é supor que tal processo poderia ter sido previsto anteriormente, ou assumir que Jair Bolsonaro foi eleito com estruturas políticas semelhantes às outras eleições. Como nenhuma das duas possibilidades de fato aconteceu, a hipótese que investiga de que forma aconteceu esta conexão e se ela foi ou não bem sucedida torna-se relevante. Neste sentido, é significativo enfatizar que não foram sob a liderança política de Jair Bolsonaro que se desenrolaram os movimentos no ciclo de protestos pelo impeachment.

Ao fim deste estudo, a hipótese central deste trabalho sobre o detalhamento da existência de influências mútuas entre campanhas de protesto e eleições pelos grupos políticos à direita se confirmou e se complexificou. Além de compreender que grupos políticos à direita estabeleceram conexões relevantes entrelaçando esses diferentes momentos políticos, foi possível detalhar mecanismos sobre como grupos regionais e locais sem articulações estruturais adensaram o processo de campanha de um candidato da extrema direita – Jair Bolsonaro – utilizando não apenas estruturas de mobilização de manifestações para fazer campanha, mas, sobretudo, ampliando a capacidade de moldar e influenciar as narrativas políticas e os enquadramentos a disposição de um público mais amplo que o próprio campo à direita.

É fundamental ressaltar que a eficácia dessa conexão não se traduz necessariamente em uma contribuição para o fortalecimento da dinâmica democrática. Na realidade, quando essa interconexão não é acompanhada por compromissos com valores democráticos, ela pode resultar em polarização extrema, desinformação e, como de fato aconteceu em ameaças à integridade do processo democrático. Isto não significa

que o problema para a democracia seja a não distinção destes momentos ou interconexão em si. Como se estes processos de participação popular pudessem ser isolados ou separados adequadamente.

No caso da direita brasileira, as vinculações entre mecanismos de mobilizações populares e os processos eleitorais ampliaram tensões políticas polarizadas que foram gradativamente sendo instrumentalizado por enquadramentos ligados ao repertório golpista presente no contexto histórico brasileiro, trazendo graves problemas para a democracia no Brasil.

Após um ano dos ataques golpistas do dia 8 de janeiro de 2023, talvez seja o momento oportuno aprofundarmos em como podemos nos livrar definitivamente da ameaça golpista como forma política? A condição atual de não ameaça da democracia, ao menos por um tempo, pode ser o momento razoável para indagarmos sobre nossos padrões políticos, sobre a necessidade de repensarmos a política e a democracia, colocando uma perspectiva – como sustento recentemente (Spina, 2020) – de solidariedade transversal. Porque ampliar a democracia é ampliar os níveis de solidariedade para além de uma prática vertical de assistência, mas como rede compartilhada de problemas e soluções.

A democracia solidária é um processo ativo de resistência à segregação (Spina, 2020), que busca integrar redes de confiança aos processos políticos públicos, com fortalecimentos e desgastes, mas em um incentivo à participação popular conectada também com formas de participação representativas, incentivando, promovendo e criando conexões de coletivos que enfrentam desigualdades categóricas ao mesmo tempo com autonomia e com implicação na política. Em uma perspectiva de democracia solidária, ao invés de estimularmos a polarização, precisamos estar abertos a perspectivas de participação popular que considerem necessidades sociais opostas e complementares.

Há precedentes no Brasil para uma estrutura política de participação popular neste formato, que pode não ser um modelo perfeito ou acabado, mas que indica caminhos possíveis a partir de evidências concretas de uma democracia solidária. É o Sistema Único de Saúde (SUS), com seus princípios de universalidade, integralidade, equidade e participação popular sob uma ética de cuidado. O SUS é o maior exemplo nacional de uma política que se estrutura baseada na solidariedade transversal. Está aberto para inúmeras divergências que vão sendo elaboradas coletivamente nos espaços de gestão, entre os profissionais de saúde e, sobretudo, nos próprios espaços previstos institucionalmente de participação popular. O sistema de saúde brasileiro é resultado de

uma posição ofensiva que gerou transformações por um caminho negociado, mas que mudou estruturalmente a realidade das pessoas, sendo uma das experiências de modelo de saúde mais avançadas da América Latina e que também pode apontar caminhos para uma democracia solidária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, Angela. **A política das ruas**. Protestos em São Paulo de Dilma e Temer. *Novos Estudos*. CEBRAP, São Paulo, v. especial, p. 49 -58, jun. 2017.

_____. Arrivistas e decadentes: o debate político-intelectual Brasileiro na primeira década republicana. *Novos estudos* CEBRAP, n. 85, p. 131–148, 2009.

_____. Crítica e contestação: o movimento reformista da geração 1870. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 35–55, out. 2000.

_____. O abolicionismo como movimento social. *Novos estudos* CEBRAP, n. 100, p. 115–127, nov. 2014.

ANDERSON, Perry. O sentido da esquerda. In BOBBIO, Norberto. **Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Editora Unesp, 2011, p. 159-174.

_____. **Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

_____. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, p. 9-23, 1995.

AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. **Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, nº 1, p. 43-59, jan./abr. 2017.

BARBOSA, Leonardo Augusto de Andrade. The ballot under the bayonet: election law in the first years of the Brazilian civil-military regime (1964-1967). **Revista Direito GV**, v. 13, n. 1, p. 145–170, jan. 2017.

BARON, Letícia; LUZ, Michele Diana da. Redes sociais e mídia tradicional: disputa e articulação na significação do impeachment de Dilma Rousseff. **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, v.3, n.1, p. 366-388, jan./jul. 2018.

_____. Os novos movimentos de direita no Brasil e o discurso partidário: ambivalências e contradições. **Cadernos de Pesquisa Política**, n. 13. P. 1-29, 2016.

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. “Eu quero votar para presidente”: uma análise sobre a Campanha das Diretas. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 76, p. 169–196, 2009.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Trad. Ivo Storniolo e Euclides M. Balancin. São Paulo: Paulus, 1990. Mateus 25: 31 - 41.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: UNESP, 2011.

BOISARD, Stéphane. Pensando as direitas na América Latina objeto científico, sujeitos e temporalidades? **Varia Historia**. 30, 85–100. 2014.

BORBÁTH, Endre; HUTTER, Swen. *Protesting Parties in Europe: A comparative analysis*. **Party Politics**, Berlin, p. 1-13, 2020.

_____. Challenges from left and right: the long-term dynamics of protest and electoral politics in Western Europe, **European Societies**, n. 21:4, p. 487-512, 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S. A, 1989.

BULGARELLI, Lucas. Por que 29% dos LGBT votam em Bolsonaro? **El País**. 26 de outubro de 2018. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/27/opinion/1540592921_823943.html Acesso em: 3 set. 2023.

CAMPOS, Antonia Malta; MEDEIROS Jonas; RIBEIRO, Márcio. **Escolas de Luta**, Veneta, 2016.

CANNON, Barry. **The Right in Latin America: Elite power, hegemony and the struggle for the state**. New York: Routledge. 2016.

_____. **Coups, “smart coups” and elections: Right power strategies in a context of Left hegemony**.v.5, n.1, p.29-49, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. República, democracia e federalismo Brasil, 1870-1891. **Varia Historia**, v. 27, n. 45, p. 141–157, jan. 2011.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. As classes dominantes e a nova direita no Brasil contemporâneo. Publicado no livro **O ódio como política. A Reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018. (p.41-45).

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CEPÊDA, Vera Alves. A Nova Direita no Brasil: contexto e matrizes conceituais. Mediações. **Revista de Ciências Sociais**, v. 23, n. 2, p. 40-74, 2018.

CLEMENS, Elisabeth S. Repertórios Organizacionais e mudança institucional: grupo de mulheres e a transformação da política nos EUA, 1890 – 1920. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n.3, p. 161 -218, jan./jul., 2010.

COLOMBI, Ana Paula; LEMOS, Patrícia Rocha; KREIN, José Dari. Entre negociação e mobilização: as estratégias da CUT e da FS frente à reforma trabalhista no Brasil. **Revista da ABET**, v. 17, n. 2, 2018.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br>>. Acesso em 09 de fevereiro de 2023.

FERRAZ, Alexandre Sampaio. Quando os trabalhadores param? Reinterpretando a ocorrência de greves no Brasil, **Lua Nova**, São Paulo, 104: 167-200, 2018.

FREEMAN, Jo. **A tirania das organizações sem estrutura**. São Paulo: Index Editora Prohibitorum, 2002.

GENTILE, Fábio. A direita brasileira em perspectiva histórica. **PLURAL**, Revista do Programa de Pós Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.25.1, 2018, p.92-110. <<https://www.revistas.usp.br/plural/article/view/149017/146200>> Acesso em 08 de abril de 2023.

GIDDENS, Anthony. **Para além da esquerda e da direita**. Editora Unesp, São Paulo, 1996.

GOLDSTONE, Jack A. (Ed.). **States, parties, and social movements**. Cambridge University Press, 2003.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. O Motim do Vintém e a cultura política no Rio de Janeiro – 1880. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.10, n.20, 1991.

GUIMARÃES, Eduardo. **Bolsonarismo, um caso de amor**. Outras palavras 13 de agosto de 2021. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/direita-assanhada/bolsonarismo-um-caso-de-amor/>> Acesso em: 3 setembro de 2023.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos: O Breve Século XX. (1914-1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

INNERARITY, Daniel. **A política em tempos de indignação. A frustração popular e os riscos para a democracia**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

JOFFILY, Mariana. Aniversários do golpe de 1964: debates historiográficos, implicações políticas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 204 - 251, jan./mar. 2018.

KONDER, Leandro. Ideologia e política. **Revista USP**, São Paulo, n.49, p. 24-29, março/maio 2001.

KREUZ, Leticia Regina Camargo; JURUENA, Cynthia Gruending. Greve dois caminhos e crise de abastecimento no Brasil: infraestrutura, neoliberalismo e desmantelamento do Estado social. **Revista Euro-Latino-Americana de Direito Administrativo**, [S. l.], v. 5, não. 1 pág. 85–104, 2018.

LAVAREDA, Antonio. Os ataques e a leniência militar. **Folha de São Paulo**. 29 de janeiro de 2023.

LEITE, Fábio Carvalho. O laicismo e outros exageros sobre a Primeira República. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 32-60, 2011.

LEVITSKY, S; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Necessidade, contingência e contrafactualidade. A queda do Império reconsiderada. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 19, n. 38, p. 190–216, mar. 2018.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, v. 14, n. 4, p. 21–33, out. 2000.

MAESTRI, Mário A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos** [En ligne], Colloques, 2009.

MANN, Michael. **The Sources of Social Power: Volume 1, A History of Power from the Beginning to AD 1760**, Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

_____. The Crisis of the Latin American State, paper presented at the University of the Andes, Bogotá, Colombia, to the Conference **The Political Crisis and Internal Conflict in Colombia**, <<http://www.sscnet.ucla.edu/soc/faculty/mann/colombia.pdf>> Acesso em 08 de abril de 2023, 2002.

MCADAM, Doug.; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Dynamics of Contention**. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2001.

_____. **Para mapear o confronto político**. Revista Lua Nova: São Paulo, n.76, p. 11-48, 2009.

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney. Movimentos sociais e eleições: por uma compreensão mais ampla do contexto político da contestação. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 18-51, set/dez, 2011.

MCADAM, Doug. "Initiator" and "spin-off" movements: diffusion processes in protest cycles. In **Repertoires and Cycles of Collective Action**, ed. M Traugott, pp. 217–39. Durham, NC: Duke Univ. Press. 1995.

MIDDLEBROOK, Kevin J. (Ed.). **Conservative parties, the right, and democracy in Latin America**. Baltimore: Johns Hopkins University Press. 2000.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v. 33, n. 96, p. 395–420, 2019.

_____. **O protesto de rua nos anos oitenta e a crise do Regime Militar.** Revista de Sociologia e Política, [S.l.], n. 04-05, p. 161-174, dez. 1995. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39366>> Acesso em: 03 setembro de 2023.

NAPOLITANO, Marcos; RIBEIRO, David. Crises políticas a golpismo atávico na História recente do Brasil. In: MACHADO, André; TOLEDO, Maria Rita de Almeida. (Org.) **Golpes na História e na Escola: O Brasil dos séculos XX e XXI.** São Paulo: Cortez; Anpuh, v.1, p.49-74. 2017.

NICOLAU, Jairo. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais.** Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. **O Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018.** 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2020.

NOBRE, Marcos. 1988 +30. **Novos estudos.** CEBRAP, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 135-149, 2016.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Esther. Nova direita nas ruas? uma análise do descompasso entre manifestantes e os convocantes dos protestos antigoverno de 2015. **Perseu: História, Memória E Política**, (7), p. 169. 2016.

PIERUCCI, Antônio Flávio. As bases da nova direita. **Novos Estudos.** Cebrap. São Paulo, n. 19, p.26-45, 1987.

QUADROS, Marcos Paulo dos Reis; MADEIRA, Rafael Machado. Fim da direita envergonhada? Atuação da bancada evangélica e da bancada da bala e os caminhos da representação do conservadorismo no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 3, set.- dez, p. 486-522, 2018.

RIBEIRO, Filipe Nicoletti. **Império das incertezas: política e partidos nas décadas finais da monarquia brasileira (1868-1889).** 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.8.2015.tde-11122015-142218. Acesso em: 02 de setembro de 2023.

ROCHA, Camila. '**Menos Marx, mais Mises**': uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2019. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. doi:10.11606/T.8.2019.tde-19092019-174426. Acesso em: 02 de setembro de 2023.

___ O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância? Publicado no livro: **O ódio como política. A Reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo, Boitempo, 2018. (p.47- 52).

ROUSSEFF, Dilma Vana. Junho de 2013 foi um levante contra o sistema forjado desde a ditadura militar. **Jacobin**. 19 de junho de 2023. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2023/06/junho-de-2013-foi-um-levante-contra-o-sistema-forjado-desde-a-ditadura-militar/> Acesso em: 3 set. 2023.

SAFATLE, Vladimir; **O circuitos dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

___ O dia no qual o Brasil parou por dez anos. In: **Junho de 2013: a rebelião fantasma**, ALTMAN, Breno; CARLOTTO, Maria. São Paulo: Boitempo. 2023.

SAMPAIO JUNIOR, Plínio de Arruda. “Brasil: as esperanças não vingaram.” En publicacion: **OSAL, Observatorio Social de América Latina**, año VI, no. 18. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina: Argentina. Enero. 2006.

SANTA ROSA, Silmara Dencanti. A crise imperial e a perspectiva republicana: alguns fatores que determinaram o fim do Império. **Revista Outras Fronteiras**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 128–153, 2014. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/outrasfronteiras/index.php/outrasfronteiras/article/view/89>> Acesso em: 3 setembro. 2023.

SARTRE, Jean Paul. **Crítica da razão dialética: precedido por questões de método**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SCHWARTSMAN, Hélio. Quando o golpismo está no sangue. **Folha de São Paulo** – 27 de janeiro de 2023.

SILVA, Mayra Goulart da.; MACHADO RODRIGUES, Theófilo Codeço. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações. Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 26, n. 1, p. 86–107, 2021.

SINGER, André. A reativação da direita no Brasil. **Opinião Pública**, 27 (3), 705-729, 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/BHXTTx8b7Fk78jfDLRRmr8j/#>> acesso em 08/04/2023.

SOLANO, Esther (org.). **O ódio como política. A reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOLANO, Esther; ORTELLADO, Pablo; MORETTO, Márcio. **2016: o ano da polarização?** São Paulo. Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil. 2017.

SOUSA JUNIOR, Gustavo Cruz de. Crônica de uma crise anunciada: o Brasil paralisado sobre rodas. **Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2020.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Difícil Democracia: Reinventar as Esquerdas**. São Paulo: Boitempo, 2016.

SPINA, Paulo Roberto. **O Movimento Passe Livre São Paulo: da sua formação aos protestos de 2013**. 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2016.

_____. Grupos políticos de direita e a participação nas eleições de 2018. **Agenda Política**. [S. l.], v. 8, n. 3, p. 287–312, 2022. DOI: 10.31990/agenda. 2020.3.10. <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/501>. Acesso em: 3 set. 2023.

_____. **Ofensivas: a potência do não retorno à normalidade**. São Paulo: GLAC Edições, 2020.

STEIBEL, Fabro. Campanha negativa: construindo o objeto de estudo. **Contemporânea**. v. 3, n. 2; p. 106-118, 2005.

STREEK, Lenio Luiz. Jurista de estimação. **Folha de São Paulo**. 12 de fevereiro de 2023.

TARROW, Sidney. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). Opinião Pública**. Campinas, vol. 25, nº 1, jan.-abr., p. 63-96. 2019.

TATAGIBA, Luciana. 1984, 1992 e 2013: sobre ciclos de protestos e democracia no Brasil. **Política & Sociedade**, vol. 13, nº 28, p. 35-62, 2014.

TEITELBAUM, Benjamin R. **Guerra pela eternidade: o retorno do tradicionalismo e a ascensão da direita populista**. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

TELES, Edson Luís de Almeida. A revolta da fome: notícias sobre o quebra-quebra de abril de 1983 e a fabricação do consenso político. **Antropolítica - revista contemporânea de antropologia**. v. 54, n. 2, 1 ago. 2022.

TILLY, C. **Regimes and Repertoires**. The University of Chicago press. Chicago e Londres, 2006.

_____. **Contentious performances**. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 2008.

_____. **Os movimentos sociais como política**. **Revista Brasileira de Ciência Política**. vol. 3, p. 133-160, 2010.

_____. **Democracia**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

VAN DER KOLK, Bessel. **O corpo guarda as marcas: Cérebro, mente e corpo na cura do trauma**. Rio de Janeiro. Sextante, 2020.

YOUSSEF, Alain El. **Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no império do Brasil (Rio de Janeiro, 1822-1850)**. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. doi:10.11606/D.8.2011.tde-06072011-090553. Acesso em 07 de abril de 2023.

_____. Nem só de flores, votos e balas: abolicionismo, economia global e tempo histórico no Império do Brasil. **Almanack**. n. 13, p. 205-209, maio 2016.